

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ECONOMIA DO CRIME: ESPECIFICIDADES NO CASO BRASILEIRO

BRUNO FREITAS ALVES DOS SANTOS

Florianópolis, março de 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ECONOMIA DO CRIME: ESPECIFICIDADES NO CASO BRASILEIRO

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária da disciplina CNM 5420 - Monografia

Por: Bruno Freitas A. dos Santos

Assinatura:

Orientador: Prof. Louis Roberto Westphal

De acordo:

Área de Pesquisa: Economia do Crime

Palavras Chave: 1. Economia do Crime
2. Criminalidade
3. Escolha do Indivíduo

Florianópolis, março de 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir nota ____ ao aluno BRUNO FREITAS ALVES DOS SANTOS na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora: _____

Prof. Louis R. Westphal
Presidente

Prof. Cláudia L. B. Soares
Membro

Prof. Marcos Valente
Membro

The day is not far off when the economic problem will take the back seat where it belongs, and the arena of the heart and the head will be occupied or reoccupied, by our real problems—the problems of life and of human relations, of creation and behaviour and religion.

John Maynard Keynes

RESUMO

Este trabalho procurou confirmar a teoria da escolha racional do agente criminoso, postulada pelo economista Gary Becker em 1968 e trabalhada por demais economistas ao longo dos anos subseqüentes, a partir de evidências empíricas extraídas de um estudo de caso. Como resultado, verificamos que o indivíduo avalia os custos e benefícios decorrentes de suas atividades ilícitas, comparando-a com possíveis ganhos resultantes do ato. Observa-se, desta forma, que o ato de delinquir trata-se uma decisão individual tomada racionalmente, como as demais decisões que abrangem a natureza econômica.

SUMÁRIO

RESUMO	5
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	7
1.1. Apresentação do tema e problema de pesquisa	7
1.2. Objetivos	11
1.3. Metodologia	12
CAPÍTULO 2: FUNDAMENTOS SOBRE OS DETERMINANTES DA CRIMINALIDADE	14
2.1. A evolução dos estudos sobre a criminalidade	14
2.1.1. Teorias focadas nas patologias individuais	16
2.1.2. Teoria da desorganização social	17
2.1.3. Teoria da associação diferencial	18
2.1.4. Teoria do controle social	19
2.1.5. Teoria do autocontrole	20
2.1.6. Teoria da anomia	20
2.1.7. Teoria interacional	21
2.2. O modelo de Gary S. Becker	22
2.2.1. Danos	23
2.2.2. Os custos de apreensão e condenação	25
2.2.3. A oferta de ocorrências criminais	27
2.2.4. As penas	29
2.2.4.1. Multas	31
2.2.5. Gastos privados contra o crime	34
2.2.6. Conclusões para as considerações de Becker	35
CAPÍTULO 3: OS DETERMINANTES DA CRIMINALIDADE PÓS-BECKER	37
3.1. A teoria econômica da escolha racional	37
3.1.1. A década de 70	39
3.1.2. A década de 80	44
3.1.3. A década de 90	47
3.1.4. O início do século XXI	57
3.2. A literatura brasileira	59
3.2.1. A década de 80	59
3.2.2. A década de 90	61
3.3. O início de um novo século	62
3.3.1. Evidências empíricas no Paraná	63
3.3.2. Conclusões sobre a segurança pública no Brasil	65
CAPÍTULO 4: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS A PARTIR DA COLETA DE DADOS	69
4.1. O Questionário Sócio-Econômico	69
4.2. Os resultados da pesquisa	70
CAPÍTULO 5: CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	80
5.1. Conclusão sobre a criminalidade no Brasil	80
5.2. Recomendações em vista à criminalidade no Brasil	82
BIBLIOGRAFIA	85
APÊNDICE & ANEXOS	89

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO DO TEMA E PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

Os fatos sobre violência no Brasil, no perto e no longínquo, são transpassados para os cidadãos de duas formas: através da mídia de massa, onde o indivíduo se atualiza sobre o último assassinato brutal lendo as páginas de um jornal ou quando esse indivíduo, tendo participado involuntariamente da cena do crime, se transforma na própria notícia. Em ambos os casos, o teor de participação do indivíduo se limita a uma passividade de mero coadjuvante ou vítima. O crime, atendendo a certas particularizações da opinião pública, pode vir a mobilizar o surgimento de debates e discussões sobre a razão de ser dos criminosos no país. Discutir-se-á carências e excessos; motivos e emoções; pobreza e riqueza; esperança e incerteza; raiva e compaixão; loucura e racionalidade – a discussão, além de antiga, é repetitiva; fundamentando-se, essencialmente, em diretrizes jurídicas (ou na falta delas) e na formação social deste imenso país.

Montesquieu (1748) fora o primeiro a sopesar teorias econômicas com composições de atividade criminal; seguido posteriormente por Beccaria (1767) e Bentham (1785). Esse assunto, ao que tudo indica, hibernou dentro da academia até após a segunda guerra mundial, quando fora despertado novamente por Becker (1968), ao se introduzir uma visão da escolha individual e do comportamento criminoso, quando este, compara as expectativas de lucro na esfera criminal e na esfera legal. A análise sobre o indivíduo e sua interação com o risco e expectativas de retorno seria a fundamentação de estudos econômicos dentro da área criminal. Este delineamento elaborado por Becker também fora o epicentro de críticas e teorias que tentavam estudar e identificar os fatores criminogênicos na sociedade.

A violência no Brasil deu uma escalada significativa nas últimas décadas. O crescimento médio de homicídios por ano é de 5,6%, tendo sido registrados mais de 794 mil assassinatos no país de 1980 até 2005¹. Mesmo entre os chamados “países em desenvolvimento”, o Brasil ocupa alto lugar nas estatísticas dos Estados mais violentos do mundo, com uma taxa de 28 homicídios para cada 100 mil habitantes².

A taxa de homicídios por 100.000 habitantes é o indicador utilizado para que se possa representar e comparar o nível de criminalidade entre cidades no mundo. Apesar de não ser o único parâmetro de violência, a taxa de homicídio é o indicador mais utilizado para

¹ Cerqueira, Lobão et Carvalho (2005).

² Idem.

determinar os níveis de criminalidade, uma vez que é considerado o ato violento de maior gravidade e de visibilidade pública. No Brasil estes dados são disponibilizados pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. Esta base de dados são públicos, seguem critérios de classificação internacionais e cobrem todos os municípios brasileiros.

Tabela 1

Média das taxas de homicídios nas capitais brasileiras 1990-2003	
<i>Cidade</i>	<i>Taxa de Homicídio / 100 mil hab</i>
Recife	60,10
Vitória	58,51
São Paulo	51,04
Porto Velho	48,58
Boa Vista	44,01
Rio de Janeiro	43,34
Macapá	43,21
Cuiabá	38,61
Maceió	37,82
Rio Branco	37,28
Brasília	32,21
Manaus	32,19
Campo Grande	30,50
Aracaju	29,33
João Pessoa	28,73
Porto Alegre	23,97
Fortaleza	22,22
Belo Horizonte	21,53
Goiânia	21,49
Belém	20,90
Salvador	20,87
São Luis	20,14
Curitiba	19,90
Palmas	17,21
Teresina	14,47
Natal	13,28
Florianópolis	12,40

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM (2006)

É possível verificar através da Tabela 1 que a maior taxa média de homicídios é da capital de Pernambuco, Recife, que apresentou uma taxa média de 60,10 por 100.000 habitantes – taxa essa que em 1998 era de 104,61³, e, conseqüentemente sofreu uma forte queda. A taxa, no entanto, ainda representa quase o dobro da média nacional que é de 31,25 homicídios para cada 100.000 habitantes. A menor taxa é a da capital de Santa Catarina, a cidade de Florianópolis, que em 1998 era de 11,03 e elevou-se para 12,40 em 2003. A média

nacional, em si, sofreu um aumento de 1998 para 2003 de 27,44 para os atuais 31,25 homicídios para cada 100.000 habitantes. Este dado representa um aumento de mais de 3% nos homicídios no país, evidenciando uma escalada da violência.

Há atualmente, uma panacéia de modelos criminólogos que procuram focalizar e explicar a causa do crime. O Estado, corpo maior dos cidadãos deste país, busca na maioria dos casos, soluções de curto prazo a fim de remediar, nunca solucionar os adventos da expansiva criminalidade. A criminalidade urbana, em especial, encontrou brechas estruturais na diversificação demográfica, social, econômica e legal que ocorreu no país nos últimos trinta anos. O Estado brasileiro, dotado de soluções arcaicas e burocráticas para a falácia social, observa de modo distante, um enfraquecimento do poder jurídico e a ascensão de uma força paralela que ganha impulso, adeptos, recursos --, ao mesmo tempo em que gera vítimas e aprofunda a delinquência no seio da sociedade nacional, criando um ciclo vicioso.

Neste estudo, fatores contundentes para a emersão do crime serão analisados. As variáveis a serem consideradas aproximam o entendimento sobre a expectativa comportamental de um indivíduo e de um grupo de pessoas na tomada de decisão ante a criminalidade. Variáveis econômicas e sociais, neste caso, têm papel peremptório para a integração na esfera ilegal de uma economia.

Apesar de terem comportamentos diferentes, a escolha individual e do chamado “crime organizado” ponderam as mesmas variáveis iniciais, sendo elas: a alocação temporal em relação ao crime; o risco envolvido no crime, baseando-se na probabilidade de ser pego, assim como na severidade e tamanho da punição; a riqueza inicial; o lucro esperado com a atividade criminosa; a projeção de ganho com um trabalho legal; e o desemprego.

No âmbito social, fatores apontados por Freeman (1996), como a idade; o sexo; a inteligência; a etnia (“raça”); a condição da comunidade em que o indivíduo ou grupo se encontra; fatores biomédicos; a educação; e as estruturas familiares, detêm o papel fundamental que influencia diretamente na escolha pela vertente criminal. Estes fatores, imprescindíveis, alinhados com as variáveis econômicas e de expectativas comportamentais, delineiam a análise básica para a percepção criminosa no país. O Brasil, em sua formação demográfica, é único, e, para uma busca específica aos determinantes criminais, é necessário trilhar suas peculiaridades sociais, a fim de ilustrar detalhadamente os efeitos de cada variável no comportamento e escolha final.

O Estado brasileiro tem, através de estudos e intervenções públicas, procurado encontrar regularidades estatísticas nos fatores crimogênicos nacionais. Com a evolução do

³ Segundo CID-10 do SIM, Ministério da Saúde.

quadro criminal, seu poder de intervenção tem sido diminuído, o que se traduz, de forma lógica e problemática, que os esforços por parte do Estado não tem gerado o resultado esperado quanto ao combate dos determinantes criminais. A União tenta alocar de maneira ótima os recursos para a segurança pública, de modo a desestimular o comportamento criminoso individual e organizado, balanceando o gasto com o bem-estar social. Sua problemática, neste sentido, permanece nesta alocação ótima, que por vez influencia nos demais fatores de influência direta pelo Estado, sendo eles: a simetria e o fluxo de informações criminalísticas; a convicção, a pena, a multa e a visão jurídica das ações criminais; a miopia pública sobre efeitos criminosos no médio e longo prazo; e a eficácia e a execução das medidas de combate ao crime.

Faz-se necessária uma análise estrutural e econômica da projeção da violência no Brasil nas últimas décadas para delinear os determinantes da criminalidade no país. Um cruzamento, entre as motivações individuais e de grupo, o comportamento esperado e econômico destes; com as relações entre o crime e as variações na cultura e nos mecanismos sociais são levantados neste estudo. Tais arcabouços teórico serão desenvolvidos ao longo do trabalho com o objetivo de iluminar o processo decisório, de indivíduos e de grupos de pessoas, que os remetam ao comportamento criminal e otimização nas medidas e execução para o combate criminal por parte do Estado brasileiro.

OBJETIVOS

GERAL

Investigar, à luz do conceito econômico, o processo decisório de um indivíduo e de grupos organizados, em enfronharem-se num comportamento criminoso no Brasil e a aplicação ótima de medidas no combate ao crime.

ESPECÍFICOS

- Explorar o conceito e as variáveis do processo decisório de um indivíduo que o leve a ingressar na criminalidade;
- Delinear o conceito de crime no país e suas características econômicas;
- Analisar a o método “ótimo” da aplicação de medidas que levem a uma redução da criminalidade no país.

METODOLOGIA

A perspectiva e procedimentos metodológicos adotados na elaboração deste trabalho tomam como base uma revisão teórica extensa. A teoria que abrange a economia do crime é uma teoria aprofundada mais recentemente – a partir das pesquisas de Becker sobre o capital humano –, e sem alterações radicais que criassem revés naquilo que já havia sido proposto, como visto em outros segmentos da teoria econômica.

Faz-se necessária a compreensão de toda a estrutura teórica disponível e o cruzamento desta teoria com preceitos da ordem do direito, história, socialização e da cultura dos brasileiros. Isto porque a estrutura teórica, que engloba um processo de criação acerca de uma observação da realidade, é, em sua grande maioria, representativa de estatísticas e jurisprudência de outros países. Empreender, desta forma, o caminho inverso da teoria *per se*, cria condições para uma verificação da teoria concreta, além do conteúdo desta teoria aplicada especificamente ao caso brasileiro.

Após a revisão teórica, será realizada uma pesquisa de campo, onde um questionário será apresentado à parte da população carcerária de alguns estados brasileiros. Este questionário trará luz às teorias expostas no trabalho como uma crisma da realidade teórica concebida através do tempo. Este questionário deverá caracterizar aspectos da entrada de indivíduos ao mundo da criminalidade, além de avaliar as variáveis que exerceram peso na escolha individual para tal escolha⁴.

Buscar-se-á, desta forma, uma junção da literatura teórica com uma realidade aproximada do caso brasileiro. Levantando conceitos sobre as variáveis e ponderações do indivíduo criminoso brasileiro, se verificará as características da teoria em sua aplicação no país. Para concentrar-se no indivíduo, o estudo passará a tomar o indivíduo como à unidade central do sistema social. O indivíduo terá assegurado, seu papel como base estrutural da premissa metodológica utilizada – onde o indivíduo passará a ser representado como um integrante dinâmico da fundação social no Estado. Esta estrutura social representa uma totalidade complexa, com características epistemológicas que serão relevadas em termos, ao serem chocadas contra as teorias econômicas verificadas.

A realidade sensível, ponderada através de conceitos sociais, deverá ser deixada de lado durante a elevação da prática do embasamento teórica apresentado. Como forma de expurgar uma perspectiva balizadora daquilo que viria a ser um comportamento realmente econômico-social por parte da população criminosa, assim como por parte da população

“legal”, se terá como exigência metodológica, uma expansão do horizonte temporal como forma de captar a totalidade das mudanças do comportamento do indivíduo dentro de uma sociedade mutável. Esta ampliação terá como base estudos passados, realizados dentro do território nacional, com a população carcerária de alguns estados.

Por tratar-se de um campo de estudos pouco avaliado no país, necessita-se uma compreensão da literatura teórica já conceituada, para depois aplicá-la na busca de premissas do caso nacional. Será necessário assim entender o papel do indivíduo dentro do cerco social evolutivo e sopesar sua dinâmica participativa desta totalidade para finalmente verificar a conceituação teórica no caso brasileiro. Haverá, portanto, um marco de construção e entendimento da teoria estabelecida, para simular uma desconstrução e finalmente uma análise das premissas expostas.

⁴ Verificar Questionário Sócio-Econômico aplicado no Anexo, página 71.

CAPÍTULO 2: FUNDAMENTOS SOBRE OS DETERMINANTES DA CRIMINALIDADE

2.1. A EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE A CRIMINALIDADE

Nas páginas que relatam o que seria o último diálogo de Platão em “As Leis”, há uma corrente preocupação sobre o assunto, baseando-se na conduta humana no que se refere ao estabelecimento das próprias leis, fundamentadas em suas crenças e costumes. Ainda considerando os relatos de Platão, o crime é apontado como uma doença cujas causas derivam de paixões, da procura por “prazer” e da ignorância (PLATÃO, 1999).

Já Aristóteles atribuía à causa do crime a miséria, onde o criminoso era um “opositor” da sociedade que deveria ser devidamente castigado. Em “Ética a Nicómaco”, Aristóteles busca os marcos fundamentais que alicerçam a virtude à ética humana. Acreditava-se que a Justiça detinha um rol fundamental no delineamento da conduta humana e que também servia de parâmetro para o que era injusto, fazendo uma conexão explícita do que era justo com o injusto (ARISTÓTELES, 2001).

Somente no século XVIII, com o Iluminismo, e, principalmente, com os trabalhos de Platão, surge uma ponte entre o crime e as causas sociais no livro “A Utopia”, de Thomas Morus. Essa ponte é estendida através dos trabalhos de Montesquieu, seguido por Beccaria. É neste período, em meio à chamada Revolução Industrial, à Independência dos Estados Unidos da América e à Revolução Francesa que os conceitos sobre direitos e leis se ampliam e se consolidam como o pilar necessário para a manutenção do Estado.

Cesare Beccaria, em 1764, descreveu as origens do castigo, o fundamento e as interpretações das leis e ponderou sobre as atribuições que, pela primeira vez, ligaram o “direito moderno” a uma postura de conteúdo econômico (BECCARIA, 1995).

O crime, na interpretação teórica de vários autores, é “um ato de transgressão de uma lei vigente na sociedade. A sociedade decide, através de seus representantes, o que é um ato ilegal via legislação e pela prática do Sistema de Justiça Criminal. Esta delimitação entre o que é legal e o que é ilegal determina o montante de crimes realizados na sociedade”⁵. Neste sentido, os estudos sobre as causas da criminalidade progrediram em duas principais vertentes: uma sobre as motivações individuais e os processos que levam as pessoas a

Excluído: ,
Excluído: as leis
Excluído: e
Excluído: por homens sobre
Excluído: O
Excluído: fora
Excluído: visto
Excluído: as
Excluído: à
Excluído: a
Excluído: a
Excluído: considerando
Excluído: como
Excluído: e
Excluído: devidamente
Excluído:
Excluído: e a
Excluído: em
Excluído: ,
Excluído: mas
Excluído: e
Excluído: aqui
Excluído: é
Excluído: em algumas vezes,
Excluído: é
Excluído: baseado
Excluído: nos
Excluído: t
Excluído: ,
Excluído: a
Excluído: i
Excluído: d
Excluído: a
Excluído: ra
Excluído: ra
Excluído: um
Excluído: a
Excluído: gamas
Excluído: n
Excluído: riam

⁵ Brenner, A racionalidade econômica do comportamento criminoso perante a ação de incentivos, p. 32

adentrarem o segmento criminoso e outra sobre as principais relações entre as taxas de crime em face às variações nas culturas e nas organizações sociais (CERQUEIRA e LOBÃO, 2004).

Excluído: , por outro lado, tem-se estudado

As teorias sobre as causas da criminalidade relacionadas ao contexto social têm, historicamente, as rédeas do pensamento *main-stream* quando procura soluções junto a políticas públicas no combate à criminalidade. Entretanto, a visão econômica da criminalidade vem ganhando considerável espaço no que concerne ao cálculo do comportamento criminoso e às respostas dadas pelas autoridades. Adam Smith, descrevendo os fenômenos ocorridos durante a Revolução Industrial, não deixou de observar que crime e demanda por proteção ao crime são ambos motivados pela acumulação da propriedade. Assim como William Paley, que também elaborou uma análise relativa aos fatores que condicionam as diferenças entre as esferas criminais. Jeremy Bentham, um utilitarista, cunhou a importância ao cálculo do comportamento criminoso, assim como, as respostas pelo poder público a tais atos (CERQUEIRA e LOBÃO, 2004). Anos mais tarde, com a “revolução marginalista” no campo econômico, Alfred Marshall retrata uma discussão moral sobre a análise econômica em relação ao comportamento e vícios humanos⁶, baseado nas análises de Bentham (BECKER, 2001).

Excluído: cume

Excluído: ,

Excluído: se

Excluído: de modo a

Excluído: r

Excluído: a

Excluído: um

Excluído: se

Excluído: ,

Excluído: ambos

Excluído: ,

Excluído: mente

Excluído: o

Excluído: à

Excluído: s

Excluído: (o q ta baseado: a discussão moral ou os vícios?)

Somente em 1968, quando Gary Becker publicou o artigo “*Crime and punishment: an economic approach*” foi preenchida uma lacuna baseada em economia e criminalidade, “um modelo microeconômico no qual os indivíduos decidem cometer ou não crimes. Ou seja, fazem uma escolha ocupacional entre o setor legal e o setor ilegal da economia” (ARAÚJO JR., 2002, p. 3). A contribuição de Becker tocou no aspecto em que os agentes criminosos são racionais e agem calculando o seu benefício de atuar ou não em camadas ilícitas da economia.

Excluído: ,

Excluído: que se

Excluído:

Excluído: cujo

Excluído: que oferecesse

Excluído: de

Excluído: ,

Excluído: No foque

Excluído: No que tange a concepção de Becker (1968),

Daniel Cerqueira e Waldir Lobão (2004, p.247), no que tange a concepção de Becker (1968), expõem:

“Becker [...] impôs um marco à abordagem sobre os determinantes da criminalidade ao desenvolver um modelo formal em que o ato criminoso decorreria de uma avaliação racional em torno dos benefícios e custos esperados aí envolvidos, comparados aos resultados da alocação do seu tempo no mercado de trabalho legal. Basicamente, a decisão de cometer ou não o crime resultaria de um processo de maximização de utilidade esperada, em que o indivíduo confrontaria, de um lado, os potenciais ganhos resultantes da ação criminosa, o valor da punição e as probabilidades de detenção e aprisionamento associadas e, de outro, o custo de oportunidade de cometer crime, traduzido pelo salário alternativo no mercado de trabalho”.

⁶ Alfred Marshall. *Principles of Economics*, Apêndice Matemático X

A visão de Gary Becker, que será melhor, detalhada na sessão 2.2, baseou-se no conceito de racionalidade do indivíduo quando este escolhe suas ações ao deparar-se com algumas “ponderações” positivas e negativas. Estas “ponderações” seriam as variáveis utilizadas para entender a escolha do indivíduo pelo caminho da legalidade ou ilegalidade, quais sejam: as chances do indivíduo ser pego ao cometer o crime, o tamanho das multas e/ ou penas a serem cumpridas e o salário. Essas variáveis seriam alteradas e ampliadas após a publicação do artigo pelo próprio Becker e por seguidores de sua linha teórica. É importante ressaltar que várias dessas variáveis foram buscadas junto às correntes teóricas da criminalidade antropológica e sociológica.

Excluído: mais bem

Excluído: sse

Excluído: equipar-se

Excluído: .

Excluído: ,

Excluído: Becker utilizara a percentagem d

Excluído: ;

Excluído: t

Excluído: ,

Excluído: no entanto,

Excluído: t

Excluído: a

Excluído: ,

Excluído: ,

Por mais que o estudo de Becker tenha apontado um pilar microeconômico para a análise do crime, as variáveis a serem examinadas, que resultam no momentum total do criminoso escolher cometer um crime, devem ser buscadas junto ao comportamento humano. E as ciências econômicas, por mais que já tenham avancado nesta esfera, ainda necessitam de observações de outras áreas quando focadas nos comportamentos para o crime. O próprio Becker aponta outras variáveis a serem mesuradas na hora da escolha do indivíduo, entre o mundo do crime e a legalidade, como: inteligência, idade, nível de educação, história criminal, riqueza e ainda faz ressalvas quanto a criação recebida pela família. Neste caso, é necessário apresentar as vertentes próximas que contribuem para o esclarecimento do comportamento humano, e por, consequente, as variáveis a serem ponderadas pelo indivíduo na escolha pelo crime ou pela legalidade:

Excluído: n

Excluído: o

Excluído: em

Excluído: ,

Excluído: ,

Excluído: ,

Excluído: à

Excluído: or parte da

Excluído: do indivíduo

Excluído: (

Excluído:)

Excluído: sua

2.1.1. TEORIAS FOCADAS NAS PATOLOGIAS INDIVIDUAIS

Um dos arcabouços teóricos que influenciou o aprofundamento de variantes sobre a escolha racional de se cometer um crime fora buscado nas Teorias Focadas nas Patologias Individuais. Essas teorias procuram esclarecer o comportamento criminoso a partir de patologias individuais que são divididas em três grupos: de natureza biológica, psicológica e psiquiátrica. Contribuições nesta área são atribuídas ao italiano Cesare Lombroso em “*Le crime; causes et remèdes*” de 1899 que rejeitava a idéia de que crime era uma característica da natureza humana, e sim, um rastro genético passado pelo DNA de pai para filho. Suas idéias basearam-se nos estudos de vários aspectos humanos, inclusive na geometria da

Excluído: t

Excluído: o

Excluído: s

Excluído: e

Excluído: m

formação do crânio, considerando que certos aspectos na formação dos crânios apontavam para pessoas propensas ao crime ou não (LOMBROSO, 2001).

Excluído: e considerou

Excluído: (

Excluído: – eu tiraria)

As idéias de Lombroso perderam aceitação acadêmica após a segunda guerra mundial com acusações de serem racistas. Porém, em anos mais recentes, as análises focadas nas patologias individuais têm se desenvolvido junto a unir características biopsicológicas do indivíduo com seu histórico de vida pessoal e suas relações sociais⁷. Outros teóricos⁸ desta corrente se destacam como estudiosos da biologia social, que, por sua visão, o crime, particularmente, o homicídio, decorreria de uma necessidade quasi-inconsciente do indivíduo de preservar a sua linha genética. Já estudiosos da neurobiologia⁹, relacionados à criminalidade, concluem que existe uma relação positiva entre portadores de neuropatologias e homicidas. De acordo geral, tanto entre biólogos e psicólogos, há uma idéia de que disfunções ou desvios de características do criminoso em relação ao não-criminoso – a criminalidade per se – se constituiria em uma espécie de ajustamento de problemas mentais ou biológicos que o indivíduo teria conectado a outros problemas derivados de relacionamentos sociais. Estes estudos buscam alicerces em perspectivas de estrutura social e cultural para explicar a criminalidade (CERQUEIRA e LOBÃO, 2004).

Excluído: se

Excluído: ,

Excluído: ,

Excluído: como

2.1.2. TEORIA DA DESORGANIZAÇÃO SOCIAL

A Teoria da Desorganização Social é uma abordagem sistêmica que parte de uma análise sobre comunidades locais, aos vê-las como um complexo sistema de redes de associações formais e informais. Estas relações intrínsecas, segundo a teoria, são essenciais durante o desenvolver do indivíduo dentro desta comunidade, no que tange ao caráter, às virtudes, à ética e à moral – o formando individualmente dentro de um processo de socialização e aculturação. “Essas relações seriam condicionadas por fatores estruturais, como status econômico, heterogeneidade étnica e mobilização residencial. Além desses, a teoria

Excluído: a

Excluído: t

⁷ Ver Hakeem, M. *A Critique of Psychiatric Approach to Crime and Correction*. *Law and Contemporary Problems*, v. 23, p. 650-682, 1958; ver Healy, W. *The Individual Delinquent: A Text-book of Diagnosis and Prognosis for all Concerned in Understanding Offenders*. Ed. Little Brown, Boston, 1915.

⁸ Ver Daly, M. e Wilson, M. *Sex, Evolution, and Behavior*. 2ª Edição. Ed. PWS Publishers. Boston, 1983; ver Cano, I. e Soares, G.D. *As Teorias sobre as Causas da Criminalidade*. Rio de Janeiro, IPEA. Manuscrito, 2002.

⁹ Ver Pallone, N.J. e Hennessy, J. J. *Neuropathology and Criminal Violence: Newly Calibrated Rations*. *Journal of Offender Rehabilitation*, v. 31, nos. 1 e 2, p. 87-99, 2000.

tem sido estendida para comportar outras variáveis, como fatores de desagregação familiar e urbanização”¹⁰.

Sob a ótica dessa teoria, a criminalidade eclodiria como uma consequência de lacunas mal estruturadas na organização das relações sociais comunitárias, de vizinhanças e familiares. Por exemplo, grupos de adolescentes sem supervisão ou orientação, baixa participação social em escolhas para realocação de fundo, urbanização, e difícil acesso a áreas de lazer (ENTORF e SPENGLER, 2002).

Excluído: t

Estudos nesta área, através de painéis de dados, buscaram testar as variáveis explicativas para diversos crimes. Estudos de Sampson e Groves¹¹, por exemplo, mostraram que em mais de 238 localidades na Grã-Bretanha, os fatores estatísticos de maior significância para a influência do indivíduo e sua relação com o crime eram a desagregação familiar, urbanização, grupos de adolescentes sem supervisão e a participação organizacional da comunidade (SAMPSON e GROVES *apud* CERQUEIRA e LOBÃO, 2004). Já a pesquisa de Miethe *et alii*¹² demonstrou, baseado em um painel de dados com registros policiais de mais de 584 cidades norte-americanas, para os anos de 1960, 1970 e 1980, que entre os fatores mais significativos figuravam a taxa de desemprego, a heterogeneidade étnica, a mobilidade residencial, o controle institucional e a existência de mais de um morador por cômodo (MIETHE *et alii* *apud* CERQUEIRA e LOBÃO, 2004). Os resultados empíricos de estudiosos nesta área possuem uma relação negativa entre o crime e a coesão social¹³.

Excluído: s

Excluído: aram

Excluído: s

Excluído: são de haver

2.1.3. TEORIA DA ASSOCIAÇÃO DIFERENCIAL

Uma teoria de causa do crime busca a “compreensão das motivações e do comportamento individual e da epidemiologia associada, ou como tais comportamentos se distribuem e se deslocam espacial e temporalmente¹⁴”. A abordagem da Teoria da Associação Diferencial, também conhecida como Teoria do Aprendizado Social foi introduzida por

Excluído: ção

Excluído: ra

¹⁰ Cerqueira e Lobão. *Determinantes da criminalidade: Arcabouços teóricos e resultados empíricos*, p.238.

¹¹ Sampson, R. J. e Goves, W. B. *Community Structure and Crime: testing Social-Disorganization Theory*. American Journal of Sociology, v. 94, p. 774-802, 1989.

¹² Miethe, T. D.; Hughes, M.; e McDowall, D. *Social Change and Crime Rates: An Evaluation of Alternative Theoretical Approaches*. Social Forces, v. 70, p. 165-185, 1991

¹³ Ver Warner, B. D. e Pierce, L. *Reexamining Social Disorganization Theory Using Calls to the Police as a Measure of Crime*. Criminology, v. 31, p. 493-517, 1993. Ver Smith, D. A. e Jarjoura, G. R. *Social Structure and Criminal Victimization*. Journal of Research in Crime and Delinquency, v. 25, p. 27-52, 1988. Ver Skogan, W. *Disorder and Decline*. Ed. Free Press. Nova Iorque, 1991.

¹⁴ Cerqueira e Lobão. *op. cit.*, p. 240

Sutherland¹⁵ em 1973 e foca-se no processo pelo quais os indivíduos, em particular os jovens, são influenciados em seus comportamentos a partir de experiências pessoais e com relação a situações de conflito.

A comunicação e o desenvolvimento do indivíduo dentro de um ambiente com características “negativas”, com interações pessoais e familiares problemáticas, determinariam uma base pra o comportamento do indivíduo. Nesta análise, a família, os grupos de amizade, a comunidade e suas ligações ocupam um papel fundamental. Contudo, segundo Cerqueira e Lobão (2004, p. 241):

“[...] os efeitos decorrentes da interação desses atores são indiretos, cujas influências seriam captadas pela variável latente ‘determinação favorável ao crime (DEF)’, uma vez que esta não pode ser mensurada diretamente mas, sim, resulta da conjunção de uma série de outras. Dentre as variáveis mensuradas normalmente utilizadas para captar essa variável latente DEF estão: grau de supervisão familiar; intensidade de coesão nos grupos de amizade; existência de amigos que foram, em algum momento, pegos pela polícia; percepção dos jovens acerca de outros jovens na vizinhança que se envolvem em problemas; e se o jovem mora com os pais”.

Essa teoria, assim como as teorias de desorganização social e as focadas em patologias individuais trouxeram novas variáveis a serem mensuradas utilizando os conceitos descritos por Becker em 1968. Como o artigo de McCarthy¹⁶ que encontrara evidências favoráveis à existência de variáveis DEF, e que foi além, demonstrando motivações de comportamento no contato e no aprendizado entre criminosos (MCCARTHY *apud* CERQUEIRA e LOBÃO, 2004).

Excluído: t

2.1.4. TEORIA DO CONTROLE SOCIAL

A Teoria do Controle Social foge um pouco na abordagem de outras teorias que procuram entender o que leva pessoas a cometerem crimes. Esta teoria tem como fundamento de análise, o caminho contrário das demais teorias, e procura entender, desta forma, o que mantém um indivíduo dissuadido da criminalidade. Neste aspecto, o enfoque utilizado é

¹⁵ Sutherland, E. H. *Development of the Theory*, em K. Schuessler (ed.), *Edwin Sutherland on Analyzing Crime*. p. 30-41. .Ed. Chicago University Press. Chicago, 1973

¹⁶ McCarthy, B. *The Attitudes and Actions of Others: Tutelage and Sutherland's Theory of Differential Association*. British Journal of Criminology, v. 36, p. 135-147, 1996.

distinto da teoria de variáveis influenciadoras que é utilizada pela análise de Becker – em respeito ao ganho pelo crime, da propensão do criminoso ser apanhado, tamanho da pena etc – e parte, por conseguinte, da idéia do controle social, a partir da ligação do indivíduo com o meio social em que está inserido. Dito de outra forma, o foco trabalha em cima da relação que o indivíduo tem com a sociedade – um contrato social – e, quanto maior o envolvimento do cidadão com o sistema social, maior é seu grau de aceitação e seus elos com os valores e normas vigentes, e menores são as chances desta pessoa se engajar em uma atividade criminosa. Outros estudos são focados em variáveis mais específicas, que se relacionam principalmente com “ligações e afeições familiares” e “compromissos escolares”¹⁷ (CERQUEIRA e LOBÃO, 2004).

- Excluído: d
- Excluído: a
- Excluído: a
- Excluído: em
- Excluído: ao
- Excluído: ,
- Excluído: .
- Excluído: s
- Excluído: (não conheço a palavra ou seria, “dito”?)
- Excluído: d
- Excluído: -
- Excluído: quanto
- Excluído: maiores
- Excluído: seriam
- Excluído: têm

2.1.5. TEORIA DO AUTOCONTROLE

Segundo esta teoria, indivíduos que têm um comportamento achaque, com tendências viciosas, não desenvolveram mecanismos psicológicos de autocontrole entre o início da formação psicológica (2 a 4 anos) e a fase da pré-adolescência. Tal comportamento seria resultado de deformações no processo de socialização, de falta de supervisão, negligência, falta de limites e formação de personalidade egoísta ou traumática.

A implicação desta formação insana é traumática ao indivíduo, levando-o a carência de autocontrole, que será demonstrada a partir da adolescência, onde o comportamento estudado¹⁸ aponta um indivíduo com personalidade voltada, exclusivamente, a seus próprios interesses, com vistas à obtenção de prazer imediato, sem que haja comprometimento com os acontecimentos de longo prazo e aos impactos de suas ações sobre seu ambiente e sobre terceiros (CERQUEIRA e LOBÃO, 2004 & LEVITT, 1997).

- Excluído: s
- Excluído: está relacionada a estes não terem desenvolvido
- Excluído: , 3,
- Excluído: até
- Excluído: ,
- Excluído: sã
- Excluído: i
- Excluído: e
- Excluído: o
- Excluído: esta
- Excluído: r-se-á
- Excluído: leva a crer que a
- Excluído: se fixa como um indivíduo
- Excluído: o
- Excluído: próprios
- Excluído: ;
- Excluído: miopia
- Excluído: a

2.1.6. TEORIA DA ANOMIA

¹⁷ Ver Agnew, R. *Why do They do It? An Examination of the Intervening Mechanisms between Social Control Variables and Delinquency*. Journal of Research in Crime and Delinquency. V. 30, p. 245-266, 1993; ver Paternoster, R. e Mazerolle, P. *General Strain Theory and Delinquency: A Replication and Extension*. Journal of Research in Crime and Delinquency, v. 31, p. 235-263, 1994.

¹⁸ Ver Gottfredson, D. C. e Hirschi, T. *A General Theory of Crime*. Ed. Stanford University Press. Stanford, 1990; ver Polakowski, M. *Linking Self and Social Control with Deviance: Illuminating the Structure Underlying*

O cunho sociológico desta teoria para explicar a criminalidade relata que um indivíduo trilha o caminho para a delinquência devido a impossibilidade de atingir metas por ele almejadas. Trata-se de uma observação *behaviorista* sob o indivíduo que adentra uma lacuna preenchida por aspirações e limitações quanto ao *status* social. Suas perspectivas se destacam a partir de três pontos: a) diferenças das aspirações individuais e dos meios econômicos disponíveis ou das expectativas de realizações; b) oportunidades bloqueadas e c) privações relativas (BURTON JR. *et ali*¹⁹, COHEN²⁰ e MERTON²¹ *apud* CERQUEIRA e LOBÃO, 2004).

Tais conceitos são percebidos mais claramente quando utilizada a metodologia de aplicação de questionários aos presos. Suas respostas, geralmente, nos permitem verificar em qual perspectiva comportamental poderão ser enquadrados. Embora sutis, as três abordagens apresentam perspectivas distintas. Na primeira perspectiva, há um processo de anomalia decorrente, principalmente, da diferença entre os anseios do indivíduo e suas reais possibilidades de alcance. Já a segunda demonstra que “[...] o foco de divergências com as normas instituídas passa a existir a partir do momento em que o indivíduo percebe que o seu insucesso decorre de condições externas à sua vontade [...]”²²; e por último, a privação relativa cria condições de percepção para o indivíduo entre o hiato social que separa um grupo de outros que facilmente leva a distúrbios psicológicos e comportamentais devido a frustrações²³.

2.1.7. TEORIA INTERACIONAL

O principal estudioso desta teoria é Terence P. Thornberry²⁴ que propôs um conceito onde o modelo interacional é um processo dinâmico que entende a delinquência como a “[...] consequência de um conjunto de fatores e processos sociais, [e a perspectiva interacional]

Excluído: explica

Excluído: (só pra não repetir “explicar”).

Excluído: à

Excluído: a

Excluído: dele

Excluído: ,

Excluído: ao

Excluído: ;

Excluído: ao

Excluído: ratificações

Excluído: apresentadas

Excluído: através de

Excluído: ões

Excluído: ,

Excluído: que, ao

Excluído: apresentarem

Excluído: oferecerem (pra não repetir “apresentar” s

Excluído: ,

Excluído: demonstram sob

Excluído: fora

Excluído: (CONFUSO).

Excluído: se

Excluído: devido à

Excluído: por sua parte

Excluído: e

Excluído: –

Excluído: à

Excluído: a

Excluído: ao

Excluído: o

a *General Theory of Crime and its Relation to Deviant Activity*. Journal of Quantitative Criminology, v. 10, p. 41-78, 1994.

¹⁹ Burton Jr., V. S. e Cullen, F. T. *The Empirical Status of Strain Theory*. Crime and Justice, v. 15, p.1-30, 1992.

²⁰ Cohen, A. K. *Delinquent Boys*. Ed. Free Press, Nova Iorque, 1955.

²¹ Merton, R. K. *Social Structure and Anomie*. American Sociological Review, v. 3, p. 672-682, 1938.

²² Cerqueira e Lobão. op. cit., p. 245

²³ Ver Hoffman, J. P. e Miller, A. S. *A Latent Variable Analysis of General Strain Theory*. Journal of Quantitative Criminology, v. 14, p. 83-110, 1998.

²⁴ Thornberry, T. P. *Empirical Support for Interactional Theory: A Review of the Literature*, em J. D. Hawkins (ed.), *Some Current Theories of Crime and Deviance*, p. 198-235 Ed. Cambridge University Press, Nova Iorque, 1996

procura entendê-la simultaneamente como causa e consequência de uma variedade de relações recíprocas desenvolvidas ao longo do tempo²⁵”.

Dentro desta abordagem há dois elementos importantes a serem destacados: a perspectiva evolucionária e os efeitos recíprocos. A primeira parte pressupõe que o crime não é constante na vida de um indivíduo, mas sim, uma etapa com tempo e idades relativas (em torno dos 12 ou 13 anos para iniciar-se) onde ocorre um aumento destas atividades ilícitas por volta dos 16 e 19 anos tendendo a diminuir, ou a se finalizar, na maturidade, por volta dos 35-40 anos. Já os efeitos recíprocos têm como base um grande número de variáveis testadas, como ligação familiar, nível de educação, nível social, integração social etc. e que desenvolvem a psique e o caráter do indivíduo, representando uma propensão (ou não) a adentrar na criminalidade. Estudos de Entorf e Spenger²⁶ afirmam que as mais presentes variáveis que influenciam consideravelmente um indivíduo para o crime são a ligação com os pais, envolvimento escolar, grupos de amizade, punição paternal para desvios e ligação com grupos delinquentes (ENTORF e SPENGER apud CERQUEIRA e LOBÃO, 2004).

2.2. O MODELO DE GARY S. BECKER

Becker, em seu artigo publicado no *Journal of Political Economy* (1968), parte do pressuposto que recursos públicos e privados são gastos no combate ao crime – tanto na prevenção quanto na apreensão de criminosos – e apresenta uma relação quantitativa de recursos a serem aplicados na prevenção e especifica o tipo de punição adequada para vários tipos de legislação. Isto é, quantas ofensas criminosas deveriam não ser punidas? A metodologia de Becker busca a mensuração da perda social devido a atos criminosos e procura encontrar a alocação ótima de recursos e punições que reduzam esta perda.

A conjectura de Becker anuncia a hipótese de que os agentes criminosos são agentes racionais e possuem, assim, a qualidade de poder calcular o seu benefício de atuar, ou não, no setor ilícito da economia:

“[...] os indivíduos se tornam assaltantes e criminosos porque os benefícios de tal atividade são compensadores, quando comparados, por exemplo, com outras atividades ilegais, quando são levados em conta os riscos, a probabilidade de apreensão, de condenação à

²⁵ Cerqueira e Lobão. *apud* Thomberry. op. cit., p. 246

²⁶ Entorf, H. e Spengler, H. *Socioeconomic and Demographic Factors of Crime in Germany: Evidence from Panel Data of the German States*. International Review of Law and Economics, v. 20, p. 75-106, 2000.

Excluído: do
Excluído: osto de
Excluído: ,
Excluído: e,
Excluído: s
Excluído: a
Excluído: ,
Excluído: ao indivíduo atingir
Excluído: ;
Excluído: riqueza
Excluído: ,
Excluído: .
Excluído: o
Excluído: emergir
Excluído: ,
Excluído: e
Excluído: ,
Excluído:
Excluído: , desta forma,
Excluído: ,
Excluído: notas
Excluído: ;
Excluído: ,
Excluído: ;
Excluído: ,
Excluído: ;
Excluído:
Excluído: ;
Excluído: , assim,
Excluído: ou a
Excluído: os
Excluído: a quantidade
Excluído: (CONFUSO)
Excluído: uma
Excluído: ,

severidade da pena imposta. Assim, para os economistas, os crimes são uns graves problemas para a sociedade porque, em certa medida, vale a pena cometê-los e que os mesmos implicam em significativos custos em termos sociais. O argumento básico da abordagem econômica do crime é que os infratores reagem aos incentivos, tanto positivos como negativos e que o número de infrações cometidas é influenciado pela alocação de recursos públicos e privados para fazer frente ao cumprimento da lei e de outros meios de preveni-los ou para dissuadir os indivíduos a cometê-los. Para os economistas, o comportamento criminoso não é visto como uma atitude simplesmente emotiva, irracional ou anti-social, mas sim como uma atividade eminentemente racional”²⁷.

O ponto de partida de Becker é o calculo do custo do crime²⁸ nos EUA em 1965, época de sua pesquisa. Seguindo dados oficiais da *President's Commission*²⁹, Becker chega à estimativa³⁰ de US\$ 20,98 bilhões de dólares de gastos distribuídos entre crimes contra terceiros, crimes contra propriedade, narcóticos, jogatina, fraude, vandalismo, prostituição, perdas devido a homicídios, assaltos e outros crimes; gastos públicos com polícia, tribunais e apreensão; gastos em detenção e prisões; e gastos com segurança privada, que incluem desde alarmes até escolta armada de carga. Na época o somatório dos encargos³¹ com criminalidade chegou próximo a 4% do PIB dos EUA.

O modelo criado por Gary Becker para a análise econômica do crime está relacionado aos gastos apresentados pela *President's Commission* e procura incorporar as relações comportamentais além dos custos listados em cada item da comissão, para alcançar os US\$ 20,98 bilhões de dólares. O modelo discrimina as relações entre: (1) o número de crimes e o custo das ocorrências criminais, (2) o número de crimes e a pena para os crimes, (3) o número de ocorrências criminais, prisões, condenações e o gasto público com policiamento e promotoria, (4) o número de condenações e os custos de detenção ou outros tipos de punição, e (5) o número de crimes e o dispêndio privado em proteção e apreensão (BECKER, 1968).

- Excluído: ;
- Excluído: ;
- Excluído: ;
- Excluído: ;
- Excluído: ;
- Excluído: ;
- Excluído: ;
- Excluído: O
- Excluído: ara
- Excluído: erto de
- Excluído: na época
- Excluído: é
- Excluído: trás
- Excluído: chegar-se
- Excluído: a
- Excluído: que há
- Excluído: fensas
- Excluído: fensas
- Excluído: em
- Excluído: ícia

²⁷ Balbinotto Neto, *A teoria econômica do crime*, p. 1

²⁸ Becker, em pondera sobre “crime” e seus significado (1968): “Although the word ‘crime’ is used in the title to minimize terminological innovations, the analysis is intended to be sufficiently general to cover all violations, not just felonies – like murder, robbery, and assault, which receive so much newspaper coverage—but also tax evasion, the so-called white-collar crimes, and traffic and other violations. Looked at this broadly, ‘crime’ is an economically important activity or ‘industry’, notwithstanding the almost total neglect by economists”, p. 170.

²⁹ President's Commission on Law Enforcement and Administration of Justice. *The Challenge of Crime in a Free Society*, p. 44. Washington: U.S. Government Printing Office, 1967

³⁰ Becker *apud* President's Commission, op. cit, p. 171

³¹ Ver apêndice, Tabela 2, p. i

2.2.1. DANOS

O dano é levado em consideração dentro do modelo e é apresentado como uma perda social, sendo considerado legalmente como crime. O dano aumenta com o nível de atividade criminal, como na relação:

$$H_i = H_i(O_i),$$

com

(1)

$$H'_i = dH_i / dO_i > 0,$$

onde H_i é o dano devido à atividade i e O_i é o nível de atividade criminal. A concepção econômica quanto aos efeitos do dano na sociedade é próximo ao de externalidades em deseconomias. Observando assim que há sub-efeitos devido à prática do crime, onde o número de atividade criminal é medido pela quantidade de ocorrências criminosas.

O modelo observa que o aumento do ganho por parte do criminoso aumenta com o número de ocorrências criminais sendo cometidas:

$$G = G(O),$$

com

(2)

$$G' = dG / dO > 0.$$

O somatório dos custos e perdas sociais é a diferença entre o dano e o ganho e pode ser descrito como:

$$D(O) = H(O) - G(O). \quad (3)$$

Criminosos eventualmente recebem ganhos marginais diminutivos e causam danos marginais aumentativos para crimes adicionais, $G'' < 0$, $H'' > 0$, e

$$D'' = H'' - G'' > 0, \quad (4)$$

como ambos, H' e $G' > 0$, o sinal de D' depende de suas magnitudes relativas, seguindo que:

Excluído: assim, é
Excluído: ,
Excluído: consequentemente é considerado
Excluído: ,
Excluído: legalmente

Excluído: à
Excluído: a
Excluído: fensas
Excluído: há
Excluído: um
Excluído: fensas

$$D'(O) > 0 \text{ para todo } O > O_a \text{ se } D'(O_a) \geq 0^{32}. \quad (5)$$

Becker salienta que seu modelo subestima valores importantes que são influenciados diretamente pela criminalidade. Valores estes que não são contabilizados dentro dos “custos do crime”, como, por exemplo, o custo do homicídio, que é mesurado pela perda relativa de ganhos futuros da vítima e exclui, entre outras coisas, o valor social da vida em si. O custo do roubo exclui os efeitos sociais de uma distribuição de riqueza forçada e os efeitos de acumulação de capital resultado do roubo (BECKER, 1968).

Excluído: pela

Excluído: ,

Excluído: ;

Excluído: o

2.2.2. OS CUSTOS DE APREENSÃO E CONDENAÇÃO

Quanto mais policiais, promotoria e equipamento especializado, diz Becker³³, maior será a facilidade de se descobrir e condenar criminosos³⁴. Considera a relação entre o trabalho realizado pela polícia e por atividades da promotoria, assim como, as varias realizações que exigem mão-de-obra humana, materiais e capital, como $A = f(m, r, c)$, onde f é a função de produção do total de variáveis alocadas. Dado f e os custos de cada variável, o aumento da “atividade” policial e jurídica seria mais custosa, observado na relação:

Excluído: A

Excluído: ,

Excluído: em

Excluído: (CADÊ O FIM DA FRASE?)

$$C = C(A)$$

e

(6)

$$C' = dC / dA > 0.$$

É importante destacar que seria menos custoso atingir qualquer nível de “atividade”, quanto menor fosse o custo para a contratação e manutenção de policiais, juizes, promotores, jurados e quanto mais desenvolvidos e disseminados certas tecnologias como impressão digital eletrônica, escuta telefônica, detectores de mentira, compartilhamento de dados intra-estados, etc. Uma aproximação da mensuração empírica elaborada por Becker considera o número de ocorrências tornadas condenações. Ela é descrita como:

Excluído: menos

Excluído: de uma

Excluído: é

Excluído: fensas

Excluído: em

$$A \approx pO, \quad (7)$$

³² Até a apresentação do modelo relevante a quinta relação: “o número de crimes e o dispêndio privado em proteção e apreensão”, será considerada a situação onde $D' > 0$.

³³ Becker, op. cit., p. 174

³⁴ Ver Friedman e Wickelgren (2002) e Vollaard (2005)

onde p , a razão de ocorrências criminais tornadas condenações em proporção a todas as ocorrências, é uma probabilidade de que uma ocorrência vire uma condenação. Ao substituir (7) em (6) e diferenciando, chega-se a:

Excluído: fensas

Excluído: em

Excluído: fensas

Excluído: fensa

$$C_p = \partial C(pO) / \partial p = C'O > 0$$

e

(8)

$$C_o = C'p > 0$$

se $pO \neq 0$. Um aumento em qualquer das probabilidades, a de condenação ou no número de ocorrências, iria aumentar o custo total. Se o custo marginal para o acréscimo de “atividade” estivesse aumentando, o resultado seria de:

Excluído: fensas

$$C_{pp} = C''O^2 > 0,$$

$$C_{oo} = C''p^2 > 0,$$

e

(9)

$$C_{po} = C_{op} = C''pO + C' > 0.$$

Uma estimativa mais realista elimina a relação do (7), de que condenações, sozinhas, são medidas pela “atividade”, ou até que p e O detêm elasticidades idênticas, e introduz uma relação mais generalizada:

$$A = h(p, O, a). \quad (10)$$

Onde a variável a representa prisões e outras determinantes da “atividade”, e não há qualquer presunção de que a elasticidade de h com respeito à p seja igual à O . A observação permite uma alteração da função de custos $C = C(p, O, a)$. Se, como é bem provável, h_p , h_o , e h_a sejam maior que zero, então C_p , C_o e C_a também serão maior que zero.

Excluído: à

Excluído: é

Excluído: de com

Excluído: (que?)

Excluído: substituição

Excluído: substituição

Excluído: rem

Excluído: de

Excluído: ao

Excluído: es

Derivando a função de custos, para se evitar erros de estimativa:

$$C_{pp} \geq 0,$$

$$C_{oo} \geq 0,$$

(11)

e

$$C_{po} \approx 0.^{35}$$

Seguindo a tabela de custos do crime da *President's Commission* de 1965, os gastos públicos dos EUA em policiamento e cortes somaram mais de US\$ 3 bilhões. Já as estimativas nos sete principais crimes da época: homicídio, estupro, assalto, latrocínio, roubo de carros, assalto violento e roubo; e gastos para cada um deles foram estimado³⁶ em cerca de US\$ 500 por crime e US\$ 2.000 para cada prisão. Sendo US\$ 500 uma estimativa de custos, e:

Excluído: í

Excluído: em

Excluído: ra

$$AC = C(p, O, a) / O$$

onde respectivamente, o número de crimes subiria caso o número de prisões ou condenações fosse maior. O custo marginal (C_o) seria de US\$ 500 se a condição (11), $C_{oo} \geq 0$, fosse considerada como constante na metodologia (BECKER, 1968).

Excluído: m

Excluído: es

Excluído: ao menos

2.2.3. A OFERTA DE OCORRÊNCIAS CRIMINAIS

Excluído: FENSAS

Ao ponderar sobre os determinantes de ocorrências criminais, Becker cita em parte os trabalhos de Lombroso e as teorias do controle social, da associação diferencial e algumas baseadas em patologias individuais. No tocante ao papel destas teorias e da teoria econômica, Becker ressalta que, caso as variáveis determinantes do crime fossem mantidas constantes, um aumento na probabilidade de uma condenação ou prisão de um indivíduo cairia juntamente com o número de ocorrências que este indivíduo cometeria. Becker acredita que uma mudança na probabilidade de apreensão e prisões detém um efeito maior do que uma mudança na pena (LORD SHAWNESS *apud* BECKER, 1968).

Excluído: fensas

Excluído: em

Excluído: ao ver

Excluído: sopesa

Excluído: se

Excluído: r

Excluído: ,

Excluído: fensas

Desta forma, Becker alude que sua análise sobre a oferta do crime é uma análise usual de economia e segue a presunção de que um indivíduo cometerá um crime se a utilidade esperada deste crime exceda a utilidade que ele obteria caso tivesse utilizado seu tempo e outros recursos em alguma outra atividade. A análise de Becker, portanto, busca recursos e

Excluído:

³⁵ Sobre a derivação, Becker afirma: "Differentiating the cost function yields $C_{pp} = C''(hp)^2 + C'hpp$; $C_{oo} = C''(ho)^2 + C'hoo$; $C_{po} = C''hohp + C'hpo$. If the marginal costs were rising, C_{pp} or C_{oo} could be negative only if hpp or hoo were sufficiently negative, which is not very likely. However, C_{po} would be approximately zero only if hpo were sufficiently negative, which is also unlikely. Note that if "activity" is measured by convictions alone, $hpp = hoo = 0$, and $hpo > 0$ ", op. cit., p. 175

³⁶ Becker *apud* *President's Commission*, op. cit., p. 176

variáveis que são expostas por correntes sociológicas e antropológicas, mas limita-se ao uso delas, acreditando que indivíduos se tornam “criminosos” não por motivações básicas que os diferem de outros indivíduos, mas por diferenças de custos e benefícios. Sua “teoria inicial” diverge de procurar uma “teoria geral do crime”, eliminando vertentes *ad hoc* que seriam mais tarde introduzidas e ampliadas por outros autores.

Excluído: is

Essa visão implica que existe uma função relacionando o número de ocorrências criminais de qualquer pessoa à sua probabilidade de condenação, à sua pena se condenado e à outras variáveis, como o ganho implícito na ocorrência de uma atividade legal ou ilegal, a frequência de prisões, e a sua vontade de se engajar em uma atividade ilegal. Podem ser representadas por:

$$O_j = O_j(p_j, f_j, u_j), \quad (12)$$

Onde O_j é o número de ocorrências que um indivíduo cometeria durante um período de tempo determinado, p_j sua probabilidade de condenação pela ocorrência, f_j sua pena pela ocorrência e u_j uma variável que representasse influências exógenas.

Uma vez que somente indivíduos condenados sofrem penas efetivas, há o efeito de “preço discriminado”³⁷ e incerteza: se condenado, o indivíduo paga f_j por ocorrência condenada, caso contrário não paga nada. Um aumento em p_j ou f_j reduziria a utilidade esperada de uma ocorrência criminal e tenderia a reduzir o número de ocorrências ou devido a probabilidade de “pagar” um “preço” alto, ou porque o “preço” em si subiria. Isto é:

$$O_{pj} = \partial O_j / \partial p_j < 0$$

e

$$O_{fj} = \partial O_j / \partial f_j < 0,$$

(13)

o efeito de mudanças em alguns componentes de u_j também poderia ser antecipado. Por exemplo, o aumento no ganho esperado de atividades legais – trabalho – ou o aumento no nível de educação, tenderia a reduzir o incentivo em atividades ilegais e assim, reduziria o número de ocorrências criminosas. Ou ainda, uma mudança nas penalidades, como a alteração da legislação de “pagamento de multa” para “reclusão”, podendo convergir na redução do número de ocorrências, ao menos temporariamente, já que ocorrências criminais, em parte, não deveriam ocorrer enquanto o condenado está preso.

Excluído: t

Excluído: fensas

Excluído: a

Excluído: a

Excluído: ,

Excluído: a

Excluído: disponível a ele

Excluído: através da

Excluído: e da atividade

Excluído: ,

Excluído: a

Excluído: ,

Excluído: e

Excluído: à

Excluído: (TENTEI CORRIGIR, MAS FIQUEI CONFUSA)

Excluído: fensas

Excluído: fensa

Excluído: fensa

Excluído: um

Excluído: fensa

Excluído: fensa

Excluído: fensas

Excluído: porque

Excluído: m

Excluído: s

Excluído: –

Excluído: -

Excluído: um

Excluído: m

Excluído: a engajar

Excluído: m

Excluído: fensas

Excluído: forma de pena

Excluído: ia

Excluído: em

Excluído: zir

Excluído: fensas

Excluído: fensas

Excluído: ria

Uma importante relação entre as variáveis e os efeitos causados por elas pode ser observada quando alterada, por exemplo, uma mudança entre o tamanho da pena e um aumento na probabilidade do criminoso ser pego: com o aumento de p_j , “compensada” por uma redução percentualmente idêntica de f_j , que não alteraria o ganho esperado do crime, mas alteraria a utilidade esperada, pois o aumento de risco mudaria. Um aumento em p_j , desta forma, diminuiria a utilidade esperada do crime e, conseqüentemente, o número de ocorrências, se comparado com uma alteração de mesma proporção à variável f_j , caso j detenha preferência ao risco. Um aumento em f_j teria um maior efeito se o indivíduo tivesse aversão ao risco e ambos teriam o mesmo efeito se o indivíduo fosse neutro ao risco.

O total de ocorrências criminais é o somatório de O_j e dependeria de p_j , f_j e u_j . Essas variáveis, no entanto, segundo Becker, variam de indivíduo para indivíduo conforme níveis diferentes de inteligência, idade, educação, histórico penal, riqueza, histórico familiar, etc.³⁷ mas que Becker, em seu artigo, simplifica ao relevar a função de ocorrência criminal como:

$$O = O(p, f, u). \quad (14)$$

A função assume que as propriedades individuais são mantidas e que há uma relação inversa entre p e f , sendo de maior peso uma alteração em f caso o criminoso tenha uma preferência ao risco. O fato de o “crime compensar”, ou não, é uma implicação sobre as atitudes do criminoso sobre o risco e não é diretamente relacionado à eficiência da polícia ou à quantidade de recursos gastos em combate ao crime. É factual, no entanto, que valores de p e f podem ser alterados por estes recursos e políticas públicas e remeterem ao nível de risco – influenciando assim se o “crime compensa”, ou não, na escolha individual (BECKER, 1968).

2.2.4. AS PENAS

O custo de uma pena para um indivíduo só é parâmetro de comparação quando convertido em um valor monetário, sendo mensurável somente para multas. Por exemplo, o custo de ser encarcerado é o somatório de todos os ganhos perdidos e os valores descontados devido à restrição em consumo e liberdade. Como os valores de ganhos e de liberdade variam

- Excluído: m
- Excluído: s
- Excluído: s
- Excluído: como
- Excluído: ser substituído por um
- Excluído: ,
- Excluído: ,
- Excluído: ,
- Excluído: o
- Excluído: ,
- Excluído: u
- Excluído: fensas
- Excluído: ao menos
- Excluído: a
- Excluído: se
- Excluído: em
- Excluído: ; u
- Excluído: , então,
- Excluído: ;
- Excluído: fensas
- Excluído: t
- Excluído: devido a
- Excluído: (só pra não ficar “indivíduo devido”)
- Excluído: ,
- Excluído: .
- Excluído: fensa
- Excluído: a
- Excluído: na
- Excluído: somente
- Excluído: ,
- Excluído: que, obviamente, é
- Excluído:
- Excluído: somente
- Excluído: apenas (para não ficar mto “mentes”)
- Excluído: a

³⁷ Traduzido de “price discrimination”, ³⁷ Becker op. cit., p. 176

³⁸ Becker op. cit., p. 178

de pessoa para pessoa, o custo até de uma condenação de pena a ser cumprida tende, neste sentido, a ser maior para indivíduos que conseguiriam ganhos maiores fora da prisão. O custo, assim, para cada criminoso seria maior, quanto maior fosse o período de reclusão, uma vez que ambos, ganhos e consumo, são positivamente relacionados ao tamanho da pena.

O custo social da pena, no entanto, não somente afeta os criminosos, mas também a sociedade em geral. Isto por que o custo social total das penas é o custo para o criminoso mais ou menos o custo do ganho para a sociedade. Multas produzem um ganho social que se equivale ao custo dos criminosos, que, aparte da coleta dos custos, e o custo social das multas serem perto de zero, produzem o benefício de transferência de pagamentos entre infrator e vítima. O custo social de reclusão, de liberdade penal ou de outras penas, configura-se como maiores por envolver a sociedade até na penalidade pelo delito. Os custos sociais escritos em termos dos custos para o criminoso são:

$$f \equiv bf, \quad (15)$$

onde f é o custo social e b é o coeficiente que transforma f em f . O tamanho de b varia de forma relevante entre diferentes tipos de pena: $b \approx 0$ para multas, enquanto $b > 1$ para tortura, liberdade penal, encarceramento, e a maioria de outras penas. A variável b é especialmente alta para jovens em centros de detenção e adultos em prisões e perto de 1 para tortura ou liberdade penal.

Becker observa uma tendência durante os séculos XVIII e XIX, nos países anglo-saxões, além de alguns países comunistas e países de terceiro mundo, de utilizarem penas estritamente duras, ao mesmo tempo em que a probabilidade de apreensão de criminosos e condenados possuíam valores baixos. A explicação deste fato resume-se, pondera Becker, no fato de que o aumento da probabilidade de apreensão do criminoso requer dispêndios custosos para a esfera pública e privada, traduzindo-se em mais policiais nas ruas, juizes, promotores, etc. A legislatura, então, “compensava” a falta de probabilidade de apreensão e prisão por penas severas, resultando, muitas vezes, em pressões para uma redução de gastos públicos. Este “foco” na variável pena e a diminuição da probabilidade de apreensão, pouco altera o comportamento do indivíduo, tratando-se de releva a utilidade esperada do crime, uma vez que este indivíduo tenha preferência por risco.

Já os custos de apreensão e condenação de criminosos são afetados por uma variedade de fatores. O investimento em melhorias de aspecto tecnológico juntamente com uma reforma da polícia e da promotoria afetaria p , reduzindo o número de ocorrências, acarretando uma

Excluído: ,

Excluído: É

Excluído: o

Excluído: s

Excluído: mais tarde

Excluído: e

Excluído: tivesse

Excluído: e

Excluído: que

Excluído: ,

Excluído: de

Excluído: ,

Excluído: ,

Excluído: fensas

mudança na variável f , por conseguinte, diminuindo a necessidade de penas duras. Becker pondera que o movimento secular de melhoria da tecnologia policial e reformas políticas e comportamentais da polícia tem sido acompanhado por um declínio em penas.

Excluído: para

Excluído: de

Levando em conta que há um critério para mesurar o dano social causado por crimes e pelos custos relativos à criminalidade, se obtém:

$$L = L(D, C, bf, O) \quad (16)$$

presume-se:

$$\partial L / \partial D > 0, \partial L / \partial C > 0, \partial L / \partial bf > 0, \quad (17)$$

onde C é o custo de se combater o crime, seria necessário selecionar valores para f , C , e possivelmente de b para que se minimize L .

Excluído: a-se

A função de perda é idêntica ao total da perda social em ganho ou benefícios de crimes, condenações e penas, como em:

$$L = D(O) + C(p, O) + bpfO. \quad (18)$$

As variáveis $bpfO$ sendo o total da perda social devido às penas, uma vez que bf é a perda para cada ocorrência penalizada e pO é o número de ocorrências penalizadas. As variáveis sujeitas ao controle social direto são a quantidade de recursos alocados em combate ao crime, C ; a pena por ocorrência, se condenado, f , e a forma da pena, caracterizada por b . Uma vez escolhidas essas variáveis através das funções de D , C e O , são indiretamente determinados os valores para p , O , D e a perda de L .

Excluído: a

Excluído: fensa

Excluído: fensas

Excluído: ao

Excluído: do

Excluído: fensa

Excluído: o

Excluído: t

No entanto é possível separar pessoas que cometeram o mesmo crime em grupos que detêm respostas diferentes às penas. Por exemplo, homicidas não-premeditados ou “batedores de carteira”, supostamente, agem por impulso e, conseqüentemente, têm respostas quase que indiferentes ao tamanho da pena; assim como psicopatas ou jovens infratores, que são menos afetados do que outros criminosos por conseqüências futuras. Uma alteração nas variáveis de probabilidade de ser preso ou do tamanho da pena não os coíbe em cometer o crime (BECKER, 1968). Os crimes motivados por emoções ou por patologias compulsivas pouco respondem às variáveis econômicas e comportamentais descritas por Becker e outros

Excluído: u

Excluído: ; u

Excluído: coibindo

Excluído: de

Excluído: a

estudiosos³⁹. No aspecto de penas, houve durante o século XX uma substancial redução de penas de reclusão e um aumento de liberdades condicionais, além de tratamentos psicológicos, havendo consistência com as observações acima descritas (BECKER, 1968).

Excluído: tendo

2.2.4.1. MULTAS

Se $b = 0$, devido à pena ser por multa e o custo de apreensão e condenação do infrator também ser igual à zero, dar-se-ia a condição:

Excluído: ,

Excluído: se daria

$$D'(O) = 0. \quad (19)$$

Seguindo os conceitos microeconômicos de externalidades, onde o dano marginal deverá ser igualado ao ganho marginal para gerar uma soma zero (19), e se as condições de apreensão, condenação e pena para infratores tendem a aproximar-se do zero, porém com a infração gerando mais perdas marginais do que ganhos marginais, a perda social por ocorrências criminais seria minimizada ao deferir penas altas suficientes para eliminar todos os crimes.

Excluído: ,

Excluído: -se

Excluído: devido

Excluído: a

Excluído: fensas

Excluído: a

Excluído: fensas

Excluído: o

A equação (19) determina um nível ótimo de ocorrências criminais, O, onde a multa e a probabilidade de ser preso devem ser mantidas a níveis que induzam o crime somente até o nível O. O valor marginal das penas tende a ser igual ao ganho marginal:

$$V = G'(O), \quad (20)$$

Onde $G'(O)$ é o ganho marginal privado em O_2 e V é o valor monetário das multas e condenações. Derivando a partir das equações (3) e (19), $D'(O) = H'(O) - G'(O) = 0$, substituindo a equação (20):

$$V = H'(O). \quad (21)$$

O valor monetário das penas seria igual ao dano marginal causado pelo crime.

Como os custos de apreensão e condenação são assumidos como zero, a probabilidade de apreensão e condenação pode ser somada a um valor de unidade sem custos. O valor

Excluído: m

Excluído: s

³⁹ Para crimes emocionais e como a economia do crime aborda o tema, ver: Hamlin, A. p. 1-57, 1986. Ver também Milanovic, I. p. 5-11, 1999.

monetário das penas se igualaria simplesmente ao valor de multas impostas, e a equação (21) se configuraria como:

$$f = H'(O). \quad (22)$$

Como multas são pagas por condenados ao resto da sociedade, uma multa determinada por (22) compensaria a mesma pelo dano marginal sofrido com o crime, e o critério de minimizar a perda social seria idêntica ao critério de compensação de “vítimas”.⁴⁰ Se o dano para as vítimas sempre exceder o ganho dos infratores, ambos os critérios se reduziram a favor de eliminar todas as ocorrências.

Excluído: ,

Excluído: com

Excluído: fensas

Excluído: á

Se o custo de apreensão e condenação não fosse igual à zero, a condição ótima teria de incorporar os custos marginais juntamente com os danos marginais e se tornaria, caso a probabilidade de condenação ainda fosse unitária com a de apreensão, igual a:

Excluído: como

Excluído: (para não ficar dois “como” juntos)

$$D'(O) + C'(O, 1) = 0 \quad (23)$$

Como $C' > 0$, (23) requer que $D' < 0$ ou que o ganho marginal exceda a externalidade do dano marginal, que se traduz para um número menor de ocorrências criminosas do que em $D' = 0$. A equação (23) demonstra que multas igualando a soma do dano marginal e dos custos marginais seriam escritas como:

Excluído: fensas

$$f = H'(O) + C'(O, 1). \quad (24)$$

Desta perspectiva, infratores deveriam compensar tanto pelo custo de ter de apreendê-los como pelo dano causado pelo crime, que, do ponto de vista econômico, faz parte da teoria de externalidades.

A condição ótima:

$$D'(O) + C'(O, p) + C_p(O, p) * (1/O_p) = 0 \quad (25)$$

substituiria a equação (23) se a multa e não a probabilidade de apreensão fosse fixada. A equação (25) implicaria que $D'(O) > 0$, e que assim, o número de ocorrências só pudesse

Excluído: fensas

⁴⁰ Por “vítimas”, Becker faz alusão a toda sociedade e não somente a pessoas envolvidas com o dano. Becker op. cit., p. 192.

exceder o número ótimo quando os custos fossem zero. Sendo que os custos de apreensão e condenação aumentariam ou diminuiriam o número ótimo de ocorrências criminais dependendo da forma absoluta da relação das penas a serem alteradas devido a uma mudança via multas ou via probabilidade de apreensão. Claro, se ambas estão sujeitas ao controle público, a probabilidade ótima de condenação seria arbitrariamente perto de zero (BECKER, 1968).

Do ponto de vista apresentado por Gary Becker em seu artigo de 1968, o ganho social se traduz quando multas são utilizadas sempre que possível. Isto devido à liberdade condicionada, à reclusão e a outros tipos de penas institucionalizadas utilizarem recursos públicos, onde a multa por si, é uma transferência de recursos. A utilização de multas, segundo Becker, requer o conhecimento dos ganhos e danos marginais e dos custos marginais de apreensão e condenação. Já a utilização de penas, como a reclusão, requer conhecer os mesmos custos, porém também é necessário conhecer as elasticidades relativas à infração criminal e às mudanças de elasticidade em relação à mudanças de penas por parte do criminoso. As multas, neste sentido, compensam em parte às vítimas de forma monetária, as fazendo recuperar parte do *status quo ante*, diferentemente das penas como reclusão que, não criam condições de compensação e ainda, fazem com que a vítima gaste recursos adicionais junto à sociedade para possibilitar a pena.

Becker, no entanto, faz alusão crítica ao que também seria uma problemática na aplicação de multas como penas ótimas, onde este artifício poderia ser “imoral”⁴¹ por permitir que ocorrências criminosas fossem “compradas” por um valor monetário e que, desta forma, tivessem um “preço”. A multa pode ser vista como o preço de uma ocorrência, sopesa Becker, assim como qualquer outra forma de pena. Por exemplo, o roubo de um carro poderá implicar em um “preço” de seis meses na cadeia. A diferença entre as duas instâncias é a unidade de mensuração: multas são representadas em unidades monetárias, já a reclusão em unidades de tempo, etc. (BECKER, 1968).

Excluído: diminuísse

Excluído: fensas

Excluído: iria depender

Excluído: e

Excluído: n

Excluído: na

Excluído: são

Excluído: o

Excluído: a

Excluído: a

Excluído:

Excluído: . O

Excluído: ,

Excluído: se

Excluído: a

Excluído: a

Excluído: , não somente

Excluído: , mas que

Excluído: com a

Excluído: em termos

Excluído: fensas

Excluído: fensa

Excluído: ; p

2.2.5. GASTOS PRIVADOS CONTRA O CRIME

Há uma variedade de gastos que a iniciativa privada encontrou para tentar reduzir o número de ocorrências criminosas: guardas, porteiros, contabilistas, fechaduras e alarmes, seguro, parques e bairros evitados, táxis utilizados ao invés de uma caminhada etc. Ainda de

Excluído: ,

⁴¹ Becker op. cit., p. 194.

acordo com a *President's Commission*⁴², os gastos ou custos privados para tal resultado estariam perto dos US\$ 2 bilhões de dólares em 1965. Para Becker, se cada pessoa tentar minimizar a perda esperada de sua rentabilidade da ação de criminosos, a decisão de alocação ótima por parte da iniciativa privada pode ser derivada daquela utilizada pela esfera pública. Neste caso, para cada indivíduo há uma função de perda similar dada pela equação (18):

Excluído: ,

Excluído: ,

Excluído: efeito

Excluído: aquela

$$L_j = H_j(O_j) + C_j(p_j, O_j, C, C_k) + b_j p_j f_j O_j. \quad (26)$$

Onde H_j representa o dano para j do número O_j de ocorrências cometidas contra j , enquanto C_j representa seu custo para conseguir a condenação de p_j , pelas ocorrências cometidas contra si. C_j não somente é positivamente relacionado à O_j , mas também é negativamente relacionado à C , aos gastos públicos contra a criminalidade, e à C_k , gastos privados para a prevenção de crimes.

Excluído: fensas

Excluído: fensas

Excluído: a

Excluído: a

Excluído: com

Excluído: os

Excluído: a

O termo $b_j p_j f_j O_j$ mensura a perda esperada de j devido à condenação de criminosos cometendo O_j . Devido à já comentada característica de ganhos e perdas sociais, dependendo da pena – sendo multa à reclusão, b_j é menor ou igual à zero, ao mesmo tempo que b , o coeficiente da perda social, é maior ou igual à zero.

Excluído: a

Excluído: a

Excluído: que

Excluído: em

Como b_j e f_j são determinados por políticas públicas sobre penas, a principal variável controlada por decisão de j é p_j . Se houver uma decisão de alterar p_j que minimize L_j , a condição ótima é representada por:

$$H'_j + C'_j + C_j p_j (\partial p_j / \partial O_j) = -b_j p_j f_j (1 - 1/\mu_j p_j). \quad (27)$$

A elasticidade $\mu_j p_j$ mensura os efeitos de variação em p_j , o número de crimes cometidos contra j . Se $b_j < 0$, e se o lado esquerdo da equação (27), além do custo marginal de alterar O_j fosse maior do que zero, então (27) implica que $\mu_j p_j > 1$ (BECKER, 1968).

Excluído: d

Excluído: ,

Excluído: m

Excluído: e

Excluído: s

2.2.6. CONCLUSÕES PARA AS CONSIDERAÇÕES DE BECKER

A grande contribuição de Becker para a economia do crime, além de criar um ponto de partida para a análise do crime com aspectos da microeconomia, foi demonstrar que políticas ótimas ao combate de comportamentos criminosos são parte de uma alocação ótima de recursos. Desde que as ciências econômicas iniciaram um foco em teorias de alocação de

Excluído: ra

⁴² ⁴² Becker *apud President's Commission*, op. cit., p. 200

produção e recursos, criou-se uma condição teórica e prática aplicável e enriquecedora ao estudo de comportamentos criminosos. Assim como a teoria econômica vigente depende de um aprofundamento da compreensão comportamental humana, onde hoje, certas penas, como a reclusão, são necessariamente não-monetárias e representam um custo para a sociedade assim como para os criminosos, fazendo do grau de decisão sobre a incerteza uma variável aplicável em ambos, das funções de ganho e perda (HORVATH, R. e KOLOMAZNIKOVA, E. apud BECKER, 2003).

Excluído: ;

CAPÍTULO 3: OS DETERMINANTES DA CRIMINALIDADE PÓS-BECKER

3.1. A TEORIA ECONÔMICA DA ESCOLHA RACIONAL

Após o modelo de Becker, que argumentava sobre uma “política ótima”⁴³ de combate ao crime baseando-se nas relações entre tipos de pena, gastos públicos, probabilidade de apreensão e/ou condenação e dispêndio privado – na alocação de recursos para o combate à criminalidade, diversos autores utilizaram este modelo para ampliarem suas perspectivas sobre o assunto. O modelo de Becker iniciou um marco teórico que viria a ser utilizado por todos aqueles que iniciavam suas pesquisas sobre economia do crime.

Excluído: a

Excluído: ;

Excluído: d

Excluído: ava

O modelo citado acima acabou reunindo tanto uma visão microeconômica, com mensurações matemáticas baseadas em uma lógica do ser racional, quanto ordens mais sociológicas, com a inferência de outras variáveis a serem testadas dentro do modelo – necessidade esta, que o autor mencionara em seu trabalho⁴⁴. É neste respaldo que os primeiros estudos utilizando o modelo da escolha racional de Becker se iniciam, procurando testar o modelo em si além de adicionar variáveis mensuráveis para que seja possível testar os catalisadores que levam um indivíduo ao mundo da criminalidade.

Excluído: riado por Becker

Excluído: ,

Excluído: como em

Por falta de uma bibliografia qualificada⁴⁵ que rotulasse as correntes teóricas por seus estudos relacionados ao crime, o autor separara em quatro grandes vertentes os estudos sobre a economia do crime de 1968 até esta publicação. As quatro esferas, neste sentido, utilizam como teoria fundamental, o modelo de escolha racional de Becker. São elas: (a) o crime e a escolha racional do indivíduo; (b) o crime de cunho social; (c) o crime emocional; e (d) o crime organizado⁴⁶.

Excluído: ,

Excluído: o

Excluído: j

Embora todas as correntes partam do mesmo modelo, ao longo dos anos elas foram se aprofundando em suas particularidades e acabaram por determinar estudos que tangem uma ideologia própria dentro da economia do crime. O crime baseado na escolha racional do indivíduo, por sua vez, procurou testar o modelo de Becker e adicionar algumas variáveis que pudessem representar algum peso na escolha do indivíduo sobre o crime. Seus estudiosos

⁴³ Traduzido de “*optimal policy*”, Horvath, R. e Kolomaznikova, E. op. cit., p. 3

⁴⁴ Becker op. cit., p. 178

⁴⁵ Há teóricos que rotulam os estudos de economia do crime dentro da perspectiva econômica tradicional. Desta forma, por exemplo, em estudos com cunho mais social, lhe foram aplicados o rótulo de “economia marxista do crime”. Tal rotulação não satisfaz a necessidade verdadeira de se separar as vertentes da economia do crime para assim compreender como elas se assemelham e como elas se distinguem. No Apêndice deste trabalho há um gráfico elaborado pelo autor que separa e liga as correntes teóricas por área de estudos, e uma linha do tempo, que ajuda a observar qual tendência de área a economia do crime tem seguido durante os anos.

⁴⁶ Ver gráfico de Correntes Teóricas da Economia do Crime, elaborada pelo autor, no Apêndice.

buscaram medir a relação de utilidade esperada sobre o crime com variáveis que ponderassem sobre o histórico do indivíduo ou sua relação com o risco. Esta foi a corrente teórica que menos se afastou do modelo original de Becker, porém, que a ele atribuiu inúmeras variáveis a serem testadas, além de princípios do Direito e das ciências econômicas.

Excluído: e

Excluído: ,

A corrente teórica de cume social procurou montar o modelo de Becker e adicionar visões e variáveis que, em sua grande maioria, vêm das áreas sociológicas e antropológicas. Mas, como o modelo de escolha racional de Becker busca uma mensuração matemática, esta vertente galgou em seus estudos, utilizar-se de variáveis sociais que pudessem ser testadas a fim de que também fosse possível incluí-las ao modelo. Muitos dos modelos apresentados por estudiosos desta área focam na influência do ambiente com o crime. Este aspecto está presente em teorias sobre a desigualdade, o desemprego, o sistema urbano, o espaço, as interações sociais e como esses fatores se relacionam diretamente com o crime.

Excluído: buscou montar

Excluído: ou

Excluído: ou

Excluído: ar

Excluído: buscou

Excluído: procurou (PRA NÃO REPETIR "BUSCOU"),

Excluído: a

O crime emocional foge um pouco ao modelo de escolha racional por evadir a racionalidade. No entanto, há estudos presentes nesta área que, na maioria das vezes, abordam os custos do crime além de introduzirem teorias de Direito aplicadas ao cume econômico – como a aplicação de penas máximas ou reduzidas para certos tipos de crime. Esta vertente também se aprofundou um pouco na patologia do criminoso, buscando interpretações sobre seu comportamento antes e após cometer o crime.

Excluído: ,

Excluído: t

Excluído: De forma evidente,

Excluído: O

Excluído: o

Excluído: ,

Excluído: de forma evidente,

Excluído: em

Finalmente, há os teóricos do crime organizado. Este grupo parte do pressuposto exato daquele do crime individual, sendo os meios de pesquisa semelhantes, exceto que as respostas para as variáveis testadas foram inteiramente distintas. Neste aspecto, foi observado que o crime organizado responde, de forma bem diferente, a outras formas de crime – como o emotivo ou o individual. Os estudos e pesquisas nesta área focam as respostas das variáveis e qual o peso para organizações criminosas; aborda teorias do Direito e da Economia e suas aplicações dentro desta vertente; além de também buscar princípios sociais para explicar parte do surgimento e manutenção de tais organizações. Uma vez que, para Becker, o comportamento do indivíduo, em seu modelo, era mesurado como o de uma “firma” no mercado de trabalho, para esta corrente, o crime organizado tende a responder como um “monopólio” sobre o mercado, de forma que o comportamento de ambos se difere de forma assaz.

Excluído: os

Excluído: a

Excluído: ra

Excluído: ,

Excluído: ,

Excluído: ,

Excluído: ;

É possível observar que muitas das áreas da economia do crime acabam por se ligar através de teorias, de variáveis a serem testadas e de métodos de pesquisa. Isto é uma verdade corrente, que parece ter ganhado força nas últimas décadas, uma vez que se tem uma mensuração melhor de como cada esfera responde dentro do modelo de escolha racional.

Excluído: ,

Neste sentido, os estudos e seus autores, que abordam a economia do crime através da escolha racional, serão apresentados neste trabalho por ordem cronológica⁴⁷ e não na corrente teórica em que se encaixam. Isto, principalmente, devido ao fato de vários autores acabarem por pesquisar diversas áreas ao longo de suas vidas acadêmicas, ligando seus estudos a diversas áreas.

Excluído: ,

Excluído: ,

Excluído: por

Excluído: em uma área a outra.

3.1.1. A DÉCADA DE 70

Um dos primeiros acadêmicos a utilizar o modelo proposto por Becker fora o economista Isaac Ehrlich, em 1973. Ehrlich construiu um modelo de participação em atividades ilegais e o testou para as variações das taxas de criminalidade dos EUA para os anos de 1940, 1950 e 1960. O modelo foi utilizado para distinguir a alocação de tempo por parte do criminoso entre trabalho legal e crime. No modelo, o tempo é fixo, conseqüentemente, quanto mais tempo se permanece em uma atividade legal, menos tempo se terá para cometer crimes. Em seu modelo, Ehrlich demonstrou que, para se cometer um crime, a utilidade esperada de um indivíduo tem de aumentar até que seu ganho marginal supere as estimativas quanto ao risco de ser pego e condenado. Ehrlich estimou uma elasticidade do crime em relação ao valor esperado da punição de, respectivamente, - 0.5 e -0.3, corroborando o modelo de Becker.

Excluído: u

Excluído: ,

Excluído: ,

Ehrlich também testou outras variáveis para mesurar o peso de certos pressupostos para a escolha individual de se cometer um crime. As variáveis testadas foram: (a) a renda mediana das famílias de determinada comunidade e (b) o percentual de famílias que recebem até o primeiro quartil da renda da comunidade. Este estudo ratificou um resultado positivo entre os anos de estudos de uma população adulta e o crime contra propriedade. Mostrou, assim, uma redução da criminalidade decorrente de uma queda na taxa de desemprego e desigualdade de renda, embora o impacto do nível de renda não ser muito significativo. Os resultados indicaram que a atividade de combate à criminalidade tem um efeito de repressão sobre as taxas de crime e que há correlação positiva entre desigualdade social e incidência de crimes contra a propriedade, além de uma redução de perdas sociais.

Excluído: -se

Excluído: ;

Excluído: ,

Excluído: ecê

Excluído: (NÃO SERIA "INCIDÊNCIA"?)

Excluído: -se

Neste aspecto, o modelo de Ehrlich vai além ao de Becker, uma vez que ele não somente calcula os custos do crime, mas os benefícios de se cometer uma atividade criminosa. Ehrlich concluiu de seu modelo que criminosos reincidentes necessitam de penas mais duras

⁴⁷ Ver "Linha do Tempo", gráfico 2 elaborada pelo autor no Apêndice.

(EHRlich *apud* HORVATH *et alii.*, 2003; SHIKIDA, 2002; KUME, 2004; e EHRlich, 1973).

James M. Buchanan⁴⁸ no mesmo ano que Ehrlich publicou um trabalho sobre o modelo de escolha racional para o crime e os aspectos do crime organizado. Sua análise foi a primeira a expressar comparações entre o crime organizado e um modelo de monopólio, dentre as observações da economia do crime. Buchanan comparou a oferta competitiva de crime, além de demonstrar como o crime organizado, historicamente, havia ocupado o espaço do governo como ofertante de bens e serviços sociais. Buchanan também estimara sobre custos de transações e sobre a probabilidade de sucesso do crime organizado quando este detém vantagem monopolística nos custos de produção (BUCHANAN *apud* GAROUPA, 1997).

Excluído: (FALTA UMA PALAVRA AKI, NÃO?! TIPO, "PUBLICOU" OU "ESCRVEU" OU "ELABOROU")

Excluído: ra

Becker e Stigler, em curto artigo de 1974, discutem sobre a temática da corrupção e a "política ótima" de prevenção e detenção pública para esta gama da criminalidade. Seu artigo argumenta que a corrupção de fato enfraquece as políticas de combate ao crime, e que, na presença de corrupção, um governo deverá modificar suas políticas de segurança pública, buscando atuar de forma mais dura na elaboração de penas que tenham ligação com corrupção ativa ou passiva. Os autores apontam que é mais fácil uma organização criminosa se engajar em atividades que compreendam corrupção do que um indivíduo, devido principalmente às características de economia de escala e ao acesso às informações. Neste sentido, na presença do crime organizado, tanto as penas como a qualidade de apreensão e investigação, devem ser mais duras, pois, como já havia delimitado Buchanan, o crime organizado se adapta melhor ao ambiente – ao "mercado" ilegal – do que um indivíduo sozinho. Isto é, o crime organizado, como o próprio nome diz, é mais eficiente em se proteger de medidas de combate à criminalidade (BECKER e STIGLER, 1974).

Excluído: ,

Excluído: a

Excluído: a

Excluído: ,

Em 1975, os economistas Block e Heineke⁴⁹ observaram que indivíduos são em parte afetados por diferenças éticas e psicológicas na escolha de se engajarem em uma atividade criminosa. Em seguida, propuseram que uma melhor estimativa da oferta de crime deveria ser baseada em termos de uma estrutura de preferências multifatorial, com a utilização de um modelo que não focasse em questões sobre renda. Os autores apontaram que os resultados do modelo de Becker e de Ehrlich, acerca das oportunidades de ganho no mercado legal, somente são verdadeiros caso haja equivalentes monetários das atividades legais e ilegais e caso

Excluído: para

Excluído: ,

Excluído: s

Excluído: ó

Excluído: omente

⁴⁸ Buchanan, J. M. *A defense of organized crime?*. The Economics of Crime and Punishment. Editado por S. Rottenberg. American Enterprise Institute, 1973.

⁴⁹ Block, M. K. e Heineke, J. M. *A Labor Theoretic Analysis of the Criminal Choice*. American Economic Review, v. 65, p. 314-325

fossem independentes do nível de riqueza (BLOCK e HEINEKE *apud* CERQUEIRA *et alii.*, 2004). Heineken, mais tarde, em 1978⁵⁰, propôs um modelo que adiciona algumas variáveis ao modelo de escolha racional de Becker para a verificação de respostas sobre evasão fiscal. Sua pesquisa parte do mesmo pressuposto de Becker, analisando os custos e benefícios para o crime fiscal, estipulando que os ganhos marginais ainda são, à primeira vista, menores que a pena marginal, caso contrário, indivíduos cometeriam crimes toda vez que possível. Utilizando os cálculos de utilidade marginal de von Neumann – Morgenstern, e variáveis como (a) probabilidade de apreensão; (b) riqueza inicial; (c) magnitude de ganhos por crime; e (d) tamanho da pena ou multa, o autor chega a conclusão que uma pena mais severa ajuda a prevenir o crime até certo ponto: que, aumentando a probabilidade de apreensão do criminoso, diminui o crime de forma efetiva, uma vez que o criminoso alocará menor quantidade de tempo para tais atividades; que quanto maior forem os ganhos do crime, maior a probabilidade de um criminoso ser reincidente. Este fato ocorrerá, porém, até certo limite, pois existem elasticidades distintas, onde um criminoso poderá cessar com a atividade criminosa após ter um ganho que julgue “suficiente” (HEINEKE *apud* HORVATH *et alii.*, 2003).

Wolpin, em 1978⁵¹, conduziu um estudo utilizando uma longa série temporal de dados para o País de Gales e para a Inglaterra – de 1894 a 1967, além de testar seis variáveis diferentes de dissuasão judicial: (a) taxa de esclarecimento do crime; (b) taxa de condenação; (c) taxa de aprisionamento; (d) taxa de multa; (e) taxa de reconhecimento; e (f) tempo médio da sentença. As variáveis que deram um retorno estatístico mais significativo foram a taxa de esclarecimento seguida pela taxa de aprisionamento. O estudo demonstrou que há uma relação positiva entre a taxa de desemprego, de alta proporção de jovens na população e o nível de criminalidade. No entanto, utilizando o modelo de Becker para ver respostas ao nível de risco em se cometer o crime, Wolpin ressaltou um fato inesperado: o crime tende a diminuir com um desemprego em alta, uma vez que uma taxa de desemprego alta implica em menores rendas para a população, logo, menores retornos para os criminosos racionais (WOLPIN *apud* HORVATH *et alii.*, 2003).

Ainda em 1978, os acadêmicos Blumstein, Nagin e Cohen⁵² apresentaram trabalhos focados na idade como fator decisivo para explicar aspectos da criminalidade. Baseado em

Excluído: r

Excluído: ,

Excluído:

Excluído: algumas variáveis

Excluído: a

Excluído: ,

Excluído: .

Excluído: O

Excluído: a

Excluído: s

Excluído: s

Excluído: ;

Excluído: s

Excluído: s

Excluído: s

Excluído: ão

Excluído: ,

Excluído: s

Excluído: es

Excluído: a

Excluído: s

Excluído: ,

Excluído: e

Excluído: e

Excluído: n

⁵⁰ Heineke, J. M. *Economic Models of Criminal Behavior*. Ed. North-Holland, Amsterdã, 1978.

⁵¹ Wolpin, K. *An Economic Analysis of Crime and Punishment in England and Wales, 1894-1967*. Journal of Political Economy, v. 86, p. 815-840, 1978.

⁵² Blumstein, A.; Cohen, J.; e Nagin, D. *Deterrence and incapacitation: estimating the effects of criminal sanctions on crime rates*. National Academy of Sciences, Washington D.C., 1978

seus estudos, o crime detém uma distribuição bastante fixa entre etapas e grupos de idades diferentes⁵³. Os níveis de crime, segundo Blumstein e Cohen⁵⁴, se elevam de forma constante durante a adolescência, iniciando-se com crimes contra a propriedade, chegando a um auge de violência para, entre a fase de adulto e a velhice, iniciar um declínio significativo tanto no nível de violência como no nível de criminalidade propriamente dito. Os três autores, no entanto, argumentam que o sistema tradicional de combate ao crime, que inclui estratégias gerais calcadas na detenção, incapacitação e reabilitação do criminoso, tem contribuído para o agravamento do comportamento delinqüente, especialmente no que concerne aos jovens em centros de detenção (COHEN, NAGIN e BLUMSTEIN *apud* LEVITT, 1997 CERQUEIRA *et alii.*, 2003).

Excluído: e

Excluído: ê

Excluído: ao passar

Excluído: para uma

Excluído: para

Excluído: se

Polinsky e Shavell⁵⁵ pesquisaram sobre a importância de aversão ao risco na teoria de Becker⁵⁶. Seus estudos partem do pressuposto que indivíduos são primeiramente neutros ao risco, mas como no modelo de escolha racional, ao compararem o benefício do crime com o risco de apreensão e da pena (uma vez que a pena é estabelecida para coibir um número ótimo de indivíduos a cometerem crimes), estes indivíduos mudam de postura, tornando-se adversos ao risco. Polinsky e Shavell concordam com o modelo de Becker, onde o crime é uma atividade arriscada⁵⁷, porém os autores argumentam que, neste caso, existe um prêmio ao risco. Neste sentido, o modelo dos autores compara o benefício do crime com a pena esperada, mais o prêmio do risco. Logo, quando os indivíduos são adversos ao risco, uma pena máxima não se distingue de uma pena menor no combate ao crime, ao contrário, a pena máxima é economicamente péssima, pois proporcionam ganhos e dispêndios maiores daqueles dispostos a correr o risco. Seus estudos também concluem⁵⁸ que acima de certo nível de riqueza, todos os indivíduos deveriam sofrer as mesmas penas, pois isso seria suficiente para deter o crime dada uma probabilidade apropriada de apreensão e pena (POLINSKY e SHAVELL *apud* GAROUPA, 1997 e 1998).

Excluído: ,

Excluído: e,

Excluído: ,

Excluído: os

Excluído: estes

Excluído: este

Excluído: o

Excluído: ,

⁵³ Ver Schneider, A. e Ervin, L. *Social Science Quarterly*, n. 71, p. 585-601, 1990

⁵⁴ Blumstein, A.; Cohen, J.; Roth, J. e Visher, C. *Criminal Careers and 'Career Criminals'*. National Academy of Sciences, Washington D.C., 1986

⁵⁵ Polinsky, A. M. e Shavell, S. *The optimal trade-off between the probability and magnitude of fines*. American Economic Review, v. 69, p. 880-891, 1979.

⁵⁶ Ver Cameron, S. *The economics of crime deterrence: a survey of theory and evidence*. Kyklos, n. 41, p. 301-323, 1988.

⁵⁷ Polinsky, A. M. e Shavell, S. *Enforcement costs and the optimal magnitude and probability of fines*. Journal of Law and Economics, v. 35, p. 133-148, 1992.

⁵⁸ Polinsky, A. M. e Shavell, S. *A note on optimal fines when wealth varies among individuals*. American Economic Review, v. 81, p. 618-621, 1991.

Goldstein⁵⁹ defendeu um conceito de policiamento orientado para a solução do problema e prevenção do crime, ao invés de um policiamento orientado para o incidente, que era o utilizado por quase todas as forças policiais da época. Em sua abordagem teórica, o papel da polícia seria de desenvolver uma capacidade para diagnosticar soluções de longo prazo para crimes recorrentes, para problemas de perturbação da ordem, além de ajudar na mobilização de recursos públicos e privados para este fim. Nesta ótica, a polícia deveria se adaptar a uma realidade onde ela pudesse ter a habilidade de analisar os problemas sociais e trabalhar com a ordem civil para encontrar soluções, de monitorar os esforços de cooperação, além de ter a obrigação de escolher os enfoques mais viáveis e de menores custos para poderem buscar estas soluções (GOLDSTEIN *apud* SKOLNICK *et alii.*, 2002 e CERQUEIRA, *et alii.*, 2005). Sobre as teorias de Goldstein, Cerqueira e Lobão ressaltam:

Excluído: a

[...] desde finais da década de 1970 vários países e cidades passaram a adotar modelos integrados de gestão de segurança pública, em que as ações no campo da prevenção social eram idealizadas junto com o planejamento do trabalho policial. Segundo o relatório do Banco Mundial (2003), as tendências de abordagem – que lograram êxito – de políticas para a prevenção do crime e da violência envolveriam:

- a) Mudança do enfoque mais restrito de prevenção baseado na polícia, para uma visão preventiva mais ampla baseada na comunidade.
- b) Desenvolvimento do consenso acerca da necessidade de atuação nas condições sociais que encorajam o crime e a vitimização.
- c) Mudança de visão da responsabilização primária da polícia, para o reconhecimento de que governos, comunidades e parceiros em todos os níveis devem ser engajados.
- d) Reconhecimento do papel crucial que líderes municipais desempenham no processo de organização e coalizão local.
- e) Consenso crescente de intervenções focadas nos fatores de risco para reduzir o crime, a violência e outros problemas sociais.
- f) Idéia de que prevenção é custo-efetivo quando comparada com soluções da justiça criminal”⁶⁰.

3.1.2. A DÉCADA DE 80

⁵⁹ Goldstein, H. *Improving policing: a problem-oriented approach*. Journal of Crime and Delinquency, 1979.

Richard B. Freeman, economista norte americano, destinou parte das suas pesquisas acadêmica ao estudo do mercado de trabalho. Em 1983, utilizando seu conhecimento sobre este tópico, escreveu seu primeiro artigo relacionando os efeitos do mercado de trabalho sobre a criminalidade. Freeman tem contribuído para estudos sobre a teoria do crime buscando análises empíricas em séries temporais, procurando captar, em estudos com dados agregados regionalmente, a existência de correlações entre o crime e o desemprego. No entanto, os estudos não demonstraram uma correlação tão direta quanto se possa imaginar. Na verdade, os marcos mais significativos sobre o efeito do mercado de trabalho – desemprego e o crime foram observados quando se utilizaram dados de criminosos específicos e de detentos ainda presos. Isto é, observou-se que um criminoso há muito tempo inserido na criminalidade raramente tem incentivos para retornar as atividades legais⁶¹. Freeman ratifica que o elo entre o crime, em especial o violento, e o desempenho econômico tem pouca correlação. Este fato, que foge daquilo que o economista John Kenneth Galbraith rotulou como “sabedoria convencional”⁶², é um ressalvo importante para os estudos da economia do crime, pois após os estudos e modelos de Freeman que demonstraram pouca ligação entre desempenho econômico da economia e o nível de criminalidade, as variáveis e pressupostos sobre influências que levam um indivíduo ao crime se alteraram. Anos mais tarde, Freeman utilizou as noções de Blumstein e buscou explicações de como a idade e certos grupos étnicos estão mais ligados à criminalidade nos EUA. Em 1993, segundo o autor, 2% da força de trabalho dos EUA estava presa, um fato que havia se elevado durante a década de 70 e 80. No caso da população negra dos EUA, 15% de todos os negros homens que haviam sido presos, estavam em condicional ou já haviam, de alguma outra forma, passado pela Justiça dos EUA. O total de homens (de todas as etnias) que haviam sido presos, em condicional ou sendo monitorados pelo sistema judiciário norte americano somava-se 7% da população. A teoria vigente era que, como o número de criminosos cumprindo penas em prisões nos EUA havia triplicado de 1970 até 1990, o número de crimes, estimava-se, deveria cair (pois um criminoso supostamente não pode cometer mais crimes na prisão). No entanto, a realidade vista no país era outra: o crime continuava a escalada no início dos anos 90. Para buscar indícios sobre o que levava indivíduos ao crime, Freeman testou as seguintes variáveis: (a) idade; (b) sexo; (c) histórico familiar; (d) nível de educação; (e) fatores biomédicos; (f) condições da comunidade onde

Excluído: um

Excluído: ar

Excluído: o

Excluído: ,

Excluído: de

Excluído: além

Excluído: a

Excluído: a

Excluído: a

Excluído: pela sistema

Excluído: de

⁶⁰ Cerqueira, D.; Lobão, W.; e Carvalho, Alexandre. “O Jogo dos Sete Mitos e a miséria da Segurança Pública no Brasil”. IPEA. Texto para Discussão n. 1144. Rio de Janeiro, 2005. p. 14.

⁶¹ Chiricos, T. *Rates of Crime and Unemployment: an Analysis of Aggregate Research Evidence*. Social Problems v. 34, n. 2, p. 187-211, 1987.

⁶² Traduzido de “conventional wisdom”, ver Galbraith, J. K. *The Affluent Society*. 1ª Edição. Penguin Books UK, 1999, segundo capítulo.

indivíduo convivia; (g) etnia; (h) estratégias de controle à criminalidade realizadas no local e/ou região; e (i) fatores econômicos no período. As conclusões do autor sobre seu estudo mostram que havia uma disparidade entre o mercado de trabalho técnico e profissional e o chamado mercado de trabalho barato. Como o retorno para o indivíduo que havia estudado até o nível superior era muitas vezes superior ao do indivíduo que não teve ou não quis se qualificar, havia um incentivo à criminalidade muito forte. Neste sentido, Freeman argumenta sobre as drogas e como o mercado de drogas conseguiu “empregar” as camadas menos educadas da sociedade, trazendo um bom retorno para este nicho da população. As prisões, critica Freeman, não mais inibiam criminosos a cometerem crimes, e em bairros mais abastados, era “normal” pessoas terem passagem por presídios ou terem conhecidos que lá estavam – inibindo um senso de arrependimento por terem sido presos, e qualificando este fato como “comum”, algo corriqueiro, como o fato de 56% dos criminosos presos nos EUA terem filhos menores de 18 anos. Os presídios também não mais cumpriam seu papel original de reeducar ou capacitar o condenado para uma vida em meio à sociedade. As prisões nos EUA difundiam novas técnicas para o crime (realizada na comunicação entre prisioneiros) e em uma redução considerável na probabilidade do condenado conseguir algum emprego ao cumprir sua pena. Desta forma, Freeman concluiu que, em certos aspectos, o mercado de trabalho e a diferença entre suas camadas podem induzir ao crime. Como soluções, Freeman propõe uma modificação do sistema penitenciário, que, segundo os cálculos do autor, custa quase 2% do PIB dos EUA (o gasto por condenado é de US\$ 22 mil dólares por ano), além do endurecimento de penas. O autor aponta como alguns estados utilizaram o sistema de 3 strikes: na terceira reincidência criminal o criminoso, independentemente dos crimes, é condenado à prisão perpétua. Segundo outros cálculos do autor, uma vítima de crime perde 3,4 dias de trabalho e uma média de US\$ 532 por crime, somando-se US\$ 17,6 bilhões por ano (FREEMAN *apud* EDMARK, 2003; FREEMAN, 1994, 1995, 1996; LEVITT *et alii.*, 2000; e CERQUEIRA *et alii.*, 2004).

Excluído: a

Excluído: a

Excluído: ,

Excluído: já

Excluído: ;

Excluído: a

Excluído: e

Excluído: ,

Excluído: para

Feeney, em 1986⁶³, proferia um estudo sobre risco, trabalhando sobre o modelo de Becker e Heineke, demonstrando que uma minoria dos criminosos, no estado da Califórnia, nos EUA, planejava efetivamente seus roubos e que ponderavam sobre a possibilidade de serem pegos. A evidência da análise de Feeney propunha que o crime e o risco envolvido

⁶³ Feeney, F. *The reasoning criminal: rational choice perspectives on offending. “Robbers as decision-makers”*. Editado por D. B. Cornish e R. V. Clarke. Springer-Verlang, 1986.

eram uma situação de *gamble*⁶⁴ para os criminosos, ao menos em crimes de caráter financeiro ou contra a propriedade (FREENEY *apud* GAROUPA, 1998).

No mesmo ano, os autores Jennifer Reinganum e Louis Wilde publicaram um artigo⁶⁵ ampliando as teorias aplicadas por Polinsky e Shavell, em 1979. Focando sobre “políticas ótimas” de controle e prevenção criminal, os autores argumentaram que, para a existência de uma “política ótima” de combate ao crime, deveria existir uma “taxa de equilíbrio” sobre o crime. Isto é, os autores contestavam as idéias de Polinsky e Shavell sobre uma redução de penas máximas devido ao prêmio de risco, uma vez que uma corte ou um júri não tem a facilidade ou a capacitação mútua de classificar crimes como “eficientes” ou “não eficientes”, especialmente no que concerne a crimes “sérios”, como estupro ou assassinato. Nesta conjuntura, Reinganum e Wilde utilizaram teorias do Direito para propor medidas que estabeleçam as penas inibidoras do crime, admitindo que uma pena, pela visão econômica, tem um custo social muito elevado. A eficácia da pena, neste sentido, seria de inibir o criminoso. Assim, a imposição de penas duras seria uma forma “ótima”⁶⁶ porém a aplicação delas *ex post* um “péssimo” negócio. Este preceito aplicado ao modelo de escolha racional demonstra que criminosos, em última instância, não seriam impedidos de cometer crimes por causa da severidade da pena (REINGANUM e WILDE *apud* FRIEDMAN e WICKELGREN, 2002).

Rolf Loeber e sua esposa Magda Stouthamer-Loeber, ambos psiquiatras, conduziram uma pesquisa entre 1986 e 1990, demonstrando evidências de que a criminalidade é fortemente influenciada por um ambiente familiar adverso. Segundo esses autores, fatores como (a) rejeição maternal; (b) comportamento errático ou violento por parte dos pais; e (c) falta de supervisão adulta estão entre os principais elementos a influenciarem um futuro delinquente juvenil (LOEBER e STOUTHAMER-LOEBER *apud* LEVITT *et alii.*, 2000; LOEBER, 1986, 1990).

Skolnick e Bayley (1988) estudaram a relação entre comunidades nos EUA e a polícia. O estudo colocava em cheque o modelo tradicional de policiamento orientado para o incidente. Baseando-se em um relatório do governo dos EUA, o *Report of the National Advisory Commission in Civil Disorders*, de 1968, que apontava haver uma hostilidade

Excluído: se

Excluído: uma

Excluído: se

Excluído: ça

Excluído: como

Excluído: exatas

Excluído: é

Excluído: – de tal forma que o custo da aplicação da pena é imposto

Excluído: a

Excluído: de forma tarde, após o crime ter sido cometido

Excluído: é

Excluído: a imposição de penas duras

Excluído: é

Excluído: estado

Excluído: a aplicação delas *ex post*

Excluído: ão

Excluído: em

Excluído: t

Excluído: Utilizando f

Excluído: i

Excluído: a

Excluído: punha

Excluído: ndo

⁶⁴ Um verbo em inglês normalmente utilizado quando referente à jogatina e ao indivíduo apostar ou, simplesmente, participar, sabendo do risco.

⁶⁵ Reinganum, J. e Louis, L. *Credibility and Law Enforcement*. mimeo, 1986.

⁶⁶ O conceito de “ótimo” para estratégia ou políticas de combate a criminalidade, é referente ao conceito do economista italiano Vilfredo Pareto que determinou o conceito de Ótimo de Pareto. O produto é um ótimo de Pareto se, somente se, nenhum agente ou situação pode estar em uma posição melhor sem fazer com que outro agente ou situação assuma uma posição pior. Ver Pareto (2003).

Excluído: a

Excluído: ,

profunda entre a polícia e as comunidades dos guetos. O relatório concluiu que os sentimentos desfavoráveis da comunidade não apenas criavam tensões, mas produziam ações contra a polícia, que por sua vez, respondia com violência. O modelo tradicional de combate ao crime, direcionado para o incidente, foi questionado e criticado por estudiosos das áreas de segurança pública e da economia do crime, como Blumstein, Cohen e Nagin (1978) e Goldstein (1979), foi ainda, sintetizado pelos autores em uma nova crítica levando em conta sete questões principais:

- Excluído: ,
- Excluído: o
- Excluído: . O
- Excluído: m
- Excluído: a
- Excluído: , que
- Excluído: ra
- Excluído: ra

“[...] a) o aumento do número de policiais ou o aumento do orçamento da polícia não reduz, necessariamente, as taxas de criminalidade, nem aumenta a proporção dos crimes resolvidos, que seriam melhores explicados por questões sociais, como renda, desemprego, população e heterogeneidade social; b) o patrulhamento aleatório motorizado ou a pé não reduz o crime ou aumenta a probabilidade de detenção dos criminosos, embora a última reduza o medo do crime pelo cidadão; c) não há diferenças entre o policiamento em viaturas com um ou dois policiais, em termos de redução do crime, detenção do criminoso e vulnerabilidade do policial; d) policiamento mais intenso numa região, embora possa fazer diminuir a criminalidade na mesma, desloca a dinâmica criminal para outra área; e) o cerco perfeito ao crime é um evento raro; f) o tempo de resposta não é tão fundamental já que passado apenas um minuto de ocorrido o crime a probabilidade de detenção do criminoso é inferior a 10%, ao mesmo tempo em que os cidadãos pareciam desejar respostas mais previsíveis e seguras a respostas rápidas; e g) as investigações criminais são pouco eficazes na resolução dos crimes, uma vez que normalmente esses são solucionados ou porque os delinquentes foram presos imediatamente, ou porque alguém do público identifica o criminoso, fornecendo informações do endereço, da placa do carro, ou de algo do gênero, ou porque alguém do público colabora posteriormente com alguma informação crucial para a detenção do delinquentes”⁶⁷.

- Excluído: o

Suas conclusões, como as de Goldstein, em 1979, são de uma polícia integrada para a prevenção da criminalidade, participante do meio e em conjunto com a sociedade, criando, desta forma, uma ponte de informações e confiabilidade dupla.

3.1.3. A DÉCADA DE 90

Em 1991, Sah, usando percepções tanto da área econômica como da área social analisou porque cidades com propriedades quase que idênticas tinham níveis de

⁶⁷ Cerqueira e Lobão. op. cit., p. 958, 2003.

criminalidades distintas. Seu trabalho demonstrou que muitos criminosos em uma área só “congestionam” o sistema de segurança, uma vez que a polícia não pode prender mais que um número fixo de criminosos por tempo definido. Neste caso, onde há muita criminalidade e, adaptando um pouco o modelo de Becker, a probabilidade de ser preso é reduzida. Logo, o custo de ser um criminoso também cai. O modelo de *rent-seeking* criminoso⁶⁸ por parte de Sah caracteriza que existem ao menos dois “equilíbrios” possíveis: uma configuração com altos níveis de criminalidade e baixa probabilidade de apreensão ou baixos níveis de criminalidade e alto nível de apreensão. A conclusão por parte de Sah diz que para reverter um desequilíbrio com altos níveis de criminalidade seria necessário um maior dispêndio de recursos com segurança (SAH *apud* GLAESER *et alii*, 1995; SAH, 1991).

Excluído: ,

Excluído: é

James Andreoni, um economista norte-americano, publicara um artigo⁶⁹ baseando-se nos artigos de Ehrlich (1973) e Polinsky e Shavell (1979) sobre a função e o tamanho de penas “perfeitas” para equilíbrio do modelo de racionalidade do crime. Andreoni partiu da observação que as conseqüências de aumentar a magnitude de uma pena detêm efeitos pequenos no nível de criminalidade, uma vez que a pena já é “suficientemente grande”. Enquanto o efeito do aumento da pena é sempre positivo, a probabilidade de culpa pelo crime independe da pena, o próprio aumento da magnitude da pena, segundo Andreoni, pode contribuir para um aumento no nível de criminalidade. Andreoni sugere que uma “taxa de criminalidade mínima” é determinada pela veracidade de informações que apontam as possibilidades de culpa e condenação. Conseqüentemente, melhorando as investigações criminais, seus métodos e aplicações, reduziriam, em maior escala, o nível de criminalidade se comparado ao aumento da magnitude de penas. Este fato também contribui para diminuir o nível do crime, evitando que inocentes sejam condenados, uma vez que seria dado condições ao juiz e ao júri de terem mais certezas e menos assimetrias sobre os eventos e fatos do crime.

Excluído: um

Excluído: quando

Excluído: é

Excluído: nte

Excluído: mente

Excluído: u

Este foco em eliminar a assimetria de informações e sanar as dúvidas que possam prejudicar uma condenação, leva o autor a estipular que uma redução no ruído de informações e estatísticas sobre o crime contribuiria em larga escala para a redução dos níveis de criminalidade. Andreoni, utilizando, em parte teorias jurídicas e, em outras, teorias econômicas, afirma que enquanto economicamente seja um método “ótimo” de combate ao crime, a ameaça de penas longas e duras, estas se tornam fatores “péssimos”, por serem

Excluído: ão

Excluído: d

Excluído: d

Excluído: o

Excluído: este autor

Excluído: ,

Excluído: releva

Excluído: seja

Excluído: seja

Excluído: à

Excluído: penas

Excluído: uma vez que elas são

⁶⁸ Ver estudo similar de Posada, C. *Modelos Económicos de la Criminalidad y la Posibilidad de una Dinámica Prolongada*. Revista Rlaneación y Desarrollo, n. 25, 1994.

⁶⁹ Andreoni, J. *Reasonable Doubt and the Optimal Magnitude of Fines: Should the Penalty Fit the Crime?*. Rand Journal of Economics, v. 22, 1991, p. 385-395

impostas *ex post*, pois geram custos sociais muito grandes (ANDREONI *apud* FRIEDMAN *et alii.*, 2002).

O artigo “*Prison Population Growth and Crime Reduction*” de Thomas Marvell e Carlisle Moody, publicado em 1994, utilizou um modelo de painel de dados para prever os efeitos reais dos níveis de prisão no crime. Para tanto, foram cruzadas estatísticas das alterações nos níveis de crime e da população carcerária e os resultados foram estimados que, para cada 10% do aumento da população carcerária, o nível de crime é reduzido em 1,6%. No mesmo ano, Spelman⁷⁰, em um estudo similar, chegou a resultados quase que idênticos (SPELMAN *apud* FREEMAN, 1996).

Excluído: ,

Excluído: ,

Ainda em 1994, um jornalista publicou um livro, com a ajuda de economistas e juristas, intitulado “*The Laundrymen*”. Nele, Jeffrey Robinson dissecou a lavagem de dinheiro e as hierarquias por trás do funcionamento do crime organizado no mundo. Sua pesquisa é destacada por pesquisadores da economia do crime que basearam-se em suas conclusões. O autor demonstra que as organizações criminosas detêm melhores mecanismos para evitarem a apreensão do que criminosos individuais, além de apresentarem maiores taxas de reincidência, por isso haveria a necessidade de penas mais duras para participantes de uma organização criminosa (ROBINSON, 1994).

Excluído: ara

Excluído: ndo

Excluído: de

Excluído: a

Excluído: serem

Excluído: didas

Neste ano também foram pesquisados estudos de caráter sócio-econômico sobre as variáveis de desemprego e suas conseqüências sobre a criminalidade, especialmente para os jovens. Waldfogel⁷¹ pesquisou sobre as casas de detenção juvenis nos EUA, suas funções e efeitos sobre a criminalidade após a liberação dos detentos, além de estudar o efeito de sigilo entre processos judiciais contra crianças e adolescentes e o fato deles não serem repassados para os arquivos do preso quando este completa a idade adulta – como ocorre no Brasil. Suas conclusões foram de que o fato de haver sigilo e do adolescente não “sujar” sua “ficha” quando completa a idade adulta, auxilia o ex-detento a se enquadrar socialmente, reduzindo, desta forma, seu nível de reincidência. No entanto, Waldfogel destaca que os custos psicológicos para adolescentes entre as idades de 14 – 24 anos acabam por criar um contrapeso para esta readaptação social (WALDFOGEL *apud* LEVITT, 1997). Similarmente as economistas Helen Tauchen, Anne Witte e o economista Harriet Griesinger publicaram um trabalho⁷² que verificou determinantes de criminalidade para jovens. Neste estudo, foi

Excluído: ,

Excluído: como

Excluído: trans

Excluído: t

Excluído: o

⁷⁰ Spelman, W. *Criminal Incapacitation*. Ed. Plenum Press, Nova Iorque, 1994.

⁷¹ Waldfogel, J. Does Conviction have a Persistent Effect on Income and Employment?. *International Review of Law and Economics*, n. 15, p. 103-119, 1994.

⁷² Tauchen, H.; Witte, A. D.; e Griesinger, H. *Criminal Deterrence: Revisiting the Issue with a Birth Cohort*. *Review of Economics and Statistics*, v. 76, p. 399-412, 1994.

observado que jovens empregados a menos tempo do que outros têm probabilidade maior de serem presos. Mas os autores relevam que os fatos colhidos podem, na verdade, refletir causas de características pessoais que afetam o sucesso e a adaptação dos jovens com a sociedade, levando-os a cometer crimes. Desta forma, não seria o mercado de trabalho em si um fator influente do crime – apontando que possíveis políticas *pró-labore* teriam pouco impacto sobre o crime (TAUCHEN *et alii*, *apud* CERQUEIRA *et alii*, 2004; e LEVITT, 1997).

Excluído: os

Diversos autores procuraram incorporar a idéia da influência do histórico criminal como aporte condicionante do crime futuro. Leung, em 1995, introduziu a idéia de “inércia criminal”, observando que, à medida que um indivíduo opta pela carreira criminal, menores são as probabilidades dele se afastar desta atividade, retornando ao mercado de trabalho legal. Neste âmbito, os antecedentes criminais diminuem os retornos futuros esperados dentro do mercado de trabalho legal – seja por preconceito que o ex-condenado passa a sofrer da sociedade, seja em decorrência da depreciação do capital humano condicionada pela “perda natural”⁷³ das habilidades anteriores ou pela ausência, no período condenado, de investimento em educação e/ ou treinamento (LEUNG, 1995).

Excluído: um

Excluído: processo

Excluído: que ele denominou como

Excluído: que afirma

Excluído: “inércia criminal”, observando

Excluído: s

Excluído: s

Excluído: s

Excluído: ;

Excluído: pela

Excluído: ,

Excluído: no

O economista norueguês Erling Eide (1995), seguindo de perto o modelo elaborado por Becker, utiliza novas variáveis para analisar mais fatores que levam um indivíduo a cometer crimes – focando, em particular, o risco. Seus estudos fazem referência ao fato dos criminosos sobreestimarem a probabilidade de serem apreendidos, por conseguinte, uma probabilidade pequena de pena detém um efeito repressivo (EIDE, 1995). Similarmente, os acadêmicos Block e Gerety⁷⁴, ainda em 1995, desenvolveram análises experimentais observando os efeitos tanto de penas monetárias quanto o risco sobre criminosos e sobre alguns de seus estudantes. Suas conclusões foram de que indivíduos, em geral, tendem a ser adversos ao risco, porém, os criminosos são mais sensíveis às mudanças na probabilidade de apreensão e de cumprir alguma pena, já seus estudantes eram mais sensíveis às penas monetárias do que os criminosos (BLOCK *et alii*, *apud* GAROUPA, 1998).

Excluído: a

Excluído: como

Excluído: e

Excluído: a

Excluído: na

Excluído: ao que

Excluído: a

Excluído: (CONFUSO)

Excluído: apresentam

Ao pesquisarem o crime organizado, Fiorentini e Peltzman (1995) acharam as seguintes características sobre suas práticas e mecanismos: (a) economias de escala e a exploração de preços monopolísticos na oferta de bens e serviços ilegais; (b) prática de violência contra outros negócios legais ou ilegais; (c) hierarquia criminosa com a internalização de externalidades negativas e administração de um *portfolio* de atividades de

⁷³ Um exemplo seria um trabalhador manual perder parte da habilidade de trabalho por ter ficado preso durante 20 anos sem chances de praticar a profissão que praticara anteriormente ao período de reclusão.

⁷⁴ Block, M. K. e Gerety, V. E. *Some experimental evidence on differences between student and prisoner reactions to monetary penalties and risk*. Journal of Legal Studies, n. 24, p. 123-138, 1995.

riscos; (d) fuga à dissipação de recursos através de *lobby* competitivo e corrupção; (e) acesso mais fácil aos mercados de interesse. Suas conclusões para o combate do crime organizado baseiam-se na distinção de características econômicas das atividades de uma organização criminosa: como agente governamental e como empresa de mercado. As políticas de combate, neste caso, são distinguidas de acordo com os efeitos e as reações que as organizações criminosas tendem a apresentar – políticas que apresentem: (i) estratégias de combate ao crime tradicional, baseadas no investimento e em atividades de investigação, trabalhando mutuamente com o sistema jurídico e o sistema penitenciário, para que seja possível aumentar a probabilidade de apreensão e detenção de crimes relacionados a atividades da organização; (ii) estratégias de apreensão relacionadas a atividades regulatórias do governo; e (iii) políticas de apreensão e detenção contra a lavagem de dinheiro e contra o investimento de ganhos ilegais em atividades legais (FIORENTINI *et alii*, *apud* GAROUPA, 1997; e FIORENTINI *et alii*, 1995). Os autores também auxiliaram Grossman⁷⁵ a desenvolver uma análise alternativa para o crime organizado: o modelo de Máfia é concebido como um competidor do Estado em provisões de serviços de interesse público. Nesta doutrina, o efeito de competição entre a Máfia e o Estado em alocação de recursos e na distribuição de renda foi analisado. O modelo de Grossman demonstrou que, enquanto a extorsão e taxaço são permitidas, a competição entre a Máfia e o Estado aumentará a oferta de serviços públicos, desta forma, incrementando os ganhos relativos do “produtor” mafioso. A Máfia, conseqüentemente, existindo como uma provedora alternativa de serviços ao setor privado e competindo com o governo a nível de impostos e produção de serviços, sua existência, em termos, pode ter um efeito benéfico por moderar tendências e qualidade na oferta de produtos por parte do governo, ou até moderar qualidade, “cleptocrática” praticada por governos corruptos (GROSSMAN *apud* GAROUPA, 1997; GROSSMAN, 1995).

Excluído: evita

Excluído: a

Excluído: firma

Excluído: is

Excluído:

Excluído: ,

Excluído: neste ano,

Excluído: a

Excluído: é

Excluído: ra

Excluído: serem

Excluído: aumentando

Excluído: u

Excluído: em termos de

Excluído: is

Excluído: oficial

Excluído: s

Excluído: s

Excluído: s

Edward Glaeser, utilizando variáveis como (a) percentagem de lares comandados por mulheres; (b) percentagem de moradores donos de seus imóveis; (c) nível de imposto em propriedades; (d) polícia *per capita*; (e) taxa de reincidência; (f) idade; e (g) nível de urbanização / moradores por metro quadrado, procurava avaliar o nível de variância da criminalidade ao longo do espaço e tempo e como interações sociais afetam o nível de criminalidade. Glaeser procura entender as interações sociais ao ver fatos pouco comuns, como o de que 23% dos afro-descendentes nos EUA₂ entre 20-29 anos₂ estavam presos ou sob alguma liberdade condicional; de que₂ entre 1933 e 1961₂ a taxa de homicídios nos EUA caiu

Excluído: sopesar

⁷⁵ Grossman, H. I. *A general equilibrium model of insurrections*. American Economic Review, v. 81, p. 912-921, 1991.

50% para, a partir de 1970, voltar a crescer rapidamente; de que cidades pobres e com níveis educacionais críticos detinham níveis de criminalidade bem menores do que cidades com o mesmo nível de população, porém com um PIB *per capita* e um nível de instrução maiores.

Excluído: em

Excluído: em

Excluído: , além de um nível de instrução maior

Excluído: são

Excluído: em

Excluído: em

Excluído: ,

Excluído: são

Excluído: as

Excluído:

Excluído: a

As primeiras conclusões de Glaeser foram de que as decisões dos agentes são independentes, por isso não é possível, na maioria dos casos, tentar uma análise de comparação ampla entre cidades, regiões ou amostragens muito distintas. Ao demonstrar que as variáveis eram independentes devido às variâncias de decisão individual para o crime, o autor mostrou o exemplo das cidades de East Point, no estado americano da Geórgia, onde o nível de crime é estimado em 9,2 crimes para cada 100 habitantes e a cidade de El Dorado, no estado de Arkansas, onde o nível de criminalidade para cada 100 habitantes é de 3,9. No entanto, a cidade de East Point tem uma taxa menor de desemprego, um nível de educação maior, menor taxa de pobreza e maior renda per capita. A explicação de Glaeser parte de um modelo onde há dois tipos de agentes, (a) um agente criminoso que influencia e que é influenciado pela interação social com vizinhos, colegas, etc, e (b) agentes que influenciam, mas que, por sua vez, não são influenciáveis – chamados de “agentes fixos”. Ao seguir a análise de seu modelo, o autor infere que níveis de interação maior acabam por terem maior peso em crimes como assaltos, roubos e roubo a mão armada.

Excluído: i

Excluído: ;

Excluído: ii

Excluído: Já os crimes de incêndio, homicídio ou estupro (KD O RESTO DA FRASE).

Excluído: as “transferências de informações” entre criminosos ou futuro criminosos detêm

Por fim, Glaeser concluiu que as “transferências de informações” entre criminosos ou futuro criminosos detêm um enorme peso na possível condução de um indivíduo adentrar o mundo do crime. Os agentes do modelo de Glaeser utilizaram-se do aprendizado social para disseminarem, em localidades específicas, comportamentos e técnicas criminosas, além de reduzirem o custo moral e o controle social. Os resultados desta interação criminal foram de congestionar o sistema de detecção e apreensão de criminosos, uma vez que aumentou o nível de atividades criminosas, além de criar um efeito de *crowding-out* das atividades legais da área, que passaram a buscar locais mais seguros para continuarem a operar (GLAESER et alii., 1995).

Excluído: são

Excluído: a

Steven Levitt que trabalhara com Gary Becker na Universidade de Chicago, onde ambos são professores, publicou artigos que abordaram temas distintos como o efeito do tamanho da população carcerária nos níveis de criminalidade, identificado nas pesquisas de Marvell e Moody (1994); a quantidade de polícia *per capita* e o nível de criminalidade; o crime praticado por jovens – a relação da idade com o crime—, como Blumstein (1978) e Freeman (1983); e as consequências do aborto sobre a criminalidade.

Excluído: (

Excluído:)

Excluído: seus

Excluído: como

Excluído: assim como

Excluído: de 1996

Excluído: uma

Excluído: s

Excluído: utilizando o um

Excluído: o

Seu artigo inicial de 1996, sobre economia do crime, descreve a razão entre a população encarcerada e a diminuição no nível de criminalidade. Testando variáveis baseadas

no modelo modificado de Becker, Levitt observa que o aumento de uma pessoa na população carcerária provoca uma diminuição de até 15% no índice de crimes rotulados como Index I, que inclui crimes como homicídio, estupro, roubo, assalto a mão armada, assalto, latrocínio, roubo de automóveis e incêndios criminosos (LEVITT, 1996).

Excluído: modificado

Excluído: um

Excluído: afeta na

Excluído: um

Em seu artigo de 1997, Levitt pesquisa a história e o papel dos centros de detenção juvenis nos Estados Unidos da América. Ao comparar tanto os centros de detenção públicos como os privados e de analisar suas atuações em diversos estados do país, o autor concluiu que criminosos juvenis respondem às sanções e às estratégias de combate ao crime da mesma forma que os criminosos adultos. Há, no entanto, certas diferenças. O que Levitt mensura são os níveis de reincidência antes e após o criminoso deixar o centro de detenção⁷⁶ e/ ou atingir a idade adulta. Foi possível observar que, em estados onde há um pequeno hiato quanto à magnitude de penas entre jovens e adultos, os criminosos voltavam a cometer crimes depois de atingirem a idade adulta – isto é, cometiam crimes tanto na adolescência quanto na idade adulta. Porém, em estados onde existia uma grande diferença entre a magnitude de penas para adolescentes e adultos, sendo penas “leves” para adolescentes e “duras” para adultos, havia uma taxa bem menor de reincidência após um ex-detento atingir a idade adulta (LEVITT, 1997).

Excluído: dos centro

Excluído: , além

Excluído: este

Excluído: -se

Excluído: a

Excluído: DA

Excluído: MESMA

Excluído: FORMA

Excluído: quant

Excluído: QUE

Excluído: o

Excluído: (FALTA PALAVRA)

Excluído: ,

Excluído: é

Excluído: ra

Em outro artigo de 1997, Levitt utiliza como variável de teste, o período eleitoral de prefeitos e governadores para a identificação do efeito causal da polícia sobre os níveis de criminalidade. O autor queria testar esta variável móvel para certificar-se sobre seus efeitos reais sobre o nível do crime, avaliando que era necessário utilizar-se dos períodos eleitorais, pois era referência sobre o aumento do número de policiais, antes do efeito cíclico que era a redução da criminalidade após o período eleitoral. Sua conclusão é que de fato o aumento do efetivo policial diminui as taxas de criminalidade após um período onde a criminalidade aparenta crescer devido a mais prisões estarem ocorrendo (LEVITT, 1997-2).

Excluído: cia

Excluído: e

Excluído: em

Excluído: relevando

Naquilo que viria a ser seu artigo mais conhecido e controverso, Levitt busca os efeitos da liberação do aborto em alguns estados dos EUA e a redução do nível de criminalidade. O aborto, que era legalizado nos Estados Unidos desde que este era uma colônia inglesa, até o início do século XX, voltou a ser permitido após a Suprema Corte Norte Americana julgar o caso *Roe versus Wade*, em 1973. Utilizando variáveis como: (a) número de crimes violentos para cada 1.000 habitantes; (b) número de crimes contra a propriedade para cada 1,000 habitantes; (d) taxa de homicídio para cada 1.000 habitantes; (e) taxa de

⁷⁶ Ver Lipsey, M. *Juvenile Delinquency Treatment: A Meta-Analysis Inquiry into the Variability of Effects*. Ed. Sage, Los Angeles, 1991.

aborto para cada 1.000 habitantes; (f) número de detentos para cada 1.000 habitantes; (g) número de polícias para cada 1.000 habitantes; (h) renda *per capita* estadual; (i) nível de contribuição social AFDC por família; (j) taxa de desemprego; (l) consumo *per capita* de cerveja; (m) taxa de pobreza; (n) número de prisões por crimes violentos, homicídio e roubo para menores 25 anos para cada 1.000 habitantes; e (o) número de prisões por crimes violentos, homicídios e roubo para maiores de 25 anos para cada 1.000 habitantes.

Levitt detalhou a taxa de crescimento de crimes para vários estados dos EUA₂ desde o início do século XX. Suas observações demonstraram que₂ para os primeiros estados que liberalizaram o aborto₂ após a decisão da Suprema Corte dos EUA⁷⁷, em 1973, houve um declínio da criminalidade passado 15 anos da data de liberalização, isto é, o declínio iniciara-se a partir do final da década dos anos 80. Já os estados que não liberalizaram o aborto⁷⁸, a taxa de crime₂ continuou a crescer, mantendo suas trajetórias estimadas⁷⁹. Levitt levantou que o declínio da taxa de criminalidade nos estados₂ diretamente relacionada₂ ao número de abortos₂ foi de 50%⁸⁰ (LEVITT *et alii.*, 2000).

Excluído: s

Excluído: os

Excluído: ra

Após o trabalho inicial de Levitt, o economista português Nuno Garoupa (1997) publicou sua pesquisa sobre modelos de crime organizado e o combate “ótimo” para sua atuação. Utilizando parte dos modelos apresentados por Becker (1968), Buchanan (1973) e Grossman (1995), o autor, focando em variáveis como riqueza, externalidades, neutralidade de risco, nível de atuação para evitar ser detectado, corrupção, apreensões e penas criminais elaborou seu modelo onde o crime organizado é uma estrutura de integração vertical baseada na extração de informações e de *rents*⁸¹. Neste sentido₂ uma organização criminosa necessita de agentes para se extorquir e de ameaças⁸² que sejam levadas a sério por eles para que se possa extorquir. Garoupa (1997) infere que₂ enquanto os agentes a serem extorquidos levarem as ameaças a sério, a estratégia de combate ao crime deverá ser baseada em uma política mais dura na apreensão e condenação. Mas, caso as ameaças não sejam levadas a sério, o autor argumenta que o crime organizado não consegue extorquir os agentes, partindo então para a violência. Neste caso, a utilização de leis e políticas de combate ao crime organizado mais

Excluído: a

Excluído: ões

Excluído: montaram

Excluído: montou

Excluído: de

Excluído: d

⁷⁷ Os cinco primeiros estados a liberalizarem o aborto após a decisão *Roe vs. Wade* foram: Nova Iorque, Washington, Alaska, Havaí e Califórnia.

⁷⁸ Ver Loeber (1990) e Loeber *et alii.* (1986)

⁷⁹ Ver Dagg, P. K. The Psychological Sequelae of Therapeutic Abortion-Denied and Completed. *American Journal of Psychiatry*, CXLVIII, n.5, p. 578-585, 1991.

⁸⁰ Ver Levitt (2005).

⁸¹ Neste caso utilizar-se-á “*rents*” como ganhos baseados em extorsão.

⁸² Ver Konrad e Skaperdas (1997) em estudo sobre relação de ameaças e efeitos de incentivos em gangues dos EUA. Gangues nos EUA tendem a focar em problemas de reputação, utilizando recursos e tempo em estratégias que enfatizem investimentos de aparência. Enquanto as ameaças das gangues serem levadas a sério, contratos no mundo da criminalidade de qual faz parte serão respeitados.

duras não necessariamente representam uma escolha “ótima”, pois o resultado seria uma perda social maior, com a destruição, por parte do crime organizado, de empreendimentos dos agentes que se recusam a pagar pela extorsão. Uma política de apreensão e penas mais duras geraria mais destruição – avaliando a teoria de Grossman (1995), onde as competições entre o governo e a organização criminosa acabam por gerar externalidades como custos sociais (GAROUPA, 1997).

Excluído: m

Excluído: relevando

Em um artigo posterior, de 1998, Garoupa focou o modelo de Becker (1968) e procurou derivá-lo testando as variáveis utilizadas como probabilidade de ser apreendido, magnitude de pena e multa e a aversão ao risco⁸³ por parte do criminoso. Garoupa (1998) concluiu que os argumentos de Becker (1968) não são reais quando se aplica a incerteza como fator de efeito. Neste âmbito, quando determinada pela preferência do criminoso, a probabilidade de ser preso e a magnitude da pena acabam por deter parte da criminalidade. No entanto, a multa, que Becker (1968) argumentara ser a medida “ótima” de aplicação de sanções contra o crime, não se demonstrou como inibidora da criminalidade ou apresentou um custo social nulo como demonstrara o autor. Este afirma que a substituição entre probabilidade de pena e multas só perdura caso a pena esperada seja próxima ao ganho pelo ato criminoso, caso contrário, a relação pena/ multa será apenas de complemento (GAROUPA, 1998).

Excluído: a

Excluído: a

Excluído: s

Excluído: s

Excluído: m

Excluído: a

Excluído: a

Excluído: Becker

Excluído: este autor

Excluído: . O autor

Excluído: é

Excluído: do

Excluído: é

O economista chinês Junsen Zhang⁸⁴, tomando como base os estudos de Block e Heineke⁸⁵ (1978) de que “a alocação ótima do tempo do indivíduo dependeria, além dos custos e benefícios alternativos associados aos mercados legais e ilegais, do nível de riqueza do indivíduo”⁸⁶, desenvolveu um modelo onde foi possível testar variáveis que condicionariam o crime à existência de programas sociais, buscando mapear os efeitos de ganhos sociais relativos do indivíduo e sua propensão à criminalidade. O autor, utilizando dados de estados dos EUA, procurou explicar os crimes contra a propriedade e suas relações diretas com os fatores econômicos, o acesso a programas sociais em vigor e a proporção da repressão judicial na área. Suas variáveis de teste foram: (a) nível de desigualdade; (b) taxa de desemprego; (c) probabilidade de apreensão e detenção; (d) taxas de prisão e condenação; (e) tamanho relativo das sentenças; (f) benefícios sociais *per capita* no estado; (g) número de beneficiários do

Excluído: ra

⁸³ Ver estudos matemáticos sobre a dualidade de preferência ao risco de Yaari, M. E. *The dual theory of choice under risk*. Revista Econometrica n. 55, p. 95-115, 1987.

⁸⁴ Zhang, J. *The Effects of Welfare Programs on Criminal Behavior: A Theoretical and Empirical Analysis*. Economic Inquiry, v. 35, p. 120-137, 1997.

⁸⁵ Block, M. K. e Heineke, J. M. *A Labor Theoretic Analysis of the Criminal Choice*. American Economic Review, v. 65, p. 314-325

⁸⁶ Block e Heineke *apud* Cerqueira e Lobão. op. cit., p. 249, 2004.

programas sociais dividido pela população do estado; e (h) razão entre os beneficiários máximos de famílias com crianças e dependentes e a ajuda-padrão para uma família com três membros. Seus resultados mostraram que as três últimas variáveis, todas relacionadas a programas de bem-estar econômico, têm importante correlação com níveis de induzir a criminalidade (ZHANG *apud* CERQUEIRA *et. al.*, 2004).

No fim de 1998, Pablo Fajnzylber, Daniel Lederman e Norman Loayza publicaram um complexo estudo sobre os determinantes de criminalidade cruzando dados entre mais de 128 países. As variáveis e estatísticas utilizadas, apesar de tratarem de países e localidades tão heterogêneas, acabaram por apresentarem resultados de correlação, contrariando estimativas feitas por Glaeser (1996). Um fato apontado pela pesquisa dos autores foi a presença de um componente inercial na taxa de criminalidade, isto é, uma variação de 1% da taxa de criminalidade em relação ao período anterior trazendo um impacto positivo de 0,25% na mesma taxa no período presente. Os dados utilizados pelos autores para crimes como homicídio e roubo, cobrindo o período de 1970 até 1994, foram adquiridos através da publicação *United Nations World Crime*, que, por sua vez, coleta os dados fornecidos pelos Ministérios da Justiça de seus respectivos países (FAJNZYLBER *et alii*, 1998, 2002). Observam Cerqueira e Lobão (2004) sobre a pesquisa:

Excluído: à

Excluído: do

Excluído: em

Excluído: de

“[...Fajnzylber, Lederman e Loayza] desenvolveram, sob a inspiração do modelo da escolha racional, um painel a partir do método de momentos generalizados (GMM). Entre as variáveis explicativas estatisticamente significativas e com sinal negativo incluem-se a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, a probabilidade de aprisionamento e de severidade do sistema judicial e o nível de capital social, medido pelo grau de confiança nos *World Value Surveys*⁸⁷. Com sinal positivo, resultaram: o índice de Gini, a taxa de criminalidade defasada um período, a existência de produção e consumo de drogas no país, o grau de urbanização e o grau de polarização na distribuição de renda. Já o PIB e a escolaridade média da população não deram resultados significativos, o que é coerente com os desenvolvimentos teóricos já que, até onde se tem conhecimento, não há consenso sobre o sinal da derivada parcial dessas duas variáveis”⁸⁸.

Analisando a questão do narcotráfico, Fernandez e Maldonado (1999), a partir da experiência boliviana, atestaram que as variáveis relacionadas a este meio, para influência da criminalidade, estavam tanto no cunho individual como no social. As variáveis mensuradas

Excluído: ao

⁸⁷ Ver Lederman, D.; Loayza, N. e Menéndez, A. M. *Violent Crime: Does Social Capital Matter?*. Banco Mundial, Washington D.C., 1999

⁸⁸ Cerqueira e Lobão. op. cit., p. 253, 2004.

para testar o meio social na decisão foram ligadas a fatores como a pobreza, o nível de desemprego e a perspectiva futura de ganhos com o setor legal. As causas individuais, que abraçam a Teoria da Anomia, acima citada, são de natureza psíquica como a cônica, a ambição, a idéia de ganho fácil, inveja, frustração, entre outras. Os resultados econométricos do trabalho demonstraram que a evolução da produção de coca é em parte explicada pelo diferencial de ganho nesta atividade se comparada a outras atividades – legais –, na mesma região (FERNANDEZ *et alii*, 1999).

Excluído: ,

Rasanen *et al.*⁸⁹, ainda em 1999, demonstraram, em seu artigo, que o risco de crimes violentos na Finlândia, para homens nascidos em 1966, são resultado das seguintes variáveis mensuradas (em ordem decrescente de impacto): (a) nível de educação da mãe; (b) idade da mãe / mãe adolescente; (c) família composta por um só adulto, pai ou mãe; (d) desejo de gravidez por parte da mãe; e (e) se a mãe fumava durante a gravidez (RASANEN *et alii*. *apud* LEVITT, 2000). Gruber *et alii.*⁹⁰ documentaram sobre as circunstâncias de crianças que iam ser abortadas, mas que acabaram por nascer, e o início de suas vidas com problemas como: mortalidade infantil, crescer em um ambiente com um só adulto e nível de pobreza. Os autores documentaram ainda sobre mulheres que fizeram aborto a fim de terem filhos somente mais tarde em suas vidas. Os fatores que levaram as mães observadas a optarem pelo aborto foram: idade, nível de educação, nível de renda, presença do pai, gravidez indesejada, abuso de drogas ou de álcool. A conclusão do estudo foi que o aborto, nos EUA, contribuiu para a redução de futuros criminosos (GRUBER *et alii*. *apud* LEVITT, 2000).

Excluído: am

Excluído: a

Excluído: s

Excluído: scendente

Excluído: o

Excluído: D

Excluído: ou

Excluído:

Excluído: ,

Excluído: , depois,

Excluído:

Excluído: o

Excluído: uma criança apenas

Excluído: eram

Excluído: ra

Excluído: estava contribuindo para crianças nascerem em melhores ambientes e condições,

Excluído: ndo

Excluído: um

Excluído: propensão futura

Excluído: ao

Excluído: m

Excluído: e

Excluído:).

Excluído: (NÃO SERIA "NÃO CONTRIBUINDO"???)

Excluído: trilharam

Excluído: algumas

Excluído: providenciando

Excluído: efeitos

3.1.4. O INÍCIO DO SÉCULO XXI

Entre os anos de 2000 e 2001, diversos estudos, levando em consideração patologias individuais e reflexos sociais sobre o indivíduo, testaram variáveis a partir do modelo de escolha racional, adotando novos dados sobre a sensibilidade de cada estatística mensurada e seus consequentes efeitos sobre a criminalidade.

Gould *et alii*⁹¹, destacando os trabalhos de Ehrlich (1973) e Freeman (1994 e 1995) buscaram a influência de oportunidades no mercado de trabalho sobre o crime. Os autores

⁸⁹ Rasanen, P., *et alii*. *Maternal smoking during pregnancy and risk of criminal behavior among adult male offspring in the Northern Finland, 1966 Birth Cohort*. American Journal of Psychiatry, CLVI, p. 857-862, 1999.

⁹⁰ Gruber, J. Levine, P. B., e Saiger, D. *Abortion Legalization and Child Living Circumstances: Who is the 'Marginal Child'?* Quarterly Journal of Economics. CXIV, p. 263-291, 1999.

⁹¹ Gould, E. D.; Weinbeck, B. A.; e Mustard, D. B. *Crime Rates and Local Labor Market Opportunities in the United States: 1979 – 1997*. JEL Codes, K4, J0, p. 1-58, 2000.

utilizaram um painel com efeitos envolvendo 709 municípios americanos, de 1979 a 1997, sobre vários tipos de crime contra a propriedade e contra a pessoa, para analisarem os resultados sobre o segmento do mercado de trabalho não especializado. Ao invés de se concentrarem apenas no desemprego, observaram também os salários reais dos não especializados e desagregaram o mercado de trabalho para focar especificamente os jovens.

Excluído: :

Excluído: ;

Excluído: a

Excluído: m

Excluído: ;

Seus resultados apontaram que homens jovens não especializados respondem ao custo de oportunidade do crime. Os resultados – que utilizaram variáveis instrumentais baseadas na composição industrial da área, na tendência industrial agregada e nas mudanças demográficas dentro das indústrias no nível agregado – revelaram a possibilidade de uma tendência de longo prazo pelo crime em decorrência do baixo salário de homens jovens não educados, comparativamente aos níveis de desemprego. A pesquisa não encontrou evidências de que condições econômicas (como o nível de desemprego) afetem o crime quanto à parcela da população com educação especializada (GOULD *et alii*. *apud* CERQUEIRA *et. alii*, 2004).

Excluído: —

Excluído: ,

Excluído:

Excluído: relevou

Excluído: do

Excluído: devido a uma tendência

Excluído: também de longo prazo, d

Excluído: s

Excluído: s

Excluído: do que pelo

Excluído: a

Excluído: ,

Excluído: scendente

Raphael & Winter-Ebmer (2001) testaram a possibilidade de um nível alto, ou de um aumento na criminalidade em certas áreas, terem o efeito de impedirem a instalação de novas indústrias ou até mesmo fazer com as que já estão instaladas se mudem. A observação deste efeito de *crowding-out* diminuiria, de forma natural, a oferta de empregos na região, talvez criando uma espiral *myrdaliana* decrescente, gerando um ciclo vicioso de mais crimes e menos empregos, uma vez assumido que indivíduos com histórico criminal têm menos chances de arrumar trabalho. Gould *et alii*, 2004, mostraram em seu artigo descrito acima, que empresas e indústrias em áreas com grandes níveis de criminalidade tem desvantagens quanto à outras regiões devido ao pagamento de maiores salários para compensarem seus funcionários pela má região onde atua.

Excluído:

No ano de 2002, Erza Friedman e Abraham L. Wickelgren utilizaram o modelo de escolhas racionais juntamente com o conceito de jogos *bayesian*⁹². Isto é, aplicaram a teoria dos jogos onde informações sobre características de outro participante estão faltando ou estão incompletas. Considerando que o júri detém assimetria de informações, mesmo quando não há limites para a magnitude das penas, não é possível deter toda a criminalidade. Há um limite finito sobre a alteração da taxa de crime que é resultado das dificuldades em chegar à convicção final com evidências imperfeitas. Desta forma, os autores chegaram à conclusão que o crime não pode ser reduzido aquém desse limite via o aumento da pena, mas o limite pode ser alterado por meio de melhorias na qualidade de evidências apresentadas ao júri ou

Excluído: a

Excluído: ,

⁹²Sobre funcionamento e características do *Bayesian Game*, ver: http://en.wikipedia.org/wiki/Bayesian_game (Acessado em 29/10/2006).

aumentando a quantidade de evidências necessárias para a condenação (FRIEDMAN *et alii.*, 2002).

No ano de 2003, Karin Edmark usou um painel de dados com estatísticas dos condados da Suécia, durante os anos de 1988-1999, para estudar os efeitos do desemprego em taxas de crimes sobre propriedades. O período estudado é caracterizado pela turbulência no mercado de trabalho – as variações na taxa de desemprego foram inéditas para a segunda metade do século. A pesquisa, que procurou seguir o fato já estudado por correntes da economia do crime – de que aumento nas taxas de desemprego induz a um aumento nas taxas de crimes contra a propriedade, incluiu ainda as variáveis (a) taxa de divórcio; (b) densidade demográfica; (c) nível de educação; (d) gastos sociais; (e) taxa de moradores estrangeiros; (f) nível de vendas de álcool; (g) taxa de desemprego; (h) renda média *per capita*; e (j) homens entre 15-24 anos. Os resultados foram de que, para cada 1% no aumento da taxa de desemprego, o crime contra propriedade aumenta em 0,11%. Essa taxa é menor de que a calculada para os EUA (FREEMAN, 1994; LEVITT, 1996) que estimaram a razão de 1:1 (EDMARK, 2003).

Excluído: m

Excluído: s

Os modelos de Becker (1968), Heineke (1978) e Ehrlich (1979), Horvath e Kolomaznikova (2003) derivaram e procuraram testar indivíduos segundo os três níveis de risco para estimar se a probabilidade de apreensão, a magnitude da pena e/ ou multas geram um efeito de detenção ao nível de criminalidade. O resultado matemático, testado em modelos resultou que as três variáveis atuam como impedimentos para indivíduos se tornarem criminosos, independentemente, da atitude sobre o risco (HORVATH *et alii.*, 2003).

Excluído: Extendendo

Excluído: . O

3.2. A LITERATURA BRASILEIRA

3.2.1. A DÉCADA DE 80

A literatura sobre economia do crime é relativamente pequena no Brasil. Os estudos no país geralmente mesclam observações estritamente sociais ou antropológicas com dados obtidos em indicadores econômicos, não aproximando, desta forma, os conceitos econômicos em si, aos estudos sobre a criminalidade. No entanto, os estudos realizados sobre a criminalidade no Brasil obtiveram êxito no detalhamento de características sobre tanto o aspecto do indivíduo como ser criminoso, quanto das práticas criminosas e da vida penitenciária no país. Neste aspecto, um exemplo notório e relativamente recente é Antônio

Paixão que descrevera desde sorteios de morte entre prisioneiros brasileiros à evolução do crime organizado no estado do Rio de Janeiro que, como relatado por Paixão, no início da década de 90 iniciou ataques contra pessoas jurídicas. Paixão⁹³ e Coelho⁹⁴ estimavam a “importância de fatores socioeconômicos na determinação da criminalidade, em detrimento de variáveis mais relacionadas à eficácia do sistema de justiça criminal”⁹⁵. Suas pesquisas também indicavam o crescimento da criminalidade violenta entre 1978 a 1988 no país. As taxas de homicídio, que em 1977 era da ordem de 15 ocorrências para cada cem mil habitantes, saltou para 50 ocorrências em 1986 (ADORNO, 1998).

O período da ditadura militar alterou com rapidez o quadro social do país. O êxodo célere do campo para as cidades resultou em uma maior concentração urbana do que o Estado tinha condições de administrar, favorecendo a expansão de comunidades sem qualquer tipo de estrutura mínima para moradia. Baseando-se nestes marcos, Zaluar⁹⁶, em 1985, utilizou de pesquisas etnográficas em favelas e comunidades abastadas para referenciar séries de elementos que associaram o contexto social verificado nestes meios sociais aos fenômenos da violência e criminalidade (ZALUAR *apud* CERQUEIRA *et. alii*, 2004).

Pezzin (1986) apresentou um dos primeiros trabalhos empíricos sobre economia do crime ao desenvolver uma análise em *cross-section* com dados de 1983, além de outras séries temporais para a região metropolitana de São Paulo (com dados entre 1970 e 1984). Suas observações demonstraram que há uma correlação positiva entre urbanização, pobreza e desemprego em relação a crimes contra o patrimônio.

Ainda sobre a década de 80, “no Estado do Rio de Janeiro, enquanto o crescimento da criminalidade, entre 1977 e 1986, foi da ordem de 50%, a taxa de aprisionamento (população prisional/ cem mil habitantes) decresceu 27,4%. Essa população prisional oscilou entre o máximo de 9.081 internos (1977) e um mínimo de 8.853 em 1980 (excluídos aqueles recolhidos aos ‘xadrezes’⁹⁷ policiais)”⁹⁸. Neste período inicia-se a constatação do esgotamento do sistema penitenciário brasileiro. De acordo com Coelho⁹⁹, o Censo Penitenciário, realizado no Estado do Rio de Janeiro, em 1988, havia 8.672 presos, distribuídos em vinte e seis estabelecimentos penitenciários (inclusive hospitais gerais, hospitais psiquiátricos e o hospital

⁹³ Paixão, A. L. Crime, *Controle Social e Consolidação da Democracia*, em F. W. Reis e G. O'Donnell (orgs.), A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas. São Paulo, Ed. Vértice, 1988.

⁹⁴ Coelho, E. C. *A Criminalidade Urbana Violenta*. Dados, vol. 31, n. 2, p. 145-183. 1988.

⁹⁵ Cerqueira e Lobão. *op. cit.*, p. 253, 2004.

⁹⁶ Zaluar, A. *A Máquina e a Revolta. As Organizações Populares e o Significado da Pobreza*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

⁹⁷ Aspas inseridas pelo autor.

⁹⁸ Adorno, S. *op. cit.* p.6, 1998.

⁹⁹ Coelho, E. C. *A Criminalidade Urbana Violenta*. Dados, vol. 31, n. 2, p. 156. 1988.

de Custódia e Tratamento). Havia, no entanto, uma estimativa de 55 mil infratores, em liberdade, com mandatos de prisão a serem cumpridos. O retrato dos condenados compunha-se de pessoas concentradas nos grupos etários de 25-29 anos (27,17%), 30-34 (21,78%) e 21-24 anos (19,57%). A maior parte (90%) residia em domicílio urbano. 67,75% foram classificados como negros (ou pardos). Em termos de escolaridade, 63,51% possuíam o primeiro grau incompleto. Dados adicionais revelaram que 70,16% dos presos estavam desocupados na época da prisão e 84,65% foram condenados a cumprirem pena em regime fechado (COELHO *apud* ADORNO, 1998).

3.2.2. A DÉCADA DE 90

Para a década de 90, o número total de presos no país foi de 148.760, ou seja, 95,47 presos/cem mil habitantes (199%). Esse número é um coeficiente baixo quando comparado com o coeficiente de outras sociedades, encontrando-se atrás do Canadá (133/cem mil habitantes), da Nova Zelândia (127/cem mil habitantes), da Espanha (122/cem mil habitantes) e do Reino Unido (99/cem mil habitantes), países onde a taxa de criminalidade são reconhecidamente mais baixas do que no Brasil. Uma taxa muito reduzida se comparada ao país com a maior população carcerária do mundo, os Estados Unidos da América (411 presos/cem mil habitantes) em 1993.

Segundo dados apontados pelo Censo Penitenciário (1995), promovido pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, órgão do Ministério da Justiça, em cada cela habitavam em média 2,1 presos, dos quais 95,6% homens e 4,4% mulheres, distribuídos quanto à cor entre brancos (52,1%) e “não brancos” (47,9%). Dos condenados, 38,6% cumpriam pena irregularmente, isto é, cumpriam suas sentenças em Cadeias Públicas, Distritos Policiais ou celas de delegacias – espaços não adequados para o cumprimento de suas penas. O déficit de vagas sendo estimado em 32.332 vagas, fato este que poderia ser extremamente agravado se confirmada a suspeita segunda a qual há cerca de 152.009 mandatos de prisão decretados a cumprir – incorrendo em possíveis condenações. Um dado significativo é a observação sobre a taxa de reincidência que alcançou 46,04% junto à população penitenciária. Isto representa, a grosso modo, que para dois egressos penitenciários que retomam seus direitos civis, um comete novo delito é preso novamente e retorna à prisão (ADORNO, 1998).

3.3. O INÍCIO DE UM NOVO SÉCULO

A partir de 2000, Andrade e Lisboa¹⁰⁰ baseando-se em dados de homicídios do Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM) para São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, entre 1991 e 1997, desenvolveram um modelo com referência nas probabilidades de vitimização por idade. Os autores identificaram uma relação negativa entre homicídios e o salário real, principalmente, no que concerne a jovens entre 15 e 19 anos, assim como a relação entre desemprego e crime (para jovens); além de uma relação positiva com a desigualdade, para faixas etárias inferiores à 20 anos. Os estudos de Andrade e Lisboa foram os primeiros a evidenciar efeitos daquilo denominado como “inércia criminal” – onde, “na medida em que gerações que têm maior incidência de homicídios quando jovens tendem a perpetuar as maiores probabilidades de vitimização pelo resto da vida”¹⁰¹ (ANDRADE *et. alii*, *apud* CERQUEIRA *et. alii*, 2004).

Mendonça¹⁰², ainda em 2000, utilizando os conceitos de escolha racional de Becker (1968), desenvolveu uma extensão teórica ao apresentar a idéia de “insatisfação” na função de utilidades, corrugada pela diferença entre o consumo corrente e aquilo que seria uma “cesta de consumo ideal”. A “insatisfação” segundo Mendonça seria medida a partir do coeficiente de Gini. O autor desenvolveu um painel a partir de dados do Ministério da Saúde (SIM) para o período de 1985 e 1995 e observou que o determinante mais significativo (estatisticamente) foi à taxa de urbanização, seguida pela desigualdade de renda em um primeiro plano, e a renda média das famílias e o desemprego em um segundo (MENDONÇA *apud* CERQUEIRA *et. alii*, 2004).

Utilizando-se de uma aproximação teórica daquela apresentada por Mendonça em 2001, Cano e Santos (2001), com base em uma regressão estimada para o ano de 1991, mostraram evidências acerca de uma correlação positiva entre taxas de urbanização e taxas de homicídios nos estados brasileiros.

¹⁰⁰ Andrade, M. V. E. e Lisboa, M. B. *Desesperança de Vida: Homicídio em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo – 1981 a 1997*. R. Henriques (org.), *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. IPEA. Rio de Janeiro, 2000.

¹⁰¹ Cerqueira e Lobão. *op. cit.*, p. 254-255, 2004.

¹⁰² Mendonça, M. J. *Um Modelo de Criminalidade para o Caso Brasileiro*. Manuscrito do IPEA. Rio de Janeiro, 2000.

3.3.1. EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS NO PARANÁ

A partir do ano de 2000, abre-se uma lacuna nos estudos do crime sob a visão econômica no Brasil, que viria a utilizar-se de dados econômicos e sociais nacionais e fundamentar-se em teorias desenvolvidas internacionalmente. No ano de 2002, o professor Pery Shikida apresentou um trabalho sobre a teoria e as evidências empíricas da economia do crime a partir de um estudo junto a detentos da Penitenciária Estadual de Piraquara no Paraná. A pesquisa de Shikida consistiu em utilizar-se de um extenso questionário aplicado em um presídio do Estado do Paraná e verificar os resultados estatísticos obtidos junto à teoria até então desenvolvida. Com o resultado, confirmaram-se diretrizes da teoria de Becker (1968) sobre a escolha racional do agente criminoso, que avalia os custos e benefícios decorrentes de suas atividades ilícitas. Como o próprio Shikida coloca, “o ato de delinquir é uma decisão tomada racionalmente (com ou sem influência de terceiros), em face da percepção de custos e benefícios, assim como os indivíduos fazem em relação a outras decisões de natureza econômica¹⁰³” (SHIKIDA, 2002).

A pesquisa de Shikida observou que havia uma acentuada concentração da prática de crimes entre jovens de até 28 anos (77% dos entrevistados). Em seguida, vêm aqueles na faixa dos 29 até os 33 anos (13,8%) – observa o pesquisador que esta evidência segue uma tendência nacional e regional, onde o autor aponta que jovens tem maior facilidade em receber e seguir “maus conselhos” vis-à-vis o percebido nos criminosos de maior idade – relevando que a falta de idade pode ser encarada como uma falta de maturidade/experiência, influenciando fatores adicionais para a migração ao crime (SHIKIDA, 2002).

Verificou-se também o nível de educação por parte dos entrevistados, onde a proporção de analfabetos era de apenas 1,5%. A grande maioria, 84,6%, havia cursado ou estavam cursando o ensino fundamental, e 13,8% têm ou estavam cursando o 2º grau na época do crime. O baixo índice de criminalidade, já estudado por Sah (1991), Freeman (1994), entre outros, demonstram como o menor custo de oportunidade, a eles associados, tem influenciado significativamente na tomada de decisão do indivíduo de migrar para o setor ilícito. Os 13,8% com maior nível de escolaridade foi averiguado que realizaram práticas criminosas mais audaciosas e com nível de organização e planejamento mais complexos (SHIKIDA, 2002).

Quanto às observações sobre a religiosidade dos detentos, o professor Shikida constatou que 95% dos pesquisados acreditam em Deus e apenas 5% eram agnósticos.

Daqueles que acreditavam em Deus, 81% confirmaram como sendo católicos, 6% evangélicos, enquanto 13% não possuíam credo em nenhuma igreja específica (SHIKIDA, 2002).

Nas circunstâncias de vínculos interpessoais, a pesquisa apontou que 38,5% dos questionados eram solteiros no período em que cometeram os delitos, 35,4% eram amasiados, 20% casados, e 6,1% separados. Fora constatado também que 24,6% dos entrevistados já haviam tido pelo menos uma união desfeita antes do ato criminoso que resultou em suas prisões. Há também, no tocante a vínculos interpessoais, o fato de 87,7% dos entrevistados estarem morando com respectivos familiares (pai, mãe, irmãos, esposa e/ ou filhos), durante o período do crime, e apenas 12,3% dos entrevistados moravam sozinho (SHIKIDA, 2002).

Dos criminosos que moravam com parentes, 37% afirmaram ter sido influenciado à prática criminosa por algum parente próximo (irmão, primo, pai e/ ou tio). Esse fato ilustra o poder de direcionamento interpessoal. Essa característica, estudada detalhadamente por correntes internacionais, corrobora para a formação e manutenção da estrutura familiar – isto é, uma família mal constituída pode ser um fator de correlação positiva para a atividade ilegal (SHIKIDA, 2002).

A pesquisa de Shikida, ainda apontou outras características, como a utilização de bebidas alcoólica por 49,2% dos réus analisados, 53,8% fazia uso de drogas na época da prática do crime, sendo 44,2% dos condenados entrevistados, presos sob o Art. 12 do Código Penal, isto é, crimes relacionados à prática do tráfico de drogas. Os crimes de roubo e furto apresentaram índice de 33,8% e 9,1%, respectivamente, e o crime de latrocínio de 10,4%. Crimes de extorsão e estelionato alcançaram ambos à proporção de 1,3%. Houve, ainda, o predomínio do uso de armas de fogo para cometer o crime (58,5%) e parceria na realização do crime (60%). O fato de haver parceria para os crimes contribuía para a realização destes premeditadamente, com planejamentos e estratégias operacionais entre os agentes. Finalmente, a pesquisa verificou que do total dos entrevistados, 70,8% eram reincidentes (SHIKIDA, 2002).

¹⁰³ Shikida, P. F. A. Economia do crime: teoria e evidências empíricas a partir de um estudo de caso na Penitenciária Estadual de Piraquara (PR). Edital CNPq 01/2002. Artigo apresentado no XV CORECON – PR,

3.3.2. CONCLUSÕES SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Cerqueira e Lobão (2003) consideraram um modelo criminal ao qual avaliavam a maximização de lucro por parte dos criminosos. O crime cometido, em si, sofre externalidades da ação da justiça e das condições do ambiente de onde o crime poderá ou será cometido. Cada indivíduo neste modelo é diferenciado dos demais tanto pelo custo de oportunidade da sua mão-de-obra no mercado legal, quanto pelo prêmio esperado da ação criminosa – que seria o “preço” do crime versus o ganho do crime. As variáveis que afetam o número de crime em uma localidade são: desigualdade de renda; renda esperada no mercado de trabalho; densidade demográfica; poder de polícia; e valor da punição. Os autores aplicaram este modelo para analisar as décadas de 70 e 80 e os crimes de homicídios nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Desta forma, os autores concluíram que a criminalidade está no seio da exclusão econômica e social, e que a mera alocação de recursos, sem um planejamento extensivo está fadada a resultados pífios.

Um ano mais tarde o pesquisador Leandro Kume utilizou dados de um painel para os estados brasileiros e verificou para o período 1984-1998 os determinantes da taxa de criminalidade brasileira utilizando o Método Generalizado dos Momentos, como utilizado por Blundell e Bond¹⁰⁴. A pesquisa concluiu, semelhantemente a pesquisas de Cerqueira e Lobão, que o grau de desigualdade de renda e a taxa de criminalidade do período anterior geraram um efeito positivo sobre a taxa de criminalidade do período presente – salientando para a pesquisa de Fajnzylber *et alli*. (2002) que apontava o fator inercial do crime. Kume também constatou que no Brasil, o PIB *per capita*, o nível de escolaridade, o grau de urbanização e o crescimento do PIB têm efeitos negativos. Finalmente, Kume observa que atividades criminosas, como qualquer outra profissão, geram um ganho de habilidade ao longo do tempo nela investido. Desta forma, descreve o pesquisador, o custo de cometer um crime e o valor moral do criminoso diminui com o tempo de atividade criminosa. A contra-regra a ser utilizada neste fato é a ampliação do acesso à educação, que segundo o autor, o agregar de um ano a mais de estudos provoca uma queda de 6% na taxa de criminalidade no curto prazo e de, aproximadamente 12% no longo prazo.

O sociólogo francês Émile Durkheim identificava o crime observando como uma conexão se alimenta nos fundamentos da vida social. O crime, para o sociólogo servia a um propósito dentro de uma função social. Isto é, para Durkheim o crime servia como catalisador

2002.

em reformas sociais, uma vez que era através do crime que se libertavam certas tensões sociais, ‘despertando’ a sociedade a uma consciência moral sobre seus próprios fundamentos e leis (DURKHEIM, 2004).

Tabela 3

Custos econômicos da violência na América Latina (% do PIB)						
Categoria de Custos	El Salvador	Colômbia	Venezuela	Brasil	Peru	México
Custos Diretos	9,2%	11,4%	6,9%	3,3%	2,9%	4,9%
Perdas em Saúde	4,3%	5,0%	0,3%	1,9%	1,5%	1,3%
Perdas Materiais	4,9%	6,4%	6,6%	1,4%	1,4%	3,6%
Custos Indiretos	11,7%	8,9%	4,6%	5,6%	1,6%	4,6%
Produtividade e Investimento	0,2%	2,0%	2,4%	2,2%	0,6%	1,3%
Trabalho e Consumo	11,5%	6,9%	2,2%	3,4%	1,0%	3,3%
Transferências	4,0%	4,4%	0,3%	1,6%	0,6%	2,8%
Total	24,9%	24,7%	11,8%	10,5%	5,1%	12,3%

Fonte: Londoño e Guerrero (1999)

Os dados sobre a criminalidade no Brasil são alarmantes: segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 1999), apenas em um ano, 1997, o Brasil perdeu 10,5% do Produto Interno Bruto em razão da falta de segurança. O cálculo do BID inclui despesas com serviços decorrentes da violência como: hospitais, polícia, aparatos de segurança e custos sobre o sistema judicial. Valor este, subestimado, pois não levavam em conta perdas no setor de turismo, atividades econômicas noturnas, investimentos externos, entre outras receitas indiretas afetadas pela criminalidade.

Em 1995 o país contava com 148.760 presos, elevando-s o número para 170.602 em 1997 e para 194.074 em 1999, de acordo com o levantamento feito pelo Ministério da Justiça. O cálculo reflete que, neste período, houve um acréscimo na população prisional de 46 mil presos, cerca de 11.500 presos por ano. Para que o poder público pudesse suprir a escala populacional condenada seria necessário construir pelo menos 14 presídios por ano. Este acréscimo de presos entre 1995 e 1999, que equivale à soma da população carcerária da Grécia, Irlanda, Irlanda do Norte, Noruega, Dinamarca, Suécia, Bélgica, Áustria e Escócia, ainda está subestimada, pois não considera os mandatos de prisão expedidos pela Justiça que não foram cumpridos no ano (CANO, 2001).

¹⁰⁴ Blundell, R. e Bond, S. Initial conditional and moment restrictions in dynamic panel data models. Journal of Econometrics, vol. 87, n. 1, páginas 115-143.

Ao observar dados sobre a criminalidade no Brasil, a partir do fim da década de 50, é possível concluir que: a) o planejamento urbano passou a ignorar o crescimento da criminalidade; b) há um distanciamento completo entre a população e as polícias; c) há uma assimetria de informações entre SSPs de Estados diferentes, o que faz de um criminoso em um Estado da Federação não estar no banco de dados de outro Estado; d) maioria dos municípios se eximem de suas responsabilidades sobre o crime, passando para o Estado, via as SSPs, a responsabilidade da segurança pública; e) o Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como as recentes modificações no Código Penal sobre crimes hediondos e os chamados “crimes do colarinho-branco” necessitam ser revistos ou reinterpretados, pois criaram lacunas onde suspeitos o utilizam para evitar condenações; f) é necessário atualizar a força policial para uma atuação preventiva, além de adequá-la a um *modus operandi* que utilize da tecnologia disponível e do conhecimento científico para ocorrências – pois há em vários Estados laboratórios para perícia, sem que tenha havido treinamento de peritos ou polícias sobre como operar os equipamentos comprados ou como agir em cenas de crime, contribuindo para o sucateamento destes equipamentos adquiridos com o dinheiro dos impostos.

Naquilo que se refere a virtual falência do sistema de justiça criminal, detectamos problemas como: a) modelo policial obsoleto e viciado; b) a quase inexistência de polícia técnica, perícia científica atuante em massa ou investigação criminalística; c) a existência da peça do inquérito policial que constitui um entrave para a agilidade do processo judicial eficaz; d) sistema penitenciário caótico; e e) a ausência histórica de uma Política de Segurança Pública.

Segundo a literatura internacional e nacional, o crime é consequência de fatores sociais e econômicos presentes em todos os países, dos mais ricos aos mais pobres e que parte do anseio de se cometer um crime vêm de sentimentos econômicos e outra parte, deriva de características humanas que fogem do controle das autoridades. O que os pesquisadores da economia do crime testaram, em sua grande maioria, foram os elementos – as variáveis – que influenciaram de forma significativa a população amostral que lhes foi possível acessar. As variáveis testadas e que apresentaram influência sobre o indivíduo em escolher o caminho da criminalidade são: a) previsão de ganho no mercado de trabalho formal; b) miopia do indivíduo, isto é, a falta de racionalidade sobre consequências de ser pego ao cometer um crime; c) a atuação e influências vindas do crime organizado; d) estrutura, atuação e gastos de segurança privada; e) assimetria de informações, tanto nos trâmites da Justiça como para os indivíduos que possam vir a cometer um crime; f) gastos públicos em segurança; g)

probabilidade de ser condenado; h) o tamanho e tipo de pena; g) riqueza inicial, que seria a riqueza total disponível do indivíduo antes de cometer o crime; h) drogas; i) religião; j) taxa de desemprego; k) salário médio; l) estratégias públicas de controle criminal; m) expectativas de ganho com o ato criminoso; n) multa ou fiança a ser paga; o) idade ou proporção de jovens na população; p) sexo; q) histórico familiar; r) taxa de aborto; s) nível de inteligência do indivíduo; t) fatores biomédicos; u) taxa de urbanização; v) etnia (“raça”); w) acesso a armas de fogo; x) taxa de desigualdade de renda; y) nível de educação; z) grau de vulnerabilidade socioeconômica, como: i) taxas de domicílios sem banheiros; ii) taxa de ocupação no mercado de trabalho; iii) percentual de crianças pobres; iv) maior intensidade de pobreza; v) percentual de crianças fora da escola; vi) percentual de crianças analfabetas; vii) percentual de adolescentes do sexo feminino.

CAPÍTULO 4: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS A PARTIR DA COLETA DE DADOS

4.1. O QUESTIONÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO

O questionário sócio-econômico, aplicado na Penitenciária do bairro da Agrônômica, na região metropolitana de Florianópolis é uma tentativa de aproximar qualitativamente a revisão teórica – feita a partir de leituras, com a realidade, buscada a partir de entrevistas com réus já julgados, condenados e cumprindo suas penas em regime de clausura. Neste âmbito o estudo caracteriza-se por identificar os principais fatores que contribuem para a ocorrência do comportamento criminoso. Para tanto, o questionário buscou corruar fatores de teor sócio-econômicos com a teoria apresentada em capítulos anteriores. Buscou-se como preceito, uma análise de casos específicos que buscassem uma tendência mensurável. Isto é, uma tipicidade que pudesse ser observada a partir da resolução dos questionários aplicados e da teoria proferida em anos passados sobre a economia do crime. Cabe uma transparência ao julgar as respostas e, por conseguinte, sobre a tipicidade destas uma vez que foi necessário seu cruzamento com as teorias apresentadas neste trabalho – não podendo existir margens parciais.

O questionário utilizado para a pesquisa foi uma adaptação do questionário utilizado pelo Professor Shikida (2002) em seu trabalho na penitenciária de Piraquara, no Estado do Paraná. O questionário está alicerçado com aquelas variáveis apontadas como sendo as responsáveis pela influência de um indivíduo na hora deste alocar seu tempo para a esfera criminal, apresentadas nas conclusões da revisão teórica. Elaborou-se o questionário ressaltando as características sócio-econômicas dos entrevistados; desta forma foi focada a etnia do indivíduo, sua crença religiosa, seu nível de escolaridade, além do nível de escolaridade de seus pais, seu estado civil, sua ocupação, além da ocupação de seus pais, a estrutura familiar por trás deste indivíduo; o questionário também abrangeu os riscos por parte dos criminosos em cometer atos ilícitos e os motivos que os levaram à prática da criminalidade.

O questionário foi então encaminhado a Sra. Rosa Maria e ao Capitão Luiz Francisco Darella Neto, administradores da Penitenciária Estadual de Florianópolis. Solicitada uma reunião com os mesmos foi o questionário examinado e discutido por ambos, sendo sugerido pequenas modificações em algumas questões sendo estas prontamente realizadas. O questionário foi aplicado no dia 7 de fevereiro de 2007, com a presença da Sra. Vera. Como este foi aplicado após uma tentativa de rebelião, os detentos encontravam-se dentro de suas

celas – restando aos entrevistadores solucionar dúvidas ocorridas durante a aplicação do mesmo. O setor onde ocorreu a aplicação do questionário no presídio era conhecido por “Maracanã”, local onde estavam misturados detentos de diversos tipos de crime – de maneira a abranger a coleta amostral. A população total encarcerada entre homens e mulheres na Penitenciária Estadual de Florianópolis, segundo “Dados Sobre Crimes no Estado de Santa Catarina”, publicado no Diário Oficial de 06/12/2006, pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, referente ao 2º Semestre de 2006 era de 1.087¹⁰⁵ detentos. O universo pesquisado foi de aproximadamente 11% da população carcerária. Desta forma, se aplicou um questionário, dentro da área disponível, totalmente aleatório – cabendo ao detento a decisão de participar ou não.

4.2. OS RESULTADOS DA PESQUISA

O questionário atingiu uma amostra de 104 homens e 16 mulheres. Esta mostrou-se mais representativa do sexo masculino devido a um início de rebelião na ala feminina do presídio no dia agendado para a aplicação do questionário, decorrendo em resistência e maior dificuldade na aplicação do questionário entre as detentas.

A etnia dos entrevistados, de acordo com a opinião que os mesmos tinham sobre si, foi apresentada da seguinte maneira: 35% dos entrevistados se consideravam “brancos”, 56% “negros”, 5% mestiços, e 4% “mulatos”. O fato da etnia ser representada por um número maior de negros, reflete uma tendência, verificada também em outras variáveis. Isto é, semelhante aos Estados Unidos da América, a população afro-descendente brasileira, mesmo em estados onde a colonização européia se fez mais forte, constitui-se como o grande contingente de condenados. Este fato em si não é corruído pela cor da pele do indivíduo e sim pelas raízes históricas do processo de colonização e evolução social que ocorrera no país até os dias de hoje – realidade que conjuga os afro-descendentes como a etnia que menos teve oportunidades para se desenvolver socialmente se comparada a outras etnias presentes na história brasileira. Desta forma, não a etnia em si, mas o fato deste grupo apresentar índices como o de menor grau de educação, de maior discrepância de renda, de maior taxa de

¹⁰⁵ Soma da população encarcerada do “Presídio Masculino” e do “Presídio Estadual de Florianópolis”, obtidos no relatório: Dados Sobre Crimes no Estado de Santa Catarina, Segundo Trimestre de 2006, DOE 18.020, de 06/12/2006. Verificado em: <http://www.ssp.sc.gov.br/dini/estatisticas/2006B.pdf>, no dia 20/02/2007.

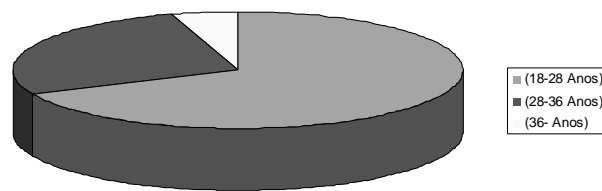
desemprego, entre outros fatores, influencia em sua condição de ser a maior contingência presa.

Sobre a idade na época em que o crime fora cometido, as respostas apresentadas foram de que 68% dos homens tinham entre 18 e 28 anos, 27% entre 28 a 36 anos e 5% de 36 anos em diante. Este fato reflete parte da pesquisa de Wolpin, Blumstein, Nagin e Cohen (1978), Waldfogel (1994) e de Levitt (1997), onde há uma relação entre a taxa de desemprego e a proporção de jovens na população com os níveis de criminalidade. O Brasil apresenta uma população ainda jovem e taxas de desemprego relativamente altas para esta parcela da população. Como observado por Blumstein e Cohen, os níveis de crime se elevam de forma constante durante a adolescência, iniciando-se com crimes contra a propriedade e, no caso de nenhum mecanismo de combate a esta evolução criminal, se é possível prever que os crimes passem a ser contra outros indivíduos, e em maior grau, hediondos. Levitt observa que dificilmente os centros de detenção e recuperação juvenis cumprem seus papéis sociais – Levitt e Waldfogel colocam que estes centros, em vários casos acabam por influenciarem e expandirem a capacidade e visão criminal dos jovens. O Congresso Brasileiro cogita alterar parte da legislação brasileira para endurecer penas contra menores ou contra aliciadores destes, uma vez que a situação no país aponta a situação de jovens sendo recrutados cada vez mais cedo para servirem como agentes do crime organizado.

Quando verificada as idades para as mulheres foi possível verificar que 50% tinham entre 18 e 28 anos, 3% entre 28 e 36 anos e 47% de 36 anos em diante. Tal fato, apresenta situação diferente da observada no perfil masculino e está condicionada, principalmente, por duas variáveis: a) o fato da maioria das mulheres mais novas ter sido presa devido a venda de entorpecentes, e das acima de 36 anos por ter cometido crimes de estelionato ou homicídio, geralmente, crimes passionais.

Gráfico 3

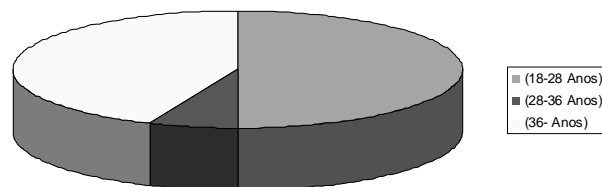
Média de Idade dos Homens verificado no Questionário



(Elaborado pelo autor a partir do Questionário Sócio-Econômico, 2007)

Gráfico 4

Média de Idade das Mulheres verificado pelo Questionário



(Elaborado pelo autor a partir do Questionário Sócio-Econômico, 2007)

A questão seguinte solicitava aos detentos identificarem os estados de origem. Os resultados encontrados foram: 80% pertenciam ao estado onde estavam presos, ou seja, Santa Catarina, 13% ao estado vizinho, Paraná; 4% à São Paulo, 3% ao Rio Grande do Sul, e uma pessoa à Mato Grosso do Sul. Como demonstrado por Glaeser (1995) agentes criminosos sofrem influências sociais para entrarem na ilegalidade. Essa interação horizontal entre agentes, juntamente com um modelo de migração – que permite ao agente criminoso chegar a áreas próximas, com maior concentração de capital –, e a relativa falta de comunicação entre as diversas Secretarias de Segurança Pública do país, acabam por facilitar a mobilidade de criminosos entre um Estado e outro. Fazendo com que os condenados de um Estado da Federação não sejam reconhecidos como criminosos em outros Estados.

No item religião foi verificado que 95% acreditavam na existência de Deus, sendo a maioria pertencente a religião Católica, seguida por Evangélicos e Espíritas. Entre as mulheres foi constatado um número proporcional maior de Espíritas comparativamente aos

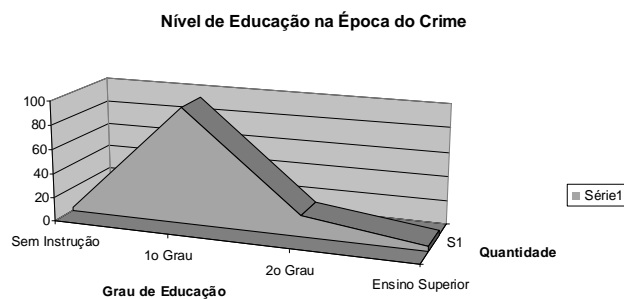
homens. No entanto, dos que acreditavam em Deus, somente 61% eram praticantes. Durante a aplicação do questionário foi possível observar que os condenados por crimes considerados “mais sérios”, crimes hediondos, afirmavam com maior veemência a crença em Deus.

Dentre os detentos questionados, 80% usavam bebida alcoólica, 69% fumam ou fumavam, e cerca de 58% faziam uso de drogas e entorpecentes.

As respostas seguintes são sobre o nível de educação do indivíduo até este ser detido e condenado. A variável educação, quando contrastada com causas criminais, é um tópico polêmico. É de culto popular acreditar que pessoas com um nível de educação menor tem maiores chances de entrarem no mundo criminoso. Entretanto, como demonstra Freeman (2003), o fator educação como variável está interligado a outros fatores, como diferença de renda entre um indivíduo que estudou mais e outro que estudou menos tempo. Desta forma, uma pessoa com menor nível de educação tem maior dificuldade para ingressar em um emprego com boa remuneração. Dependendo do nível geral da educação do país, há maior concorrência para se arrumar um emprego e quanto menos qualificado o indivíduo for, maior a possibilidade do mesmo entrar em organizações criminosas – vendedores de entorpecentes, vendedores de produtos contrabandeados – ou cometerem atos criminosos de pequeno retorno, como furtos e assaltos. Como observa Eide (2005), indivíduos com menor índice de educação também agem de forma menos racional perante o risco do que aqueles mais instruídos. Ou seja, pessoas com menos anos de educação acabam tendo uma visão mais limitada do risco envolvido nos crimes, no entanto, é comum também que, com a falta de qualificação e da dificuldade em se arrumar ou manter um emprego, o indivíduo corra menos risco de se envolver em crimes. Finalmente Rasanen (1999) e outros demonstraram que quanto maior o nível de educação, maior a chance de o indivíduo agir contra propriedades e não contra outras pessoas. Esse fato traduz-se no tocante a violência praticada por criminosos, que obedece a uma proporção inversa ao nível de estudos.

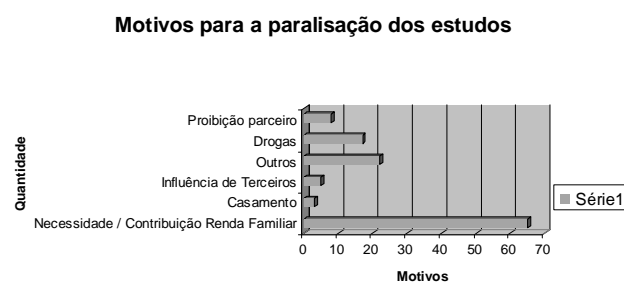
As respostas sobre educação revelaram que: cerca de 3% não tinham qualquer nível de educação; 80% haviam estudado até o primeiro grau; 14% até o segundo grau; e cerca de 3% haviam iniciado ou concluído estudos em uma instituição superior. É importante ressaltar que a grande maioria dos entrevistados respondeu que a paralisação de seus estudos ocorreria devido à necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar, em seguida por “outros motivos” não descritos pelos detentos, e em sequência, por envolvimento com drogas.

Gráfico 5



(Elaborado pelo autor a partir do Questionário Sócio-Econômico, 2007)

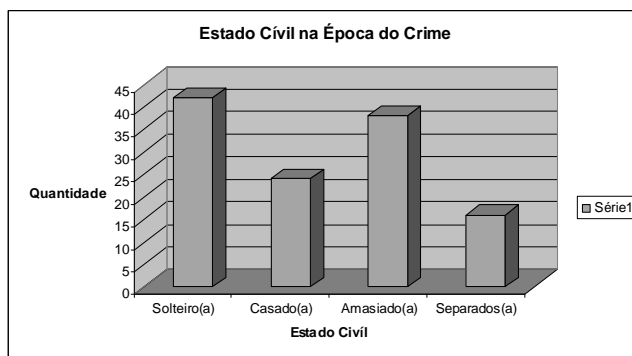
Gráfico 6



(Elaborado pelo autor a partir do Questionário Sócio-Econômico, 2007)

No que abrange a família e a interações familiares o questionário perguntou aos detentos seus respectivos estados civis na época do crime. 35% encontravam-se solteiros, 20% casados, 31% amasiados e 14% separados ou divorciados. Desses, cerca de 26% já haviam tido outras uniões desfeitas.

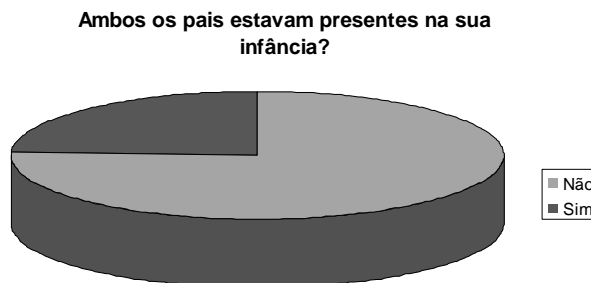
Gráfico 7



(Elaborado pelo autor a partir do Questionário Sócio-Econômico, 2007)

Na época do crime 82% moravam com familiares. Dos que moravam com familiares de primeiro grau, como mãe, pai, tia, avó; 69% desses parentes encontravam-se trabalhando na época em que foi cometido o crime. Constatou-se também que o nível educacional dos pais não era muito elevado: 66% dos pais tinham estudado até o primeiro grau; 29% até o segundo grau; e 5% tinha entrado em uma instituição de ensino superior. Apesar de 42% dos pais dos detentos entrevistados continuarem casados, 76% desses não chegaram a conviver em um lar com ambos os pais presentes durante a infância. Finalizando, 38% responderam que já havia antecedentes criminais na família.

Gráfico 8



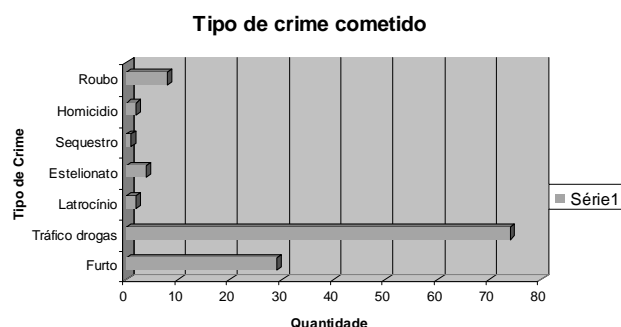
(Elaborado pelo autor a partir do Questionário Sócio-Econômico, 2007)

Fatores familiares já haviam sido apontados por Rolf Loeber e sua esposa Magda Stouthamer-Loeber (1986 e 1990) como uma das principais variáveis na determinação de um indivíduo ingressar no crime. Um ambiente familiar adverso, como o demonstrado pelo

questionário, onde a maioria dos presos não participavam de uma família nuclear¹⁰⁶, constituída de pai e mãe, contribuía para um comportamento marginal ou até mesmo violento por parte dos filhos. Este assunto é mais tarde tratado pelos economistas Steven Levitt (2000) e Karin Edmark (2003) onde filhos indesejados, sem supervisão ou acompanhamento por parte dos pais, acabam se tornando indivíduos deficientes em qualificações interpessoais, onde a visão de mundo difere da proposta pela sociedade. Esses indivíduos, cuja base formadora já se inicia socialmente distorcida, acabam se marginalizando, por fazerem escolhas erradas ou por falta do aparecimento de outras alternativas ao longo de sua existência.

Dos 120 detentos ouvidos, 24% estavam presos por furto; 62% por tráfico de drogas; 2% por latrocínio; 3% por estelionato; 2% por homicídio; 7% por roubo e 1% por seqüestro. Dos crimes cometidos, 62% haviam sido cometidos com parceiros, 95% não conheciam a vítima e 71% já eram reincidentes¹⁰⁷.

Gráfico 9



(Elaborado pelo autor a partir do Questionário Sócio-Econômico, 2007)

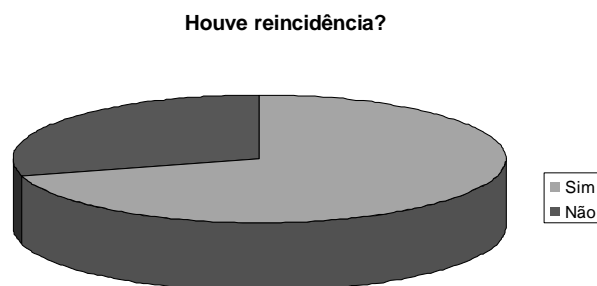
Conforme Zhang (2004) verificamos que a maioria dos crimes identificados são de cume econômico. Destes, a alocação “ótima” do indivíduo, entre o trabalho que este poderia conseguir e a criminalidade do ganho no mercado ilegal, acaba por influenciá-lo pelo crime. É importante notar na pesquisa de Pablo Fajnzylber e outros, sobre o fator inercial do crime,

¹⁰⁶ Segundo o antropólogo George Peter Murdock, em seu livro *Social Structure*, de 1949, publicado pela editora McMillan Company, uma família nuclear é definida como: “*The nuclear family is a social group characterised by common residence, economic cooperation and reproduction. It contains adults of both sexes, at least two of whom maintain a socially approved sexual relationship, and one or more children, own or adopted, of the sexually cohabiting adults.*”

¹⁰⁷ Nível de reincidência checado junto a ficha criminal do detento.

onde uma variação da taxa criminal na ordem de 1% do período anterior pode interferir em cerca de 0,25% na taxa presente de crimes. Esse fator alimenta a lógica de que os presídios acabam por somente deter o criminoso, e não de inibi-lo a cometer crimes uma vez que este se encontre livre novamente.

Gráfico 10



(Elaborado pelo autor a partir do Questionário Sócio-Econômico, 2007)

No tocante aos dados apresentados, cabe refletir sobre o baixo nível de escolaridade, sobre a necessidade de contribuírem com a renda familiar, ou própria, e o envolvimento destes com o tráfico de drogas, o que os levou ou parte destes, a se encontrarem na situação atual de presos. O nível de reincidência também é representativo. Em um país onde Cano e Santos (2001) afirmam que cerca de 80% dos crimes ficam sem solução, a lógica seria pensar que o detento está sendo preso não por ter cometido um segundo crime, mas por um de seus vários crimes cometidos, decorrente de descuido, ação da polícia ou outra força que o deteve, condenando-o a pagar uma segunda vez pela “vida” criminoso. A reincidência, assim, não é de crimes, mas de apreensão e confinamento, o que subestima o real valor dos criminosos que uma vez libertos voltam a cometer outros crimes.

Conforme Glaeser (1995) e as teorias de Freeman (1995) é possível perceber que a maioria dos criminosos acaba sendo influenciado por pessoas próximas, muitas ou na maioria das vezes por familiares, a entrar no mundo da criminalidade. As “transferências de informações” entre os agentes, como coloca Glaeser, se disseminam em localidades propícias a isto, às técnicas criminosas, reduzindo o custo moral e o controle social. Como verificamos na tabela abaixo, 36% dos indivíduos apelaram para atividades criminosas graças ao aprendizado social e a influência de amigos e parentes.

Tabela 4

Motivos que o levaram a atividade criminosa?		
Motivos	Indivíduos	Percentual (%)
Indução de amigos / parentes	44	36,70%
Ajudar no orçamento familiar / desemprego	23	19,20%
Manter o sustento do vício	21	17,50%
Ganho fácil	15	12,50%
Não responderam	10	8,30%
Cobiça / Ambição	6	5,00%
Inconsequência	1	0,08%
Total	120	100%

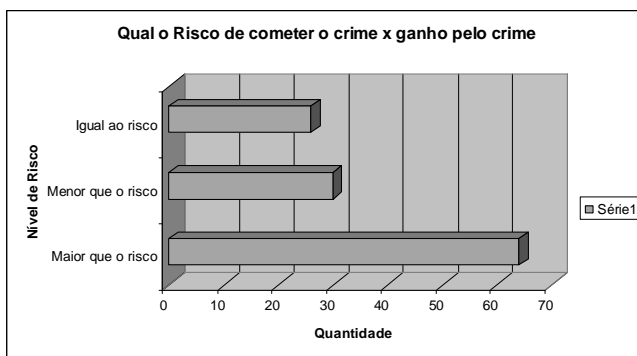
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Questionário Sócio-Econômico, 2007

A maioria dos homens pesquisados era de profissionais de serviços gerais, bombeiros, vendedores, mecânicos, *office-boys*, garçons e auxiliares de escritório. Já as mulheres exerciam profissões de babás ou domésticas, sendo uma minoria auxiliar de escritório, uma pensionista e outra contadora auxiliar. Desta forma, a maioria, 53% tinha carteira assinada ou era cadastrada na CTPS. Portanto, 71% estavam trabalhando na época do crime, no entanto, somente 31% afirmaram que sua renda, incluindo a do marido ou a da esposa, era suficiente para cobrir os gastos e despesas do dia-a-dia.

Nas perguntas restantes do formulário de pesquisa procurou-se identificar entre os detentos a compreensão que tinham sobre os riscos da atividade criminosa que cometeram e o que consideravam como insucesso em suas atividades – uma vez que foram presos e condenados. Avaliando o risco da operação, 53% acreditavam que o risco é maior que o ganho da atividade criminosa; 25% acreditavam que o risco era menor que o ganho esperado pela atividade criminosa; e 22% acreditavam que o risco era igual ao ganho da atividade criminosa. Observamos a tendência de que para os homens o risco é quase sempre menor que o ganho pela atividade criminosa, para as mulheres o risco é maior ou igual. Tal verificação, contrastada com o modelo apresentado por Polinsky e Shavell (1992) onde afirmam que indivíduos são, primeiramente, neutros ao risco, mas ao compararem o benefício do crime com o risco de apreensão e da pena (além da miopia das consequências, e da influência social para cometerem o crime) mudavam de postura. Os indivíduos passam a ser adversos ao risco e utilizam desta aversão para encobrirem possíveis falhas durante a execução criminosa, atrás do prêmio pelo risco. O risco, como definido por Becker (1968), Ehrlich (1973) e Polisky e Shavell (1992) acaba por não ser uma variável em si de influência sobre a possibilidade de se tornar um criminoso ou não, mas sim um mensurador desta possibilidade. O risco passa a ser uma espécie de termômetro para se verificar o retorno e a proficiência de se tornar um

criminoso, uma vez que a mensuração do grau de risco pelo indivíduo está interligada com vários outros fatores que sozinhos são variáveis para a vida criminosa.

Gráfico 11



(Elaborado pelo autor a partir do Questionário Sócio-Econômico, 2007)

Para finalizar, sobre as compreensões a respeito do crime, os detentos informaram que 50% deles foram presos devido à ação de denúncias realizadas por outros, chamados de “cagoetas” ou “dedo-duro”; 29% foram presos pela ação da polícia no momento do crime; 18% por erro próprio ou do parceiro na ação; e cerca de 3% por ação da própria vítima, em revidar, fugir, ou chamar a polícia. O questionário se encerra perguntando ao detento se ele já tentou uma fuga da penitenciária, onde 5% afirmaram já ter tentado fugir.

CAPÍTULO 5: CONCLUSÃO

5.1. CONCLUSÃO SOBRE A CRIMINALIDADE NO BRASIL

A escala da criminalidade no Brasil, que apresenta uma taxa de crescimento abrupto a partir da década de 50 – período em que a população brasileira sofreu um aumento nunca visto em períodos anteriores a colonização do país, além do início do êxodo da população das áreas rurais para as cidades – chegou a níveis de países em zonas de guerra. O crime compartilha violência, despesas econômicas e dor, desequilibra vários setores do Estado e até mesmo do país, afetando desde padrões de comportamento social até setores econômicos estruturados.

Transparece no país a idéia de que o problema da criminalidade não deve ser combatido de frente. O país cria e aprova leis e na hora de aplicá-las existe um aparente descaso, o que vários cidadãos chamam de “cultura do descaso”. Ao se fazer uma retrospectiva das leis passadas pelo Congresso Nacional desde a instituição da Constituição Federal de 1988, observa-se que em 1996 foi elaborada regulamentação para o uso de escutas telefônicas e outros mecanismos de investigação para a polícia; em 1997 foi criado o sistema nacional de registro e apreensão de armas de fogo, sem ter sido constatado impacto direto na redução da criminalidade; em 1998 o Congresso Nacional aprovou lei que combate a lavagem de dinheiro, essa lei prevê pena apenas para o dinheiro que possa ser rastreado, tráfico de drogas, contrabando de armas, e de crimes contra a administração pública ou contra o sistema financeiro; ainda em 1998 aprovou-se a Lei de Abate, dando a Força Aérea o direito de abater aviões que se recusem a identificar-se. Nunca, no entanto, houve um abate de aeronaves no país. Em 1999 criou-se o programa nacional de proteção a testemunhas. A idéia, de estimular denúncias em troca de proteção nunca funcionou de forma adequada, e o que o público pode observar nos primeiros anos de vigência da Lei foram casos de pessoas protegidas pelas autoridades sendo assassinadas. Em 2002 foi criada a Lei Antitóxicos que buscava discriminar o usuário de entorpecentes dos traficantes e endurecer as penas para estes últimos. Em 2003 outra Lei exigia o cadastro de todo comprador de celular pré-pago, para evitar o uso do celular por organizações criminosas, lei esta que aparentemente não teve efeito prático, uma vez que são constantes as notícias e flagrantes de ligações de dentro de presídios para coordenação, execução e ameaças por parte de integrantes do crime organizado. Ainda em 2003, houve uma lei aumentando a pena de oito para doze anos de reclusão para indivíduos ou grupos que cometessem crimes de corrupção ativa ou passiva. Neste caso,

como descrito na teoria de Ehrlich (1973), Robinson (1994) e Garoupa (1997), a pena de reclusão não detêm efeito prático, mas sim uma pena sobre o patrimônio auferido ilicitamente. Criou-se também o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), prevendo o isolamento de criminosos de alta periculosidade. O efeito desta medida era corromper a comunicação entre líderes do crime organizado detidos e àqueles em liberdade – iniciando com esta medida, uma série de ataques à ônibus, à população, às instalações públicas e privadas em várias cidades brasileira, fato que as autoridades qualificaram como “crime”, e não como “terrorismo”¹⁰⁸. Finalizando, em 2004, o Congresso Nacional criou lei que autorizava o emprego temporário das Forças Armadas na repressão ao crime; lei esta considerada polêmica e que desde sua criação nunca foi utilizada. O que tem sido adotado em situações emergenciais no país é a chamada Força Nacional, formada pela elite das forças policiais¹⁰⁹.

O país manteve um crescimento médio de homicídios por ano de 5,6%, foi registrado quase um milhão de assassinatos entre 1980 a 2005¹¹⁰. Tendo como propósito investigar a luz do conceito econômico o processo decisório de um indivíduo em praticar comportamento criminoso no Brasil, optou-se em explorar as variáveis que poderiam influenciar na tomada de decisão e pesquisou-se junto aos condenados que cumprem penas de reclusão, os fatores que os levaram a tais atos ilícitos.

Observou-se que a maioria dos infratores eram jovens, solteiros e faziam uso de bebida alcoólica, cigarro e drogas quando do cometimento do crime. O nível de escolaridade verificado concentrou-se no ensino fundamental, tendo como grande motivo para a paralisação dos estudos, a necessidade de contribuição com a renda familiar. Apesar de viverem com parentes próximos, as famílias eram desestruturadas, normalmente chefiadas por um dos pais, influenciando na maioria das vezes, o indivíduo à prática do crime. Estes jovens, com pouca instrução educacional não possuíam salário ou rendimentos que permitissem aos mesmos um nível de sobrevivência considerado “razoável”, criando condições para seu recrutamento pelo crime organizado – fato que foi auferido em decorrência da maioria dos presos estar cumprindo penas relacionadas ao tráfico de drogas ou a outros crimes com

¹⁰⁸ Em novembro de 2004 um painel das Nações Unidas definiu terrorismo como um ato: “*intended to cause death or serious bodily harm to civilians or non-combatants with the purpose of intimidating a population or compelling a government or an international organization to do or abstain from doing any act*”. Segundo, “*The Security Constitution*,” *UCLA Law Review*, Vol. 53, No. 29, 2005.

¹⁰⁹ Dados da Secretaria-Geral da Mesa Diretora da Câmara / Núcleo de Assessoramento Técnico do Congresso Nacional, obtidos através da matéria “Mais Uma Marola em Brasília”, da Revista Veja, Ed. 1996, Ano 40, N. 7, de 21 de fevereiro de 2007.

¹¹⁰ Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005).

rentabilidade em vista. A maioria destes jovens foi detida por meio de denúncias ou pela ação da polícia, sendo que a grande maioria, 71%, era reincidente.

5.2. RECOMENDAÇÕES EM VISTA À CRIMINALIDADE NO BRASIL

Trabalhando com os dados apresentados pelo Ministério da Justiça¹¹¹ -- de que em 1999 eram 194.074 presos no país, com um acréscimo médio de 12 mil presos por ano—, em 2007 teremos ao menos 300 mil detentos espalhados pelo território nacional. Este contingente que custa aos cofres nacionais 16 vezes mais do que um aluno na rede pública e que contribui ao peso econômico nacional, perdendo aproximadamente 10,5% do PIB anualmente com despesas com a criminalidade¹¹² é o resultado de gerações de governantes que pecam em políticas de cunho social e econômico. O crime sempre fora visto como um problema estático, que aumenta de proporção eventualmente, mas que sempre tem sido remediado com políticas de curto prazo, buscando mecanismos rápidos e baratos em seu combate. A criminalidade no Brasil nunca fora vista como um resultado, uma consequência das decisões e políticas aplicadas no decorrer do tempo. O solucionar da criminalidade, necessita, em primeiro lugar o aceite do poder público de que o crime está profundamente enraizado no âmbito social nacional.

A solução para a criminalidade no Brasil não pode restringir-se a um modelo composto somente por medidas de segurança pública. Deverá contemplar medidas que possam ser implementadas com relativa rapidez, tanto no âmbito das legalidades, quanto em ações da sociedade e do poder público. Ressalta-se ainda, o incremento de políticas públicas não demagógicas mas com fulcro nas carências estruturais apontadas pelo estudo, quais sejam: investimento em educação; criação de empregos através da implantação de áreas de desenvolvimento econômico nos bairros periférico; urbanização de áreas degradadas; incentivo a atividades esportivas; policiamento preventivo e ostensivo; entre outras alternativas. Um policiamento como Goldstein¹¹³ descreve, orientado para a solução de problemas e para a prevenção do crime e não para o incidente, como acontece hoje no Brasil,

¹¹¹ CANO, 2001.

¹¹² Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 1999.

¹¹³ Goldstein, H. op. cit., 1979.

poderia ser o início de uma transição de cooperação entre os agentes de poder e os agentes vitimizados – os cidadãos. Propostas como as apresentadas a seguir:

- a) Mudança do enfoque mais restrito de prevenção baseado na polícia, para uma visão preventiva mais ampla baseada na comunidade.
- b) Desenvolvimento do consenso acerca da necessidade de atuação nas condições sociais que encorajam o crime e a vitimização.
- c) Mudança de visão da responsabilização primária da polícia, para o reconhecimento de que governos, comunidades e parceiros em todos os níveis devem ser engajados.
- d) Reconhecimento do papel crucial que líderes municipais desempenham no processo de organização e coalizão local.
- e) Consenso crescente de intervenções focadas nos fatores de risco para reduzir o crime, a violência e outros problemas sociais. Idéia de que prevenção é custo-efetivo quando comparada com soluções da justiça criminal”¹¹⁴

É importante reconhecer aquilo que a teoria econômica pode oferecer aos preceitos sobre crime. Mais importante do que apanhar o criminoso, julgá-lo e condená-lo é prevenir que este não se torne um criminoso. Mais importante do que criar leis é fazer cumprir aquelas já criadas. Como premissa básica, extraída de Becker em 1968 diz que um indivíduo, ao calcular se deve ou não ingressar na criminalidade pondera não pela pena e multa a ser paga caso seja pego, mas por sua situação atual e seu risco imediato de ser pego. O país opera como se os indivíduos não sofressem de uma miopia de longo prazo sobre suas ações e consequências. Devemos oferecer medidas que aumentem o risco do indivíduo adentrar no setor ilícito e expandir as condições de manutenção no setor legal. O funcionamento do crime, como em outros setores, obedece às forças de mercado. Enquanto houver escassez de emprego, de educação e de oportunidades; enquanto houver margem para a atuação ilícita, com alcance imediato em um contingente populacional que cresce fora de controle nos grandes centros urbanos e o Estado não consegue suprir as necessidades básicas dessa população - todos padecerão. O país vem mantendo um ciclo vicioso que negligencia tanto o criminoso como suas vítimas, trata há décadas, o crime como fator normal, marco do cotidiano. Atualmente, surreal é encontrar um lugar seguro, sem violência, onde se possa andar despreocupado pelas ruas, sem ter que gastar parte do salário com apetrechos de segurança. Cultivamos uma amnésia generalizada sobre os princípios básicos do que é

¹¹⁴ Cerqueira, D.; Lobão, W.; e Carvalho, A. op cit, p.14

cidadania – propiciamos um ambiente, um Estado, um País onde o crime pode vir a compensar.

BIBLIOGRAFIA

Adorno, S. *Prisões, Violência e Direitos Humanos no Brasil*. Anais do Seminário Direitos Humanos no Século XXI. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Fundação Alexandre de Gusmão. Rio de Janeiro, 1998.

Araújo, JR., A. F. de. *Raízes econômicas da criminalidade violenta no Brasil: um estudo usando micro dados e pseudopainel – 1981/1991*. Revista de Economia e Administração. V. 1, n. 3, p. 1 – 34, 2002

Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. 1ª Edição. Ed. Martin Claret. São Paulo, 2001

Balbinotto N. G. *A teoria econômica do crime*. Revisra Leader. n. 35, 2003.

Beccaria, C. *On crimes and punishments, and other writings*. Ed. Cambridge U. Press Nova Iorque, 1995.

Becker, G S. “Crime and Punishment: An Economic Approach,” Journal of Political Economy n. 72, 1968

_____; e Stigler, G. J. *Law enforcement, malfeasance and compensation of enforcers*. Journal of Legal Studies, v. 3, p. 1-18, 1974.

Bentham, Jeremy. *An introduction to the principals of morals and legislation*. In *The utilitarians*. Ed. Anchor Books. Garden City, 1973.

Brenner, G. *A racionalidade econômica do comportamento criminoso perante a ação de incentivos*. 2001. 314 f. Tese (Doutorado) – IEPE – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

Inter-American Development Bank (BID). *Pobreza y Desigualdad em América Latina y el Caribe: Tendências de la pobreza em la década de 1990*. Departamento de Desarrollo Sostenible. Washington D.C., 1999.

Cano, I. e Santos, N. *Violência Letal, Renda e Desigualdade no Brasil*. Ed. 7 Letras. Rio de Janeiro, 2001.

Cerqueira, D.; Lobão, W. *Criminalidade: Social Versus Polícia*. IPEA. Texto para Discussão n. 958. Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Condicionantes Sociais, Poder de Polícia e o Setor de Produção Criminal*. Texto para Discussão, n. 957, IPEA. Rio de Janeiro, 2003a.

_____. *Determinantes da Criminalidade: Arcabouços Teóricos e Resultados Empíricos*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, V. 47, n. 2, 2004.

_____. ; e Carvalho, Alexandre. “O Jogo dos Sete Mitos e a miséria da Segurança Pública no Brasil”. IPEA. Texto para Discussão n. 1144. Rio de Janeiro, 2005.

Durkheim, E. *As Regras do Método Sociológico*. Ed. Martin Fontes. São Paulo, 1999.

Edmark, K. *The Effects of Unemployment on Property Crime: Evidence from a Period of Unusually Large Swings in the Business Cycle*. Department of Economics, Uppsala University, Suécia, 2003.

Ehrlich, I. *Participation in illegitimate activities: a theoretical and empirical investigation*. Journal of Political Economy n. 81, p. 521-565, 1973.

Eide, E. *RDEU Models of Crime*. University of Oslo. Working Paper n. C1, Noruega, 1995

Entorf, H. e Spengler, H. *Crime in Europe: Causes and Consequences*. Ed. Springer. Berlin, 2002.

Fajnzylber, P.; Lederman, D.; e Loayzan, N. *Determinants of Crime Rates in Latin America and the World: An Empirical Assessment*. Banco Mundial: Estudos da América Latina e Caribe. Washington D.C., 1998.

_____. Inequality and violent crime. Journal of Law and Economics, Cambridge, 2002.

Fernandez, J. C.; Maldonado, G. E. C. *A economia do narcotráfico: uma abordagem a partir da experiência boliviana*. Revista Nova Economia: v. 9, n. 02. Belo Horizonte, 1999.

Fiorentini, G. e Peltzman, S. *The Economics of Organised Crime*. Ed. Cambridge University Press e CEPR, 1995.

Freeman, R. B. *Crime and the Job Market*. Working Paper, n. 4.910, NBER, Cambridge, 1994.

_____. *The Labor Market*. Revista Crime, Ed. ICS Press, São Francisco, 1995.

_____. *Why do so many young American Men commit crimes and what might we do about it?*. NBER Working Paper n° 5451. National Bureau of Economic Research, Cambridge, EUA, 1996.

Friedman, E. e Wickelgren, A. L. *Bayesian Juries and The Limits to Deterrence*. Yale Law School. John Olin Center for Studies in Law, Economics, and Public Policy Working Paper n. 282, 2002.

Garoupa, N. *The Economics of Organized Crime and Optimal Law Enforcement*. XIV Conferência Annual da European Association of Law and Economics, Barcelona, 1997.

_____. *Crime and Punishment: Further Results*. Department d'Economia I Empresa, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 1998.

Glaeser, E. L.; Sacerdote, B.; e Scheinkman, J. A. *Crime and Social Interactions*. National Bureau of Economic Research, Working Paper 5026. Cambridge, MA, 1995.

Grossman, H. I. *Rival kleptocrats: the mafia versus the state*. The Economics of Organised Crime, editada por G. Fiorentini e S. Peltzman, Ed. Cambridge University Press e CEPR, 1995.

- Hamlin, A. *Ethics, Economics and the State*. Ed. St. Martin's Press, Nova Iorque 1986
- Horvath, R. e Kolomaznikova, E. *Individual Decision-Making to Commit a Crime: Early Models*. Department of Economics, Central European University. Budapeste, 2003.
- Kume, L. *Uma estimativa dos determinantes da taxa de criminalidade brasileira: uma aplicação em painel dinâmico*. ANPEC, artigo A04A148. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A148.pdf>. Acessado 23/08/06., 2004.
- Leung, S. F. *Dynamic Deterrence Theory*. Revista Economica, n. 62, p.65-87, 1995
- Levitt, S. D. *The Effect of Prison Population Size on Crime Rates: Evidence from Prison Overcrowding Litigation*. Quarterly Journal of Economics n. 111, p. 319-351, 1996.
- _____. *Juvenile Crime and Punishment*. National Bureau of Economic Research, Working Paper 6191. Cambridge, MA, 1997 (1).
- _____. *Using Electoral Cycles in Police Hiring to Estimate the Effect of Police on Crime*. American Economic Review, LXXXVII, n. 3, 1997 (2).
- _____.; e DONOHUE III, J. J. *The Impact of Legalized Abortion on Crime*. National Bureau of Economic Research, Working Paper 8004. Cambridge, MA, 2000.
- _____.; e Dubner, S. J. *Freakonomics: O Lado Oculto de Tudo que Nos Afeta*. 1ª Edição. Ed. Elsevier. Tradução por Regina Lyra, Rio de Janeiro, 2005.
- Loeber, R. *Development and risk factors of juvenile antisocial behavior and delinquency*. Revista Clinical Psychology Review., n. 10, 1990.
- _____. e Stouthamer-Loeber, M. *Family factors as correlates and predictors of juvenile conduct problems and delinquency*. Revista Crime and Justice: An Annual Review of Research v. 7, editado por N. Morris, e M. Tonry. Ed. University of Chicago Press, Chicago, 1986
- Lombroso, C. *O Homem Delinqüente*. 1ª Edição. Ed. Lenz. Porto Alegre, 2001.
- Londoño, J. L. e Guerrero, R. *Violência em América Latina: epidemiologia e custos*. Oficina del Economista Principal, Banco Interamericano de Desarrollo, Washington D.C., 1999
- Marshall, A. *Principles of Economics*. 1ª Edição. Ed. Prometheus Books. Amherst, Nova Iorque, 1997.
- Marvell, T. e Moody, C. *Prison Population Growth and Crime Reduction*. Journal of Quantitative Criminology, v. 10, n. 2, 1994.
- Milanovic, I. *The Economics of Crime*. Tese de mestrado. Central European University. Budapeste, 1999.

Ministério da Saúde: “Indicadores e dados básicos sobre o Brasil – 2005” - <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?idb2005/c09.def> , acessado pela última vez em 30/12/06.

Montesquieu, *The Spirit of Laws*. Ed. Berkeley: University of California Press. Berkeley, 1977.

Pareto, V. *Mind and Society: Early Sociology of the Future*. Ed. Routledge-USA, 1ª Edição, 2003.

Pezzin, L. *Criminalidade Urbana e Crise Econômica*. IPE/USP. São Paulo, 1986.

Platão. *As Leis*. 1ª Edição. Ed. Edipro. São Paulo, 1999

Raphael, S.; e Winter-Ebmer, R. *Identifying the Effect of Unemployment on Crime*. Journal of Law and Economics, v. 44, p. 259-283 Cambridge, 2001.

Robinson, J. *The Laundrymen: Inside the World's Third Largest Business*. Ed. Simon & Schuster, 1ª Edição, Nova Iorque, 1994.

Sah, R. *Social Osmosis and Patterns of Crime*. Journal of Political Economy, n. 99, 1991

Secretaria do Estado da Segurança Pública e da Defesa do Cidadão de Santa Catarina. <http://www.ssp.sc.gov.br/> Acessado pela última vez no dia 20/02/2007.

Shikida, P. F. A. *Economia do crime: teoria e evidências empíricas a partir de um estudo de caso na Penitenciária Estadual de Piraquara (PR)*. Edital CNPq 01/2002. Artigo apresentado no XV CORECON – PR, 2002.

Skolnick, J. H.; e Bayley, D. H. *Community Policing: Issues and Practices around the World*. National Institute of Justice. Washington D.C., 1988

Teixeira, I. A. *Macroeconomia da Violência*. Revista Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, 1995

Vollard, B. *Police Numbers Up, Crime Rates Down: The Effect of Police on Crime in the Netherlands, 1996-2003*. CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis, artigo n. 75, 2005.

APÊNDICE & ANEXOS

APÊNDICE

Tabela 1 – Média das taxas de homicídio nas capitais brasileiras 1990-2003

Média das taxas de homicídios nas capitais brasileiras 1990-2003	
<i>Cidade</i>	<i>Taxa de Homicídio / 100 mil hab</i>
Recife	60,10
Vitória	58,51
São Paulo	51,04
Porto Velho	48,58
Boa Vista	44,01
Rio de Janeiro	43,34
Macapá	43,21
Cuiabá	38,61
Maceió	37,82
Rio Branco	37,28
Brasília	32,21
Manaus	32,19
Campo Grande	30,50
Aracaju	29,33
João Pessoa	28,73
Porto Alegre	23,97
Fortaleza	22,22
Belo Horizonte	21,53
Goiania	21,49
Belém	20,90
Salvador	20,87
São Luis	20,14
Curitiba	19,90
Palmas	17,21
Teresina	14,47
Natal	13,28
Florianópolis	12,40

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM (2006)

Tabela 2 – Custos Econômicos do Crime em 1967

ECONOMIC COSTS OF CRIMES

Type	Costs (Millions of Dollars)
Crimes against persons	815
Crimes against property	3,932
Illegal goods and services	8,075
Some other crimes	2,036
Total	14,858
Public expenditures on police, prosecution, and courts	3,178
Corrections	1,034
Some private costs of combatting crime	1,910
Over-all total	20,980

Source: President's Commission, (1967d, p. 44).

Fonte: BECKER (1968)

Tabela 3 – Custos Econômicos da Violência na América Latina em % do PIB

Custos econômicos da violência na América Latina (% do PIB)						
Categoria de Custos	El Salvador	Colômbia	Venezuela	Brasil	Peru	México
Custos Diretos	9,2%	11,4%	6,9%	3,3%	2,9%	4,9%
Perdas em Saúde	4,3%	5,0%	0,3%	1,9%	1,5%	1,3%
Perdas Materias	4,9%	6,4%	6,6%	1,4%	1,4%	3,6%
Custos Indiretos	11,7%	8,9%	4,6%	5,6%	1,6%	4,6%
Produtividade e Investimento	0,2%	2,0%	2,4%	2,2%	0,6%	1,3%
Trabalho e Consumo	11,5%	6,9%	2,2%	3,4%	1,0%	3,3%
Transferências	4,0%	4,4%	0,3%	1,6%	0,6%	2,8%
Total	24,9%	24,7%	11,8%	10,5%	5,1%	12,3%

Fonte: Londoño e Guerrero (1999)

Tabela 4 – Motivos que o levaram a atividade criminosa?

Motivos que o levaram a atividade criminosa?		
Motivos	Indivíduos	Percentual (%)
Indução de amigos / parentes	44	36,70%
Ajudar no orçamento familiar / desemprego	23	19,20%
Manter o sustento do vício	21	17,50%
Ganho fácil	15	12,50%
Não responderam	10	8,30%
Cobiça / Ambição	6	5,00%
Inconsequência	1	0,08%
Total	120	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Questionário Sócio-Econômico, 2007

Gráfico 1 – Correntes Teóricas da Economia do Crime

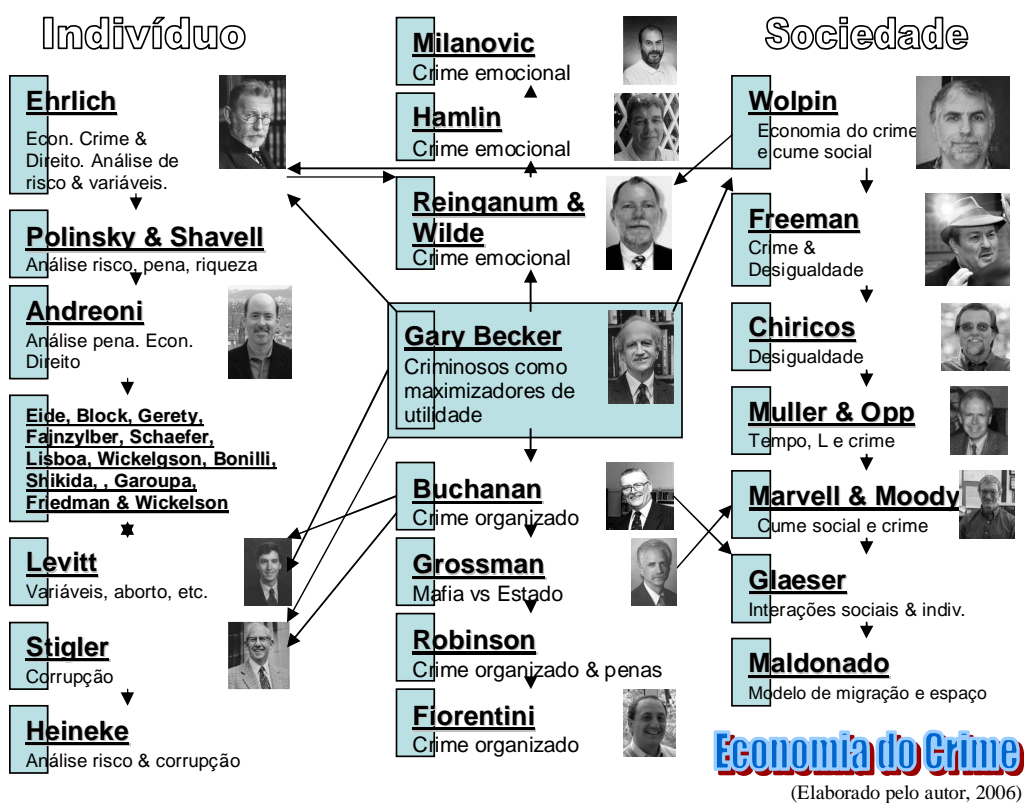
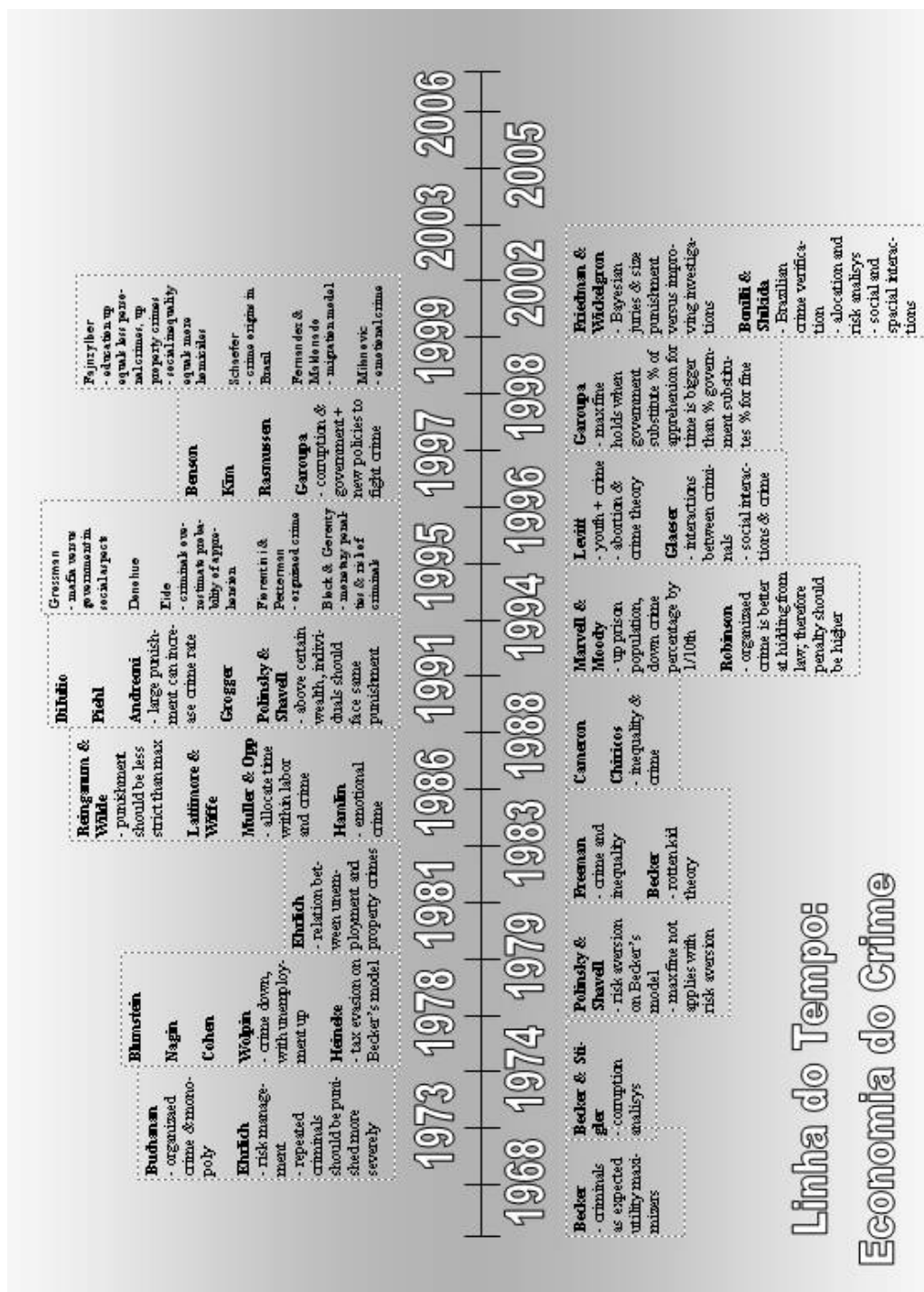
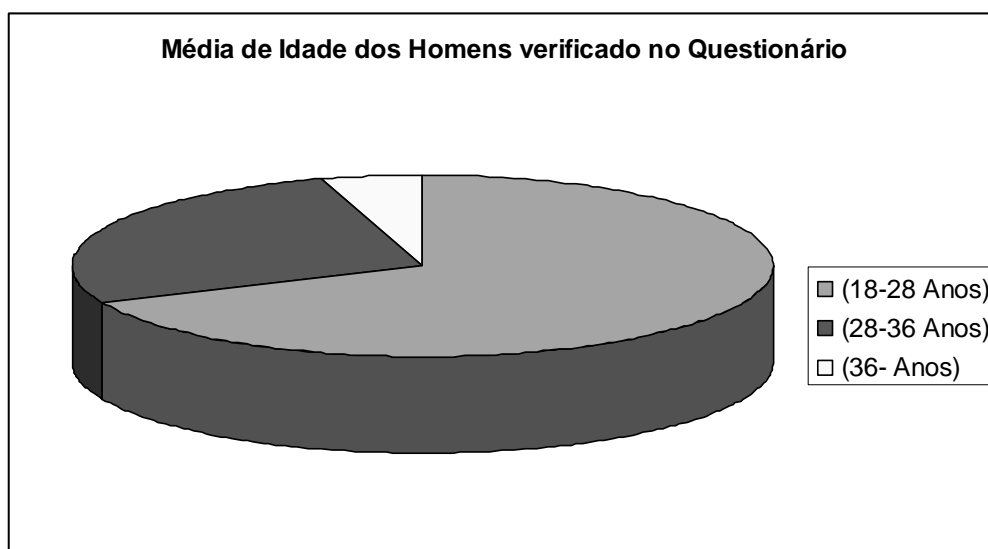


Gráfico 2 – Linha do Tempo da Economia do Crime



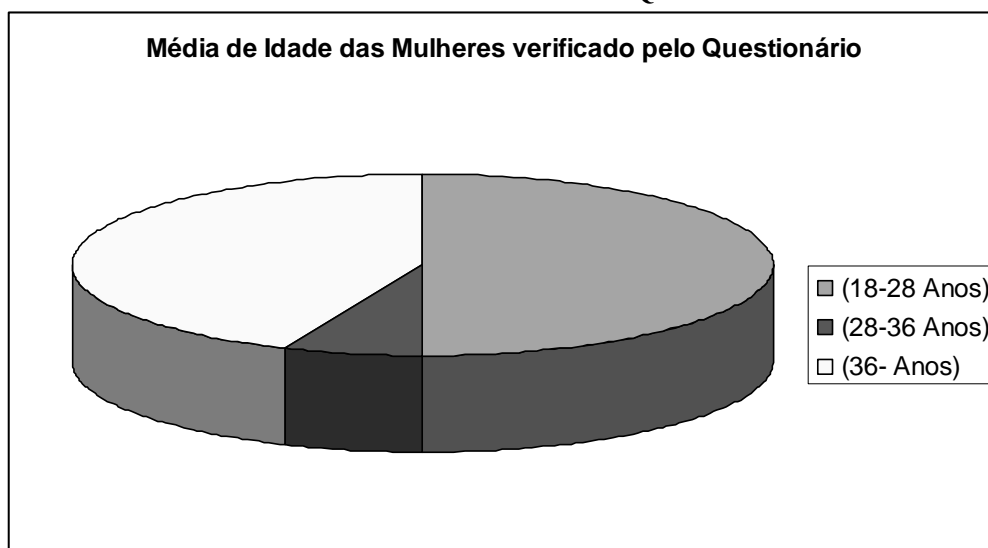
(Elaborado pelo autor, 2006)

Gráfico 3 – Média de Idade dos Homens verificado no Questionário



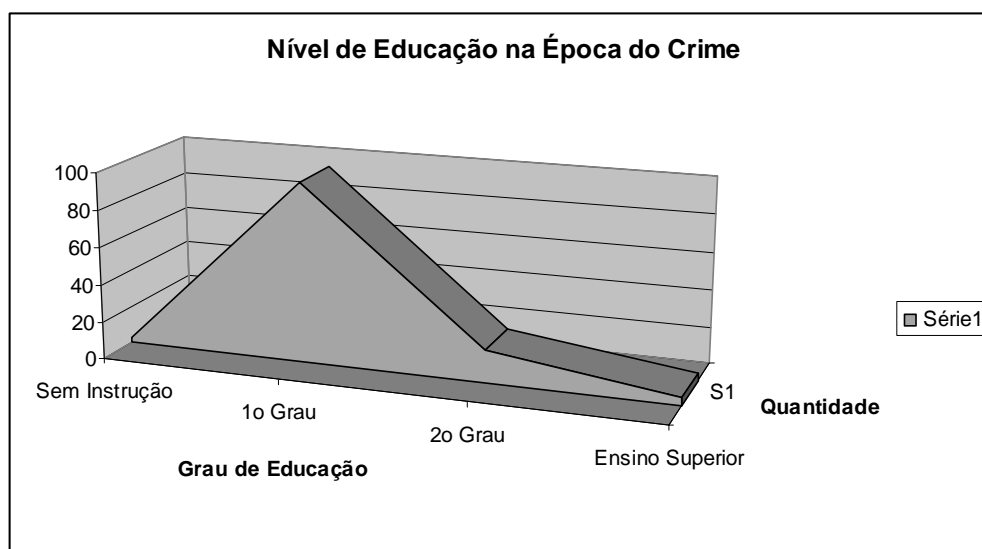
(Elaborado pelo autor a partir do Questionário Sócio-Econômico, 2007)

Gráfico 4 – Média de Idade das Mulheres verificado no Questionário



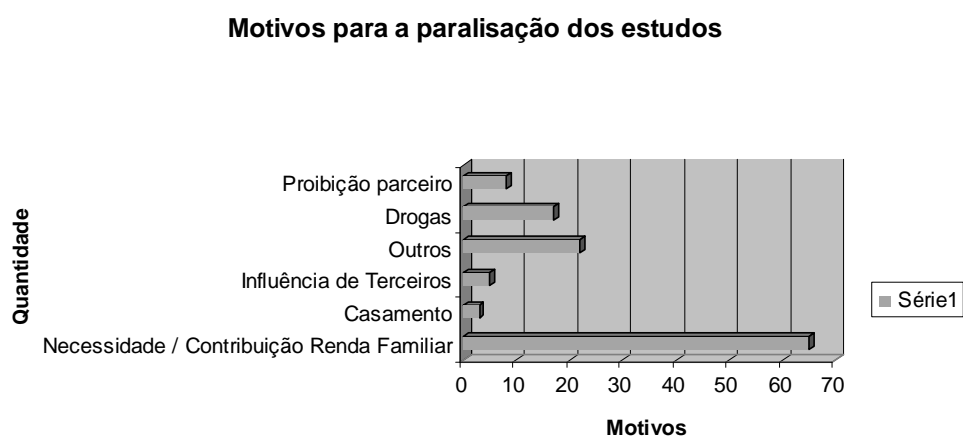
(Elaborado pelo autor a partir do Questionário Sócio-Econômico, 2007)

Gráfico 5 – Nível de Escolaridade na Época do Crime



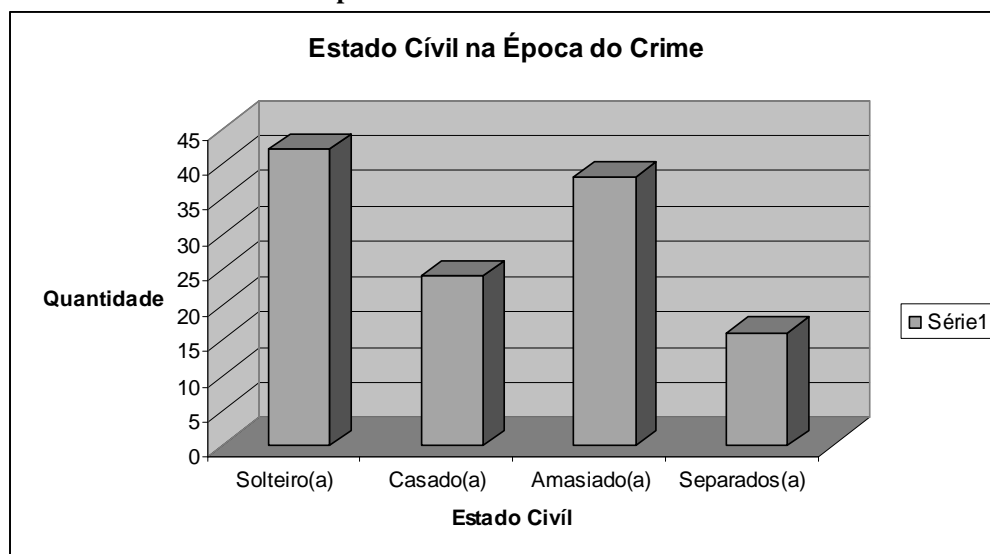
(Elaborado pelo autor a partir do Questionário Sócio-Econômico, 2007)

Gráfico 6 – Motivos para a Paralisação dos Estudos



(Elaborado pelo autor a partir do Questionário Sócio-Econômico, 2007)

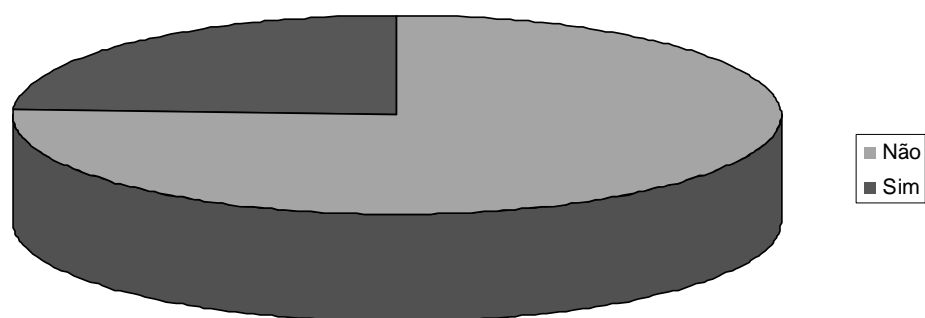
Gráfico 7 – Estado Civil na Época do Crime



(Elaborado pelo autor a partir do Questionário Sócio-Econômico, 2007)

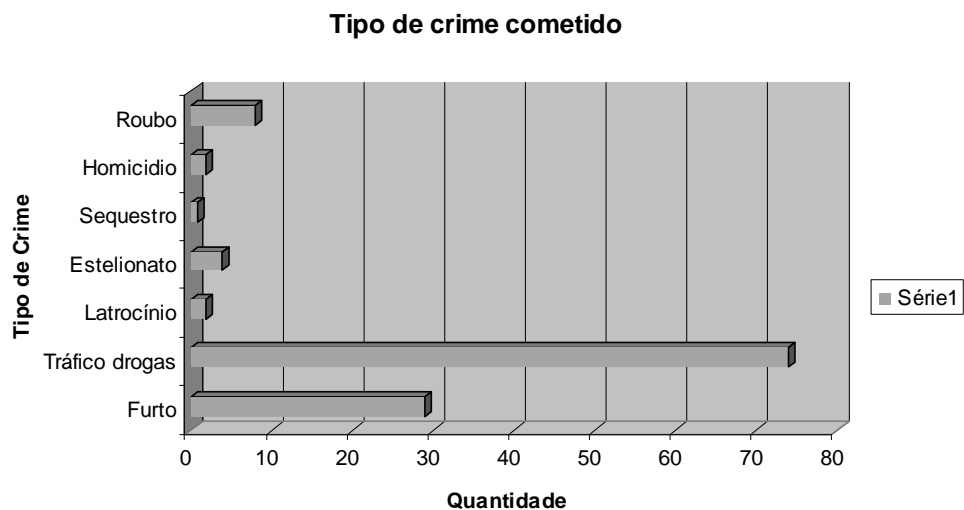
Gráfico 8 – Ambos os pais estavam presentes na sua infância?

Ambos os pais estavam presentes na sua infância?



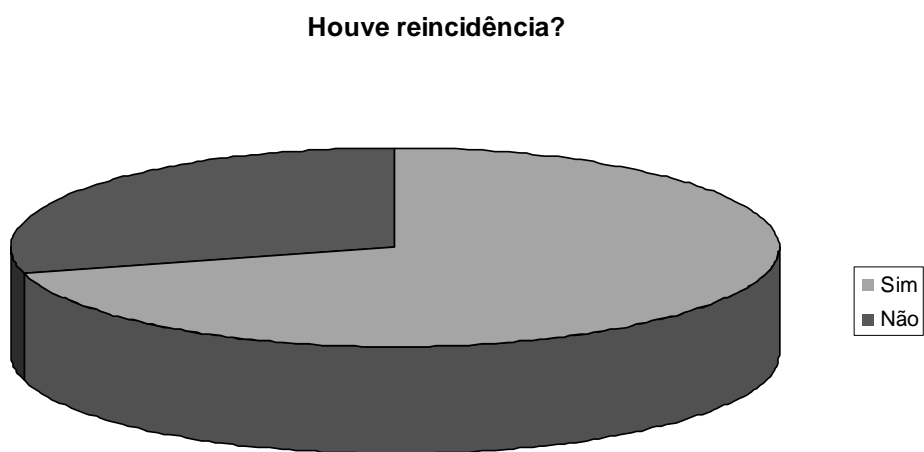
(Elaborado pelo autor a partir do Questionário Sócio-Econômico, 2007)

Gráfico 9 – Tipo de crime cometido



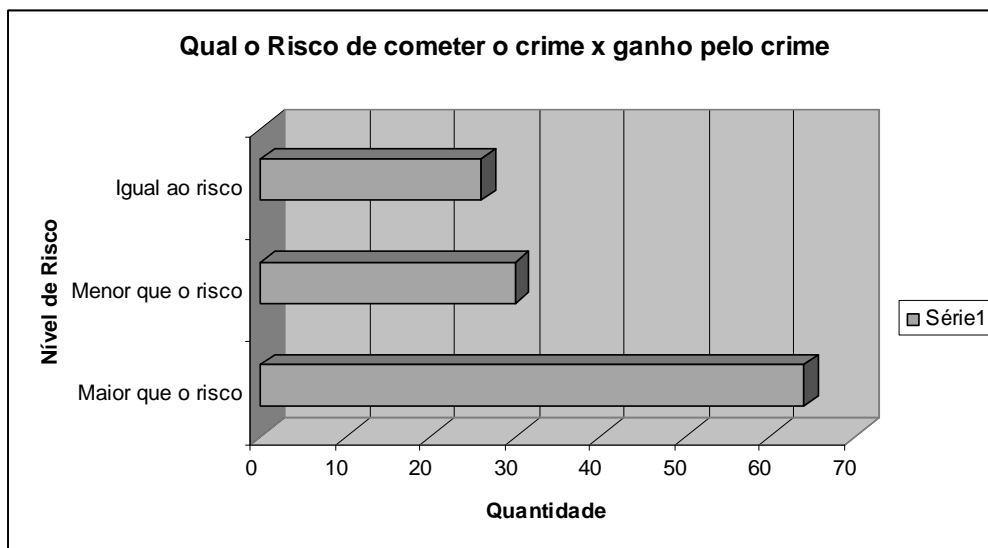
(Elaborado pelo autor a partir do Questionário Sócio-Econômico, 2007)

Gráfico 10 – Houve Reincidência?



(Elaborado pelo autor a partir do Questionário Sócio-Econômico, 2007)

Gráfico 11 – Qual o risco de cometer um crime versus o ganho pelo crime?



(Elaborado pelo autor a partir do Questionário Sócio-Econômico, 2007)

ANEXOS

Questionário Sócio-Econômico

01 Dados gerais:

- 1.1 Sexo – masculino () feminino ()
1.2 Cor – branco () negro () mestiço () amarelo () mulato ()
1.3 Idade (na época da prática do crime): _____
1.4 Estado onde nasceu – PR () SC () RS () MTS () Outro () _____

Origem: Meio urbano () Meio rural ()

- 1.4.1 Onde morava na época do crime? Cidade: _____ Estado: _____
1.5 Acredita em Deus? () sim () não
1.5.1 Qual a sua religião (na época da prática do crime)?
católica () evangélica () protestante () espírita () afro-brasileira () outra () _____
1.5.2 Era praticante? () sim () não
1.5.3 Mudou de religião pós a reclusão: () sim () não.

1.6 Nível de escolaridade (na época da prática do crime):

Sem instrução () Ensino fundamental – 1º grau () Ensino médio – 2º grau () Ensino superior ()

1.6.1 Motivos para a paralisação do estudo:

- nunca teve acesso () necessidade de contribuição à renda familiar () desagregação familiar ()
descaso/falta de apoio () envolvimento com crime/drogas/delinquência () casamento/concubinato ()
falta de estrutura educacional () inadaptação escolar/falta de afinidade () influência de terceiros ()
proibição do companheiro () outro () _____

1.7 Estado civil (na época da prática do crime):

() Solteiro () Casado () Divorciado () Separado () Viúvo () Amasiado/em concubinato

1.7.1 Teve outras uniões desfeitas? () sim () não

1.8 Como era composta a sua família (na época da prática do crime): _____

1.8.1 Ocupação do pai: _____ Ocupação da mãe: _____

1.8.2 Os pais (um ou os dois) estavam trabalhando na época do crime? () sim () não

1.8.3 Nível de escolaridade dos pais: Sem Instrução () Ens. fundamental () Ens. médio () Ens. Superior ()

1.8.4 Os pais estavam casados até a ocorrência do crime? () sim () não

1.8.5 Possuía antecedente criminal na família? () não () sim – de quem: _____

1.8.6 Ambos, pai e mãe, estavam presentes durante sua infância? () sim () não

1.9 Fazia uso de bebida alcoólica? () não () sim

1.10 Era fumante? () não () sim

1.11 Fazia uso de drogas? () não () sim

2 Tipologia e aspectos econômicos do crime (somente os lucrativos):

2.1 Qual tipo de crime cometido?

- () roubo-157 () furto-155 () tráfico de drogas-33/12 () latrocínio-157
() seqüestro-148 () extorsão-158 () estelionato-171 () fraude-(art.____)
() receptação-181 () extorsão mediante seqüestro-159 () outro () _____

2.1.1 Crime realizado com parceiro(s)? () sim () não

2.2 Houve reincidência? () sim () não

2.2.1 No caso de reincidência, quantas vezes e qual(is) o(s) tipo(s) de crime(s)? _____

2.3 Conhecía a vítima? () sim () não De onde: _____

2.4 Qual(is) o(s) motivo(s) que te levou(levaram) a praticar a(s) atividade(s) criminosas(s)?

() ajudar no orçamento familiar, pois estava desempregado	() ajudar no orçamento familiar, pois o dinheiro não dava para as despesas – neste caso estava empregado
() dificuldade financeira (endividado, por exemplo)	() falta de estrutura e orientação familiar – despreparo para a vida
() manter o sustento e vício – qual(is)?	() manter o sustento e outra atividade – qual(is)?
() manter o status	() indução de amigos (influência negativa de grupos e/ou terceiros)
() cobiça/ambição/ganância	() idéia de ganho fácil
() inveja	() inconseqüência e desejo de aventura
() motivos fúteis(embraguez, falta de perspectiva,etc.)	() outro(s):

2.5 Qual a sua ocupação profissional na época da prática do crime? _____

2.5.1 Tinha carteira assinada (registro na CTPS)? () Sim () Não

2.5.2 Você estava trabalhando na época da prática do crime? () sim () não

2.5.3 Sua renda era suficiente para cobrir as despesas básicas? () sim () não

2.6 De 0 a 9 qual era o risco de sucesso da prática criminosa? _____

2.6.1 Quais os fatores que levaram ao insucesso de sua atividade criminosa?

<input type="checkbox"/> traição	<input type="checkbox"/> dedo-duro ("alcagüete")	<input type="checkbox"/> falha própria/pessoal
<input type="checkbox"/> falha do parceiro	<input type="checkbox"/> ação da polícia	<input type="checkbox"/> sistema de proteção eficiente
<input type="checkbox"/> reação bem sucedida da(s) vítima(s) com uso de arma	<input type="checkbox"/> reação bem sucedida da(s) vítima(s) sem uso de arma	<input type="checkbox"/> outro:

2.7.2 Já tentou Fuga? ☐ sim ☐ não

Compilação dos dados recolhidos no Questionário Sócio-Econômico

1.1 Sexo		
	Homens	Mulheres
	104	16

1.2 Cor	Branco	Negro	Mestiço	Amarelo	Mulato	
	42	68	6	0		4

1.3 Idade na época do crime	Homens	(18-28 Anos)	(28-36 Anos)	(36- Anos)
		71	28	5

1.4 Estado onde nasceu						
Origem	SC	SP	PR	RS	MS	
	95	5	16	3		1

1.5 Acredita em Deus?	Sim	Não
	114	6

1.5.1 Qual a sua religião na prática do crime?	Católico	Evangélico
	95	16

1.5.2 Era praticante?	Sim	Não
	74	46

1.5.3 Mudou de religião após a reclusão?	Sim	Não
	2	118

1.6 Nível de escolaridade na época do crime?	Sem Instrução	1o Grau
	3	96

1.6.1 Motivo para paralisação dos estudos?	Necessidade / Contribuição Renda Familiar	Casamento
	65	3

1.7 Estado civil na época da prática do crime?	Solteiro(a)	Casado(a)
	42	24

1.7.1 Teve outras uniões desfeitas?	Sim	Não	
	31		89

1.8 Como era composta sua família na época da prática do crime?	
---	--

1.8.2 Os pais (ou um dos dois) estava(m) trabalhando na época do crime?	
---	--

1.8.3 Nível de escolaridade dos pais?	Até 1o grau	2o grau	Ensino Superior	
	79		35	6

1.8.4 Os pais estavam casados até a ocorrência do crime?	Sim	
		51

1.8.5 Possuíam antecedente criminal da família?	Sim	Não	
	46		74

1.8.6. Ambos, pai e mãe, estavam presentes na sua infância?	Não	
		91

1.9 Fazia uso de bebida alcoólica?	Sim	Não	
	96		24

1.10 Era fumante?	Sim	Não	
	83		37

1.11 Fazia uso de drogas?	Sim	Não	
	69		51

2.1 Qual o tipo de crime cometido?	Furto	Tráfico drogas	Latrocínio	
	29		74	2

2.1.1 Crime realizado com parceiros?	Sim	Não	
	74		46

2.2 Houve reincidência?	Sim	Não	
	85	35	

2.3 Conhecia a vítima?	Sim	Não	
	6	114	

2.4 Quais os motivos que te levaram a praticar a atividade criminosa?	
ver trabalho	

2.5 Qual sua ocupação profissional na época da prática do crime?	
mulheres - maioria eram babas ou domésticas	

2.5.1 Tinha carteira assinada (registro na CTPS)?	Sim	Não	
		63	57

2.5.2 Você estava trabalhando na época da prática do crime?	Sim	85
---	-----	----

2.5.3 Sua renda era suficiente para cobrir as despesas básicas?	homens - maioria nao
---	----------------------

2.6 De 0 a 9, qual o risco de sucesso da prática criminosa?			
Maior que o risco	Menor que o risco	Igual ao risco	
64	30	26	

2.6.1 Quais os fatores que levram ao insucesso de sua atividade criminosa?				
Cagoetas	Polícia	Erro do parceiro	Ação da vítima	
60	35	21	4	

2.7.2 Já tentou fuga?	Sim	Não
	6	114